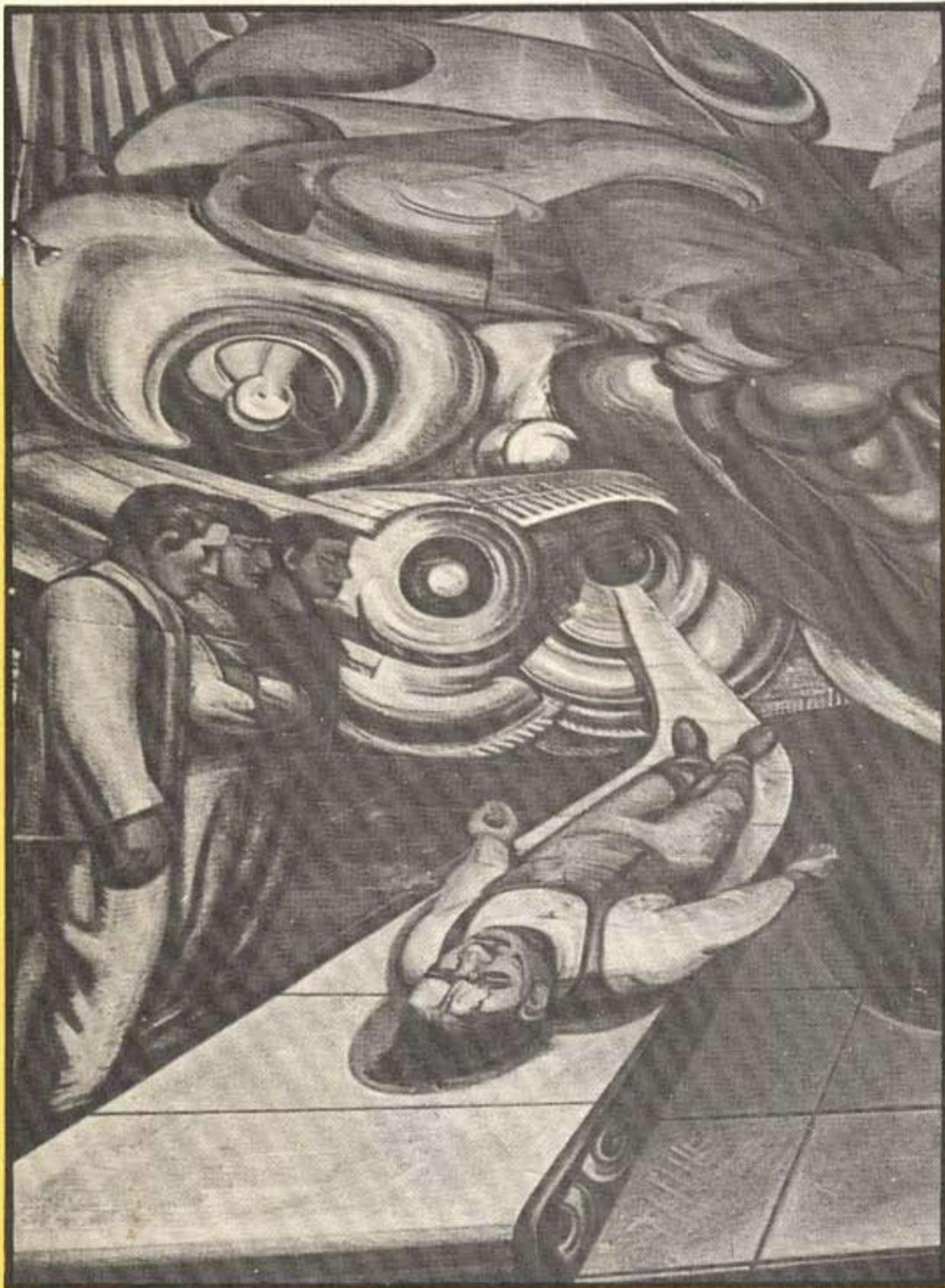


# Princípios

Revista teórica, política e de informação Junho/1983 - Cr\$500,00

## OS OPERÁRIOS E A CRISE



A CEM ANOS DA  
MORTE DE KARL MARX

CARACTERÍSTICAS DA  
PENETRAÇÃO  
DO CAPITALISMO  
NO CAMPO BRASILEIRO

A UNIVERSIDADE EM  
DEBATE

EDITORA ANITA GARIBALDI

6

# Princípios

## SUMÁRIO

Na Primeira Página . . . . 1

Os Operários e a Crise. .3

Duas Concepções, Duas  
Orientações Políticas  
*Maurício Grabois. . . .15*

A Cem Anos da Morte de  
Karl Marx  
*João Amazonas. . . . 21*

Características da Pene-  
tração do Capitalismo no  
Campo Brasileiro  
*Ronald Freitas. . . . 27*

A Democracia Proletária  
é a Democracia Verdadei-  
ra  
*Enver Hoxha. . . . . 35*

A Universidade em Deba-  
te  
*Edmundo Fernandes  
Dias  
Osmar Pires  
Acildon de Mattos. . . .43*

### OS OPERÁRIOS E A CRISE

O que pensam os operários sobre as modificações ocorridas na sociedade brasileira nas duas últimas décadas? Como encaram o atual momento de crise econômica e política? Que alternativas enxergam? Estas e outras questões foram debatidas em Mesa Redonda, que contou com a participação de expressivos líderes e ativistas sindicais.

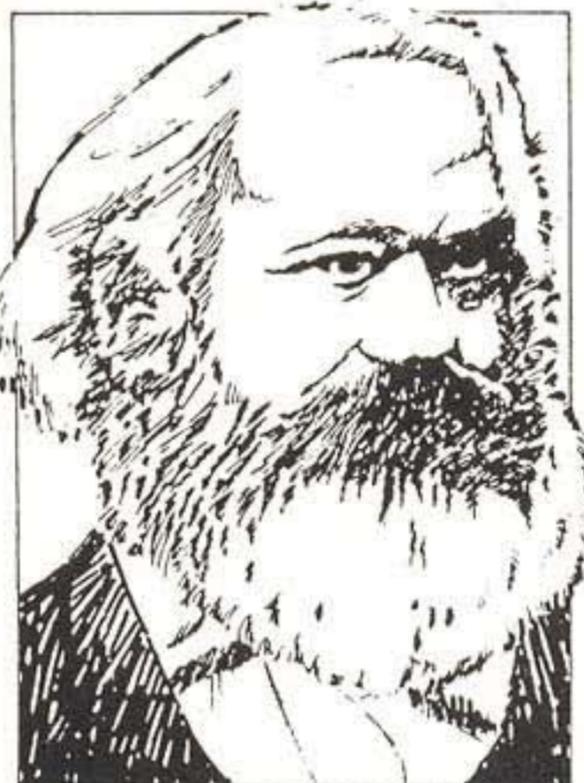
PÁGINA 3



### A CEM ANOS DA MORTE DE KARL MARX

No centenário da morte de Karl Marx, João Amazonas reafirma a atualidade das idéias do fundador do socialismo científico, discorre sobre a influência de Marx no Brasil e refuta teses errôneas contrárias ao marxismo.

PÁGINA 21



### CARACTERÍSTICAS DA PENETRAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

Em estudo sobre a questão agrária, Ronald Freitas, nosso colaborador, demonstra, apoiado em dados estatísticos, que se intensifica a penetração do capitalismo no campo brasileiro.

PÁGINA 27



### A UNIVERSIDADE EM DEBATE

À guisa de contribuir na discussão dos problemas vividos pela comunidade universitária e na luta por uma Universidade democrática e sintonizada com as aspirações nacionais e populares, publicamos neste número as opiniões de dois líderes estudantis e de um dirigente do movimento dos docentes universitários sobre a crise da Universidade brasileira e as perspectivas de sua solução.

PÁGINA 43



A Revista Princípios é uma publicação trimestral da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Rua Major Quedinho, 300, sala 3 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01050 - Telefone: 37-7298 - Jornalista Responsável: João Amazonas - Reg. Profissional nº 1.258 - Fls. 196 - livro 4 - de Porto Alegre, em 27.8.58 - Assinatura (4 números) Cr\$ 2.000,00. Para o Exterior: US\$ 18. Enviar cheque nominal para Editora Anita Garibaldi Ltda.

Capa: mural de Siqueiros "A Vítima da Industrialização Capitalista" (detalhe)



Ilustração: Paulo Lima

# NA PRIMEIRA PÁGINA

**E**stranha filosofia a do sr. Ronald Reagan ao declarar que "os Estados Unidos não permitirão a existência de uma nova Cuba no Continente".

Com semelhante declaração, ameaça a todos os países do Hemisfério, em especial aos que se situam na área da América Central. Em essência, quis

dizer que onde forem contrariados os interesses norte-americanos aí intervirá o poderio militar da superpotência que ele representa.

**O**ra, os países desta imensa região continental não gozam, na verdade, de completa independência. Apesar de a terem proclamado há muitos anos e constituído estados nacionais, foram caindo, um após outro, na rede da dependência dos poderosos monopólios estadunidenses que utilizaram com tal objetivo, métodos variados de cunho econômico, militar, cultural e político para submetê-los. A monocultura, o controle das riquezas naturais, o treinamento de forças militares e de polícia, a implantação de multinacionais, a intrusão nos meios de comunicação, o endividamento externo, tudo em favor dos Estados Unidos, serviu de instrumento de sua dominação no conjunto da América Latina. Ademais, os EE.UU. levaram a efeito intervenções armadas em vários países do Continente, insuflaram e provocaram a queda de regimes liberais ou progressistas, sustentaram e sustentam ditaduras sanguinárias.

Natural, portanto, que os povos latino-americanos, em particular os da Centro-América onde o peso do atraso e da opressão reacionária e estrangeira é mais duro, se levantem para lutar pela libertação nacional. Esse movimento emancipador que vem de longe, agora se intensifica com o crescente despertar da consciência democrática e antiimperialista desses povos. Triunfou a revolução na Nicarágua que derrubou o velho e odiado regime somozista pró-ianque. Também em El Salvador e na Guatemala aproxima-se o dia da vitória sobre seus piores inimigos. Noutros lugares, os governos militares, apoiados por Washington, estão cada vez

mais abalados pela luta das forças democráticas e patrióticas.

Eis a razão por que o sr. Reagan ameaça, e passa das palavras aos atos de agressão a El Salvador e à Nicarágua. Defende, assim, o ponto de vista de que a soberania e a independência dos países da América Central não são assuntos dos povos desses países, mas problema dos Estados Unidos.

**A**s atitudes agressivas dos imperialistas com relação aos países mais fracos é muito antiga. Hitler vociferou contra os regimes existentes na Áustria e na Checoslováquia que não seriam simpáticos aos alemães. Embora ali inexissem governos esquerdistas, mas liberais, usou da força: anexou a Áustria e invadiu a Checoslováquia. Interveio depois na Polônia, onde por sinal vigorava um sistema fascista. Na década de 60, os Estados Unidos agrediram o Vietnã que, segundo o Pentágono, **comprometia**, com a sua luta de libertação nacional, o esquema de defesa norte-americano no Sudeste Asiático, a milhares de quilômetros da costa estadunidense. Antes, tinham intervindo na Coreia com o intuito de dominá-la e contrapor-se à Revolução Chinesa vitoriosa. Também a Rússia, depois de ter abandonado o socialismo, enviou forças militares para a Checoslováquia e a Polônia, objetivando impedir ali mudanças políticas em discordância com os interesses soviéticos. Há cerca de três anos, mandou tropas ao Afeganistão a fim de "prevenir" a instauração de governos não sintonizados com Moscou. Todos esses são casos de flagrante desrespeito à soberania

e à independência das nações, atos de bandoleirismo internacional.

É de notar que nestes últimos tempos, igualmente o regime militar brasileiro tem-se manifestado de forma semelhante em relação aos nossos vizinhos. No período do governo Médici, o Brasil andou imiscuindo-se no Uruguai e na Bolívia. Considerava intolerável a presença de governos liberais ou esquerdizantes nas nossas fronteiras. . . Recentemente, voltou a usar a mesma linguagem com referência ao Surinã, "que poderia vir a ser envolvido por Cuba". E o pior é que as declarações oficiais vieram acompanhadas do anúncio da criação de "forças especiais" para operar no Continente em caso de necessidade. É mais chocante ainda essa conduta do governo brasileiro quando se sabe que o nosso país vai perdendo características essenciais da sua soberania ao submeter-se às imposições do FMI.

**E**videntemente, adotar a monarquia ou a república (burguesa ou socialista), ter governo presidencialista ou parlamentarista, regime liberal ou progressista, traçar a linha de conduta internacional mais conveniente à nação, fazer ou não fazer a revolução — são coisas que dizem respeito à autodeterminação dos povos, aspecto importante da soberania e independência nacional. Ninguém tem o direito de intervir nos assuntos internos de outro país. Nem por meio da força, nem de pressões intoleráveis.

O princípio da soberania, da autodeterminação não depende do beneplácito dos poderosos. É uma conquista dos povos.



Foto: L. C. Leite

Mesa redonda no Sindicato dos Jornalistas com líderes operários e sindicais.

## OS OPERÁRIOS E A CRISE

*Com o objetivo de proporcionar aos nossos leitores uma visão geral do que pensa a classe operária acerca dos temas mais candentes da atualidade e das suas lutas, realizamos na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, uma mesa redonda com expressivos líderes e ativistas sindicais de vários Estados. Infelizmente,*

*pela exigüidade de espaço, não pudemos reproduzir todas as opiniões na íntegra. Nas páginas seguintes, publicamos um resumo dos pronunciamentos dos debatedores. Convidado pela nossa redação, coordenou o debate o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira.*

**R**AIMUNDO — Agradeço a oportunidade deste encontro com os companheiros da classe operária, com a qual estão as grandes esperanças de libertação do nosso país e nosso povo. O traba-

lho que vamos fazer é relativamente difícil: todos vocês têm uma experiência muito viva, rica e muito a dizer. Além disso, são muitos os temas. Eu discuti com o pessoal da PRINCÍ-

PIOS quais eram os temas de preocupação. Não há temas obrigatórios, cada um pode seguir de acordo com o que a experiência lhe indica.

Nosso debate não deve ficar apenas nas questões mais imediatas. Também deve procurar abordar as perspectivas mais gerais da luta dos operários, a mais longo prazo.

A idéia portanto, é, em primeiro lugar, pegar um período de mais ou menos 20 anos, da crise da época de Jango para essa crise de agora. Vamos verificar o que mudou: como estão os empresários, o que eram e o que são agora — estão mais fortes, estão mais fracos? Como era o governo e como é? Um governo de mais liberdades, de menos liberdade? Como é a classe operária, como era e como é. Que mudanças ela teve do ponto de vista do tamanho, composição, que setores cresceram, como evoluiu seu grau de instrução, sua distribuição pelo Brasil. Há ou não há uma evolução da luta operária? Há um conjunto de experiências que a classe operária acumulou nesta sua história já longa.

Um outro aspecto: as notícias dos jornais a cada dia falam muito da automação, do crescimento da mecanização do trabalho. No Brasil a automação é um fato, até mesmo a robotização. Que vocês acham do destino da classe operária nesse aspecto?

Num segundo momento trataríamos da crise atual. Estamos vivendo uma crise e isso é consenso entre todas as classes do país. Quais são as perspectivas dessa crise e quais são as perspectivas da classe operária nessa crise? Quanto tempo ela vai durar? No que vai desembocar? Qual o papel da classe operária nessa crise? O que ela pode fazer do ponto de vista político, do ponto de vista do seu próprio futuro? O Brasil vai continuar se industrializando, a classe operária vai progredir. Ela pode aspirar o controle político do país; ou o seu papel é apoiar os setores mais progressistas dentre os que estão aí por cima? Por último desceríamos às questões mais específicas do momento presente, relacionadas com as lutas dos trabalhadores. A idéia é ir afunilando, do geral para o particular. Vamos, portanto, ao debate.

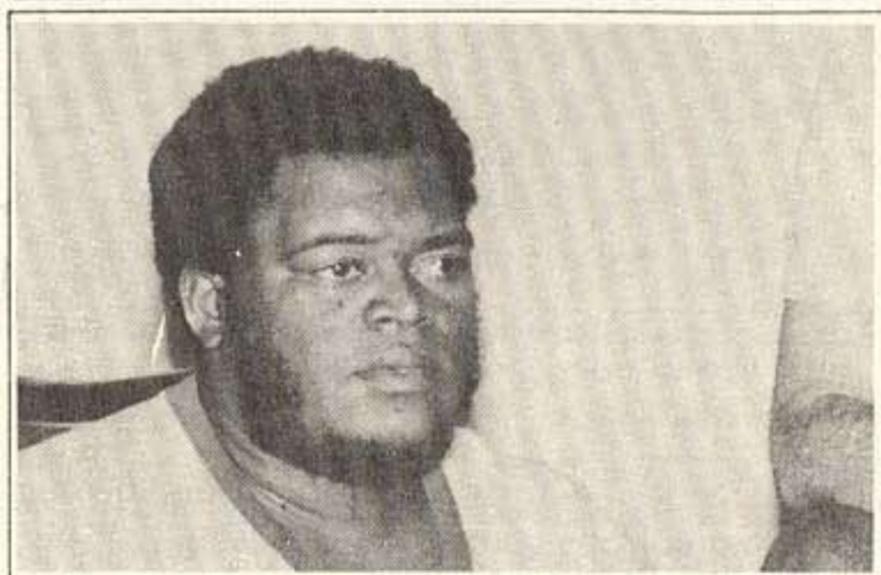
**N**ilson Bahia: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas da Bahia — Iniciando com uma abordagem mais geral, examinemos, por exemplo, o que ocorre com a evolução da tecnologia no Continente latino-americano. Seu solo é rico em minérios,

em riquezas que servem para a fabricação de bens de capital, armamentos, de tudo o que é necessário para os países desenvolvidos, os países ricos continuarem a crescer e manter seu padrão de vida. Assim, a questão do poder na América Latina está muito relacionada com as riquezas do seu sub-solo. Muitos presidentes de países do nosso continente caíram por tentar impedir a exploração dessas riquezas. Isto nos leva a crer que só haverá efetiva liberdade na América Latina com o controle das suas riquezas. Verifica-se também que não se pode discutir a história da luta operária sem levantar esses aspectos. Dentro desse enfoque, é fundamental verificar que os avanços da luta operária se dão no processo de exploração das riquezas nacionais e da industrialização do país.

Não considero que exista um novo sindicalismo. Para mim, o que existe é o sindicalismo, que vem sendo construído desde que existe o capital e o trabalho. É evidente que houve erros e acertos na trajetória do sindicalismo. Houve a influência de várias correntes políticas dentro do movimento operário que avaliaram a luta sob uma má perspectiva e fizeram certas alianças, que já foram julgadas por todos.

Você levantou um questionamento também sobre a automação. Queiramos ou não ela vai acontecer, porque a sociedade humana caminha para uma utilização cada vez maior da ciência. Mas, a gente tira a seguinte conclusão: da mesma forma que os nossos exploradores utilizam as técnicas mais avançadas nos seus países, essas mesmas técnicas devem ser utilizadas para construirmos uma sociedade nova aqui.

De 1964 para cá ocorreram mudanças na estratificação social. Só uma classe permaneceu em seu lugar na pirâmide: aqueles 5% que aumentaram sua riqueza ainda mais. Outro aspecto interessante de se assinalar é que antes de



Nilson Bahia

64 era possível encontrar médicos, engenheiros etc., atuando como profissionais liberais e formando verdadeiras fortunas. Hoje, com as multinacionais, os engenheiros, por exemplo, são meros profissionais de carteira assinada e muitos deles com salários, em alguns locais, bem menores que os de certos operários especializados.

Outra consequência do modelo implantado a partir do golpe foi a evasão das riquezas nacionais e a dominação do nosso país.

**J**osé Freitas: Metalúrgico de Porto Alegre — Quem acompanha a situação da classe operária e a situação política do país há muitos anos, nota que ocorreu um enorme crescimento numérico e uma modernização da classe operária brasileira nos últimos 20/25 anos. Instalou-se no Brasil uma moderna indústria, principalmente a automobilística, indústria de ponta, altamente mecanizada, com tecnologia estrangeira. Na sua grande maioria essas indústrias são multinacionais. Com o golpe de 1964, a classe operária foi duramente atingida na sua organização sindical e política, com as intervenções nos sindicatos, a perseguição às suas lideranças e a proibição de se organizar em partido político.

No presente momento, acho que se passa por uma fase de maior atuação política da classe operária. Nota-se hoje uma alteração bastante significativa, profunda, na maneira de pensar da classe operária. Com o agravamento da crise, a possibilidade de uma saída individual desapareceu. O trabalhador não encontra meios de buscar cargos dentro da empresa; também se esvaziou muito a postura conciliatória, de ser um "operário-padrão".

Tudo isso provocou um salto na compreensão dos operários. Eles começam a se dar conta de que o capitalismo não é eterno. Inclusive nas fábricas já se discute mais a questão de que o capitalismo não trará o progresso para todos. Observa-se que há um maior esclarecimento da classe operária, uma preocupação com as questões políticas nacionais e internacionais, um interesse em ler as notícias que circulam,

Importa assinalar ainda que os trabalhadores não se beneficiaram em nada com o progresso ocorrido no Brasil nos últimos 20 anos. Pelo contrário, hoje somos vítimas do modelo implantado e o reflexo disso é a tremenda crise que vivemos.

**P**aulo Paim: Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e coordenador da Inter-sindical do RS — O golpe de 1964 trouxe privilégios à burguesia e permitiu até uma ascensão à classe média. Com o passar dos anos, a própria classe média começa a sentir, em meio à recessão e no sistema administrado pelos generais, que a política implantada não acarretou em nenhum benefício para o trabalhador. Então, hoje, a classe média começa a se encontrar com os trabalhadores, o que é indício de grandes mudanças. Num momento de crise, em que a classe média se vê totalmente atingida, ela só tem uma saída: ou se alia aos trabalhadores ou é engolida pelo atual sistema.

Hoje, o conjunto dos trabalhadores discute amplamente as suas formas de organização e efetivamente está acontecendo um novo momento a nível nacional. A classe operária está pensando muito na forma de se organizar e de como avançar para mudar o modelo econômico, voltado para uma minoria que explora a grande maioria, que são os trabalhadores. A convulsão que aí está é fruto do sistema vigente hoje no país. Penso que os trabalhadores estão dando a resposta aceleradamente, a passos largos. Na minha opinião, estamos muito próximos de uma virada e os trabalhadores terão seu espaço, um sistema totalmente diferente do capitalismo.

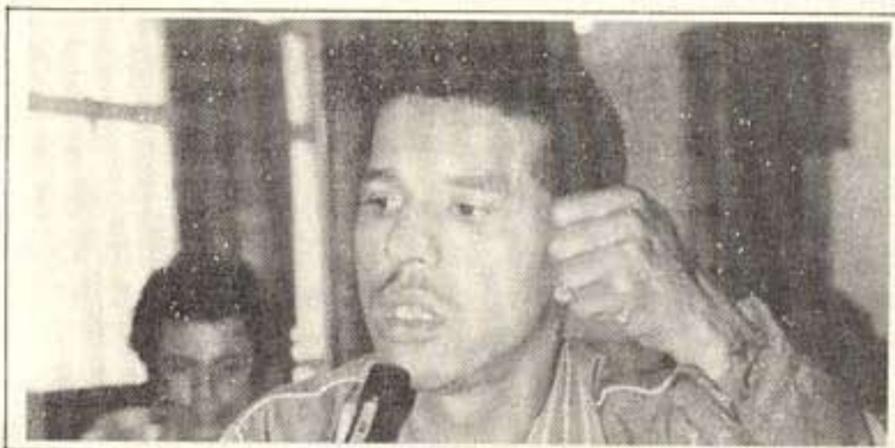


Foto: L. C. Leite

**J**uraci: Secretário-Geral do Sindicato dos Químicos do ABC — No meu entendimento, após o golpe de 1964 mudou inclusive o comportamento da classe operária brasileira. Antes do golpe, quando começou a haver grandes mobilizações, com a ocorrência de algumas grandes greves no Brasil, o capitalismo internacional procurou preservar seu patrimônio e seu direito de investir no Brasil e explorar os brasileiros. A saída que encontrou para isso foi o golpe de

Juraci

Estado e a implantação de uma ditadura militar que tivesse o controle do sistema econômico do país. Desde então os trabalhadores se sentiram castrados. Porém, as indústrias multinacionais que vieram para cá não construíram apenas automóveis e máquinas, mas também meios de comunicação. Hoje, estes meios são muito amplos e os trabalhadores fazem uso disso para tomar conhecimento do que acontece aqui e também fora do país. Através dessas informações, passam a ser mais esclarecidos.

Acredito que o sindicalismo brasileiro está inaugurando uma nova era. O pessoal que está encaminhando o movimento sindical hoje deve ser considerado como pioneiro. A luta dos trabalhadores passa por várias etapas: uma etapa de começo, de incerteza, de insegurança. De repente, verificamos que os trabalhadores começam a avançar, a ganhar confiança em si mesmos e passam a uma segunda etapa que é a das conquistas concretas. Dentro desse raciocínio, considero que o sindicalismo brasileiro não vai mais regredir em relação à fase que está iniciando.

O próprio sistema capitalista provoca o desenvolvimento político dos trabalhadores, porque é um regime explorador, opressor, e toda vez que alguém está sendo oprimido, esboça uma reação.

**B**atista: Metalúrgico de São Bernardo do Campo. Participou dos comandos de greve de 1978, 1979 e 1980—Eu vou me pronunciar primeiro sobre a automação. Depois de trabalhar em duas grandes empresas, a Mercedes e a Volks, percebi um pouco como se têm dado as transformações nesse sentido. Eu acredito que esse desenvolvimento da automação vem acirrando ainda mais a contradição entre o capital e o trabalho, na medida em que, com a instalação de uma máquina mais automatizada, mais sofisticada, o trabalhador produzirá um determinado artigo em muito menos tempo e aí o excedente de mais-valia é muito maior.

Eu também acho que nas duas últimas décadas a classe operária passou por importantes transformações. Cresceu seu contingente numérico, inclusive pela penetração do capitalismo no campo. Eu creio que essa alteração no contingente numérico também exerce influência no grau de consciência e na qualidade da luta dos trabalhadores. Sob o regime implantado em 1964, os trabalhadores acumularam um grande

número de batalhas enfrentadas contra o capital e o governo. É nessas batalhas que os operários começam a adquirir mais experiência.

Vejo também que ao longo desses 20 anos, a pequena burguesia, afetada pela crise econômica, sofreu uma redução no seu poder econômico. Por isso, a classe média vem aderindo cada vez mais às reivindicações da classe operária.



Batista

**J**osé Gonzaga de Queirós: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de São Paulo — Como sindicalista e como trabalhador, iniciei a vida de industriário em São Paulo em 1962. Embora naquele ano a situação já não fosse boa para os trabalhadores, como não era em 63 e nem em 64, havia pelo menos condições de trabalho, havia trabalho. Na época em que eu comecei a trabalhar na indústria têxtil, o operário de nossa categoria era um trabalhador prestigiado. Mas, o que sucedeu de 64 para cá? O trabalhador perdeu a estabilidade, o que ele tinha de mais sagrado, perdeu a garantia de, uma vez completado o tempo de serviço de 10 anos, não poder ser dispensado da empresa em que trabalhava. Isso foi negociado com o chamado Fundo de Garantia em 1967, como condição para as grandes multinacionais se instalarem no Brasil. Esse foi um dos primeiros prejuízos que a classe operária sofreu a partir de 1964. Com o fim da estabilidade e a automação das máquinas, a modernização das empresas do setor têxtil, começou a rotatividade de mão-de-obra e o desemprego. Até 1964/65, havia no setor têxtil cerca de 125 mil trabalhadores, enquanto que hoje nossa categoria encontra-se reduzida a 60 mil trabalhadores, percebendo um salário 30% inferior ao que deveria estar ganhando.

Eu penso que a situação não se agravou apenas para os têxteis, mas para todas as cate-

gorias de trabalhadores e todos os setores da sociedade.

Nós não somos contra a automação das máquinas, contra o desenvolvimento, mas para isso, para se criar um desenvolvimento e uma automação no país, deveria haver uma administração que planejasse a colocação da mão-de-obra dispensada devido à automação. Aqui no Brasil compram-se máquinas modernas a outros países, põem o trabalhador na rua e fecham-se fábricas nacionais que deveriam produzir as máquinas necessárias ao suprimento do mercado interno brasileiro.

Até 1964, nós tínhamos um movimento sindical, se não autêntico, (pois em toda a história do sindicalismo sempre houve falhas), mas pelo menos havia um certo grau de liberdade para discutir os problemas dos trabalhadores. E estes brigavam, discutiam os seus direitos. A partir de 64, o movimento sindical foi castrado, os líderes sindicais foram cassados e colocaram-se interventores nas entidades sindicais.

Hoje, nós temos uma classe operária nova. Começou a ingressar no mercado de trabalho uma juventude que não conhece o movimento sindical, que pegou o sindicalismo parado, um sindicalismo em que não se tinha o direito de reunir 2 ou 3 sindicatos para discutir os problemas de uma ou mais categorias e debater sobre a unidade sindical. De 78 para cá, o movimento sindical começou novamente a se organizar, a debater os problemas dos trabalhadores e a fazer reivindicações, muitas vezes sofrendo repressão.

Voltando a tocar na situação do trabalhador, eu acho que se em 64 era ruim, hoje ela é muito pior. Eu não conheço na história nenhuma crise no grau da que estamos enfrentando atualmente, no grau da que o trabalhador está enfrentando. O desemprego, a inflação elevada, os reduzidos índices de aumentos salariais exemplificam isso.

Mesmo para o empresário brasileiro a situação é muito pior do que era em 1964. Só no nosso setor, de 1975 até agora, fecharam mais de 300 empresas. Essa é a situação que o governo criou. É a situação dos juros. Não é possível ninguém tocar uma firma emprestando dinheiro para pagar 200, 300, 400% ao ano. Nós não somos defensores dos empresários, mas cada fábrica que fecha implica em centenas de trabalhadores na rua, desempregados.

cato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, setor ligado à construção naval — Os trabalhadores dos estaleiros têm uma tradição de luta e esta era muito intensa por volta do final da década de 50 e início da de 60.

Naquele período havia também dificuldades para os trabalhadores, a inflação aumentava, mas a situação do trabalhador era melhor. Por exemplo, se formos comparar, os trabalhadores que hoje exercem cargos de chefia, os encarregados, contra-mestres, supervisores, têm um padrão de vida inferior ao dos operários que trabalhavam na ferramenta no final da década de 50, início da de 60. Além disso, havia trabalho. O que se observa é que os trabalhadores perderam o poder aquisitivo que tinham naquele período numa proporção exagerada.

Não tenho dúvida nenhuma de que o golpe militar ocorreu em função da luta dos trabalhadores, porque esta afetava os ganhos do poder econômico. Uma vez esfriada a luta, presas as lideranças, cassadas as lideranças mais autênticas, os empresários ficaram absolutos, ampliaram seus complexos industriais, diversificaram as suas atividades e investiram em outros setores. Hoje, existem nos estaleiros poderosos complexos.

Mas a crise se agrava em cima dos trabalhadores. Portanto, todos esses anos foram altamente prejudiciais ao trabalhador.

É vergonhoso, mas constatamos que simplesmente transferiu-se para os trabalhadores o peso da crise e se continua tentando justificar que tem de congelar os salários, tem de criar decretos-leis reduzindo as migalhas que são pagas aos trabalhadores para equilibrar a economia do país.

**V**ital: Operário metalúrgico, cipeiro, da Metal Leve — De 1964 para cá houve um crescimento muito grande do proletariado, tanto do urbano, como do rural, este último como resultado da penetração do capitalismo no campo. É uma diferença a ser colocada com relação a 64. No que tange ao movimento sindical, embora antes de 64 ele tivesse maior liberdade de atuação, pois não havia a repressão que existe hoje, no fundamental era um sindicalismo atrelado ao governo. Mas, de um modo geral os trabalhadores partiam para a luta, saíam às ruas, realizavam grandes greves. Havia um movimento de massas, com grande participação operária e popular. Foi contra essa luta que se deu o golpe de 1964. Foi uma forma de as classes

**A**bdias José dos Santos: Presidente do Sindi-

dominantes e o imperialismo tomarem uma posição e não perderem o seu controle sobre o país.

Agora, na minha opinião, criou-se uma situação nova, pois a crise não era tão profunda quanto é hoje, do ponto de vista da crise do capitalismo. Penso que hoje, devido à natureza da crise que estamos vivendo, torna-se muito difícil para as classes dominantes fazerem uma concessão, não porque não queiram, mas porque não há possibilidade.

**Roque:** Operário da Indústria plástica, atualmente desempregado e membro do Comitê de Desempregados — Eu não domino bem a situação, porque em 64 eu vivia na roça e depois numa pequena cidade do interior. O que a gente percebe é que de 64 para cá o capital estrangeiro penetrou grandemente no país, interessado apenas em levar as nossas riquezas. Os governos pós-64 deram todo o apoio à indústria internacional, até chegar ao ponto em que chegamos. O Brasil foi fracassando, o cruzeiro foi se desvalorizando e os capitais eram enviados para o exterior. Tudo isso gerou a crise, o desemprego, a fome e a miséria.

A gente sente que hoje a classe operária das grandes cidades é mais forte, pois há um grande número de operários nas grandes indústrias e nessas empresas os operários são mais unidos.

**Raimundo:** Agora seria bom discutirmos um pouco o momento atual, de crise, analisarmos que crise é esta, qual a sua profundidade. Interessa ouvir também as opiniões que vocês têm sobre o significado dessa crise para os trabalhadores, quais as possíveis saídas, dentro daquela visão de que em 63/64 houve uma grande crise, uma convulsão política e aí ocorreu o golpe, e foi implantado um novo modelo econômico que é esse que está aí. Agora está havendo outra grande crise. Que solução política ela pode ter? Que papel os trabalhadores podem desempenhar? Na sua luta por libertação, para conseguir seus objetivos eles têm aliados? O Brasil é um país capitalista-dependente, com uma dívida externa enorme, submetido à pressão dos grandes banqueiros internacionais, de países imperialistas; vivemos sob regime ditatorial, com uma Constituição de base militar e uma organização jurídica de base policial, com leis como a de Segurança Nacional que sufocam o povo. Essa dívida prejudica mais

alguém além dos trabalhadores? E essa LSN se aplica a outras camadas além das camadas trabalhadoras? Atinge também setores da burguesia? Então, seria examinarmos a perspectiva da época atual, fazermos um certo prognóstico e discutirmos qual o comportamento que mais interessaria aos trabalhadores.



Foto: L. C. Leite

José Freitas

**Nilson Bahia:** Estamos vivendo um processo de descenso econômico, em que o grande capital internacional promove a oligopolização, não existindo espaço para o crescimento. Para os trabalhadores não aumentaram os salários, não melhorou a situação e a exploração continua. O Brasil cresceu em termos de obras faraônicas para beneficiar os que se encontram no poder.

O momento atual é um momento em que os trabalhadores devem continuar sua organização de luta, um momento de expectativa, de se buscar uma saída de onde meteram o país, um momento de nos organizarmos, de entendermos as coisas de modo muito concreto. É um momento de luta, de garra, para se construir a greve geral, realizar mobilizações amplas de massas, seminários, debates como este, para podermos obter um esclarecimento sobre a realidade nacional e internacional, nunca nos esquecendo da questão do continente latino-americano que é um ponto chave numa luta conjunta de libertação.

**José Freitas:** Eu entendo que há um grande interesse por parte dos trabalhadores de ir mais a fundo na compreensão dos problemas, de entender no que vai resultar toda a situação que estamos vivendo, de ter clareza sobre as causas do desemprego, da crise e descobrir a saída política. Os trabalhadores sentem que a situação se torna cada vez mais difícil para eles e assim passam a se incorporar nas lutas sindicais.

Neste momento de crise é de grande importância sabermos articular as reivindicações ime-

diatas dos trabalhadores com as reivindicações mais gerais, tendo em conta que nos marcos do movimento puramente reivindicatório o avanço da classe operária será limitado. Mesmo porque, não se pode alcançar mudanças mais profundas nos marcos do regime vigente. É nessa ótica que a classe operária vai compreender o seu papel na sociedade, que é o de conquistar uma nova ordem social, o socialismo.

Hoje, a questão se liga a mudanças no aspecto político, à luta pela conquista da liberdade. E eu vejo como muito positivo o fato de nos últimos dois anos a classe operária estar começando a se manifestar, o mesmo ocorrendo com outras camadas sociais. O fato é que o regime militar tenta manipular de todas as maneiras as eleições, as informações, no sentido de manter o monopólio do poder político. Penso que a classe operária só vai evoluir e compreender melhor, se ela tiver condições de tomar conhecimento das diversas propostas políticas, com os seus representantes, os revolucionários, os comunistas podendo apresentar com liberdade as suas propostas para serem discutidas por todos os trabalhadores. Nesse processo, a classe operária vai aprender e compreender a importância do seu papel na sociedade, vai saber como atuar nos sindicatos, perceber a importância de fazer alianças com outras forças sociais.

**P**aulo Paim: Verifica-se dentro das fábricas uma ampla discussão. O que o sistema prometeu aos trabalhadores? Veio o "milagre brasileiro", disseram: "vamos apertar o cinto porque depois se divide o bolo". Muito bem. O que veio para os trabalhadores? Recessão, arrocho, desemprego em massa, intranquilidade, um clima de terror.

É um momento de crise, mas também de união dos trabalhadores com a classe média, para construir com muita luta, com muita garra uma ampla organização, queiram ou não as forças mais reacionárias. Esse avanço está no dia-a-dia, nas ruas, nos bairros, dentro das fábricas. Hoje é preciso que o movimento sindical atue nos bairros e nas fábricas, que se some aos movimentos populares.

**J**uraci: Estamos vivendo um momento de expectativa em que a classe trabalhadora está demonstrando sua disposição de luta e eu acho que o movimento sindical deveria ter um direcionamento um pouco mais avançado para

conduzir essas lutas. A saída para os trabalhadores é fazer com que o movimento sindical seja respaldado com o assessoramento daqueles companheiros que existem em vários segmentos da sociedade, aqueles companheiros comprometidos com a luta dos trabalhadores, os intelectuais da classe operária, para buscar esclarecer os trabalhadores, fazê-los tomar consciência de que no capitalismo as crises são constantes. Não adianta nada ficarmos lutando apenas por conquistas imediatas, pois estas não resolvem os problemas dos trabalhadores. A saída está na emancipação política dos trabalhadores e da classe operária.

Na presente etapa, temos que preparar os trabalhadores para que eles entendam que as reivindicações não são apenas sociais, econômicas e jurídicas, mas também políticas.

**B**atista: Eu acho que estamos vivendo uma crise jamais vista no país. Todas as medidas do governo têm sido no sentido de agravar ainda mais a situação de miséria dos trabalhadores. Exemplo disso é esse decreto-lei da mudança salarial. Eu acredito que o momento atual é de acumulação de forças e de a classe operária se bater pela unidade, em torno de reivindicações comuns.

Está na ordem do dia a luta pela liberdade política, pela soberania nacional, que representam anseios também dos trabalhadores. Os recentes acontecimentos, as recentes manifestações de luta contra o desemprego indicam que vai haver um grande salto na luta do movimento operário, do movimento popular e democrático em nosso país. Portanto, além da unidade operária, é preciso forjar também a unidade democrática e popular, que englobe os sindicatos, o movimento camponês, os estudantes, os setores liberais e progressistas, enfim, todas as forças que se opõem ao atual regime, que é o principal responsável pela situação em que se



Queirós

encontram os trabalhadores e todo o povo brasileiro.

A crise, a interferência do capital estrangeiro no Brasil, o acordo com o FMI, tudo isso atinge não só os operários, os camponeses, as camadas populares, mas também a pequena burguesia e a burguesia nacional. Diante desse quadro, eu creio ser necessário à classe operária buscar aliar-se aos diversos setores prejudicados pela política do regime e que a ele se opõem. Claro que a classe operária se alia mantendo sua independência, sem se deixar levar a reboque da burguesia, pois a classe operária tem objetivos muito maiores. Ela almeja o socialismo, que é uma sociedade onde não há explorados nem exploradores, onde a classe operária está no poder.

**Queirós:** A crise atual começou a se agravar em 71, apesar de a situação já vir muito ruim de 65 para cá. De 67 a 75 houve o arrocho salarial que fez com que os trabalhadores comessem a se organizar e reivindicar a reposição daquilo que vinham perdendo. Com as greves do ABC, e de SP, a partir de 78, o governo bolou o decreto-lei 6708, instituindo o reajuste semestral, procurando apresentar essa modificação como uma dádiva.

Mais recentemente, surgiu o problema do desemprego. Com a recessão econômica milhares de trabalhadores foram jogados na rua, tendo sido o ano de 1981 o momento de pique dessa crise. Em 1983, esta situação está se agravando muito mais. De dezembro para cá no nosso setor tem havido muitas dispensas sem retorno, diferentemente do que havia antes, uma rotatividade de mão-de-obra entre as empresas do setor. Eu não conheço nenhuma empresa que tenha feito admissões de 50, 100 e 200 empregados. Conhecemos empresas que dispensaram 100, 200, 500 e até mil empregados. Isto caracteriza bem a situação de crise que estamos vivendo hoje. E não acreditamos que essa crise termine em 83 ou 84, com o governo que aí está. Este governo insiste numa política errada. Já ficou provado que tal política não dá certo. Se não houver uma mudança na política econômica, não existe nenhuma perspectiva de resolver essa crise.

Talvez, no início, a saída para a crise brasileira fosse a eleição direta, um governo eleito pelo povo, pela classe operária e que tivesse um compromisso e uma responsabilidade com o povo brasileiro. Eu acho que a partir do mo-

mento que tivermos um governo, um presidente da república eleito pelo povo, esse povo saberá cobrar desse governo as suas reivindicações, ou pelo menos o direito de sobrevivência no Brasil.

**Abdias:** Hoje tenho mais esperança de que o poder de pressão da classe trabalhadora venha a contribuir para o fim da crise, porque hoje já temos uma classe trabalhadora mais politizada. Já há um número maior de pessoas com um maior grau de percepção das coisas. Vemos também a juventude ingressando na luta, participando. Então, a pressão dos trabalhadores pode antecipar uma solução para a crise. Mas, uma solução paliativa. Eu não vejo o fim dessa crise de uma forma definitiva. E aí teremos uma fatia de poder a depender do grau de pressão. Se eles conseguirem sufocar o movimento sindical através do aparelho repressivo ou dos acordos de cúpula, se o movimento sindical for sufocado por uma dessas duas maneiras, nossa fatia no final da crise será minguada. Eu acho que há uma possibilidade de o movimento sindical contribuir para o fim da crise, não o fim total, mas de amenizar a crise, pois o capitalismo ainda tem muito fôlego e o sistema não vai abrir assim com facilidade. Mas eu acho que nós podemos marcar um estágio importante e o movimento sindical poderá até introduzir certas mudanças na sociedade brasileira, obter algumas conquistas sociais.

Observamos que os trabalhadores têm hoje uma sensibilidade muito aguda em relação aos acontecimentos. As manifestações contra o desemprego ocorridas em São Paulo não se encerraram aqui e todo o Brasil tomou conhecimento, discutiu, se posicionou a respeito.



Foto: L. C. Leite

**Vital:** A crise que vivemos no Brasil faz parte da crise geral do sistema capitalista mundial.

No Brasil ela é agravada pela política econômica do regime, que se encaixou dentro do plano do imperialismo. Este último, na busca de solucionar os seus problemas internos, aumenta a opressão, a exploração, o saque dos países dependentes, sobretudo da classe operária.

O regime não tem feito outra coisa senão jogar o peso da crise sobre a classe operária, sobre as costas do povo.

O imperialismo busca incessantemente meios de assegurar a continuidade de seu domínio, de sair ileso da crise. De sua parte, a burguesia no Brasil e nos países dominados começa a perceber que tem de fazer alguma coisa. E a classe operária? Vejamos o que ocorre: a classe operária começa a fazer greve geral na Argentina, no Peru, em vários países da Europa. No Brasil, de repente os trabalhadores saem às ruas em luta contra o desemprego e dá nesse quiprocó todo. Então, no meu modo de ver o que está acontecendo é a classe operária buscando saídas e a própria vida vai demonstrar para ela que não vai haver resolução dos problemas sem a conquista do poder político. E a oportunidade de clarear essa alternativa é precisamente a que estamos vivendo, quando a burguesia encontra-se engolfada na crise. Eu acho muito difícil a burguesia encontrar uma saída. A tendência, na minha opinião é o aprofundamento da crise em todos os aspectos, político, econômico e social.

No nosso país, se o povo brasileiro conseguir derrubar o regime militar e implantar um novo regime e uma nova orientação econômica, vão se criar dificuldades para o imperialismo no plano mundial, pois com isso ele perderá uma base de apoio importante. Se tivermos um governo que rompa o acordo com o FMI, que suspenda o pagamento da dívida externa, isso criará um problema político e econômico mundial que no meu entendimento irá aprofundar a crise do capitalismo em todo o mundo.

E internamente, o fim do regime atual possibilitará a criação de condições para um avanço ainda maior da luta da classe operária por sua emancipação.

**R**oque: Para mim está bem claro que o primeiro passo para melhorar a situação da classe operária é derrubar a ditadura militar que está no poder há 19 anos. Não devemos ter a ilusão de que substituindo esse regime por um regime de oposição, com presidente eleito, isso vá resolver os problemas da classe operária, mas é um primeiro passo, para ela se organizar e lutar

em melhores condições.

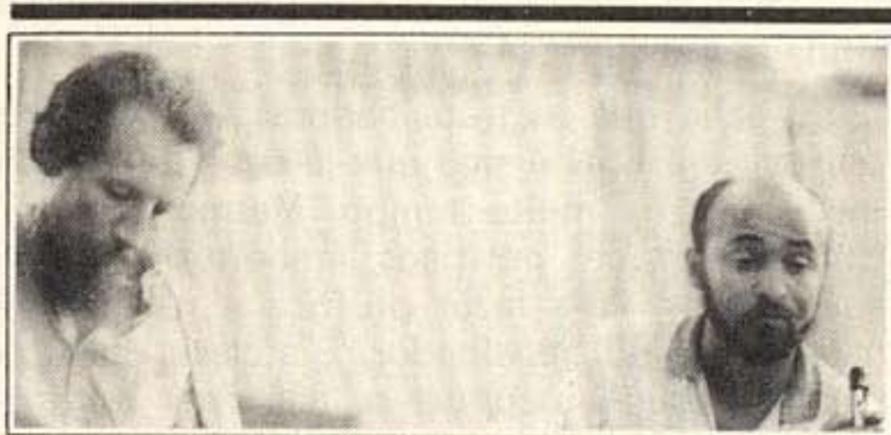


Foto: L. C. Leite

Raimundo Pereira e Roque

**R**aimundo: Bom, estamos chegando ao funil do debate, que é a questão do momento atual específico que os trabalhadores estão vivendo. Então, por exemplo, está colocada aí e sendo discutida no movimento sindical, uma proposta de greve geral. Existem governos de oposição que foram empossados recentemente e que são vistos de maneira diferente pelos trabalhadores. Alguns setores começam a dizer: "não se deve preparar a greve geral porque ela vai servir como pretexto para a desestabilização dos governos de oposição"; outros acham que não, que é uma forma talvez de forçar o desenvolvimento da luta. Há ainda a questão da unidade dos trabalhadores, a unidade sindical, os acontecimentos que estão para suceder nos próximos meses, a realização do Conclat, onde se discutirá a questão da CUT. E, por fim, uma questão política de ordem mais geral que é a dos partidos políticos.

Surgiram partidos novos, como o PMDB, o PT, o PDT e o PTB, mas também há partidos em luta pela sua legalização. Fala-se que os partidos políticos atrapalham, são um fator de divisão. Outros acham que, como a questão é política, os trabalhadores vão acabar se unindo politicamente e para isso, precisam de um programa político, um partido político. Então, gostaríamos de ouvir a opinião de vocês nesta última rodada sobre essas questões atuais, que dizem respeito à tática da luta dos trabalhadores no presente momento.

**N**ilson Bahia: Dentro do processo de aliança é preciso que todas as posições e entidades progressistas que sempre estiveram ao lado do movimento se unam. Eu não vejo a greve geral como algo que vá desestabilizar. Se nós tivéssemos condições de parar este Brasil hoje, nós pararíamos, porque o sistema não oferece uma saída. Então os trabalhadores param para acertar, para colocar suas propostas, suas reivindi-

cações relacionadas com as condições de vida e de trabalho. E uma conquista só será obtida com um ato de força.

Eu acho que os trabalhadores têm de fazer política e a LSN é algo que já deveria ter sido incinerado há muito tempo. Mesmo os sindicatos devem ser políticos, embora devam ser apartidários. Não fazer política é negar uma necessidade do trabalhador. E a classe operária não vai assumir o poder se não fizer política efetivamente. As tendências políticas, as correntes políticas que sempre estiveram no movimento operário são um fator de educação política dos trabalhadores. É em cima das diversas concepções existentes que os trabalhadores têm se organizado, têm tido uma visão política, uma visão de mundo e têm se interessado por sua formação intelectual.



Foto L. C. Leite

Paulo Paim

**F**reitas: Hoje, a falta de liberdade, o arbítrio vigente há quase vinte anos, ainda impede que as forças políticas coloquem claramente as suas propostas e que a classe operária as debata. Portanto, eu volto a repisar a necessidade de se articular as lutas pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores, em grandes manifestações de massas, com a luta pela liberdade política. Sem dúvida, a greve geral é uma das tarefas atuais da classe operária. Outra questão que se coloca é a da organização da Central Única dos Trabalhadores que representa um anseio e uma necessidade da classe operária.

No plano político mais geral, vejo a necessidade de se criar uma frente democrática e da unidade dos interesses do povo e de a classe operária poder organizar-se livremente num Partido político que represente seus interesses de classe.

**P**aim: Eu considero um crime contra a classe trabalhadora certas teorias que, para sua infelicidade, estão surgindo, como essa de que não é o momento para a greve geral, que esta vai tirar a estabilidade dos governos de oposição. A greve geral está se forjando de modo natural e é um direito dos trabalhadores. No meu entendimento, os trabalhadores exigem que no CONCLAT se discuta amplamente sobre a formação da CUT.

Nós entendemos que a classe operária está vendo na CUT o rompimento na prática com o sistema sindicalista vigente no país, atrelado ao Ministério do Trabalho. Na sua formação, a CUT passará a dar um cunho político e uma direção unitária a todos os trabalhadores do país.

Eu gostaria também de deixar claro que discordo de alguns enfoques segundo os quais esse ou aquele grupo político prejudica o conjunto dos trabalhadores. Pela experiência que se tem no Estado, somente unindo todas as forças políticas é que se vai conseguir fazer os trabalhadores, em seu conjunto, avançarem. Há exemplos, nos momentos de confronto, em que essas forças têm marchado sempre juntas. Eu acho que tem de haver um amadurecimento político do conjunto do movimento sindical e também das forças políticas para permitir o avanço dos trabalhadores.

Encerrando, quero afirmar que considero que a história dos trabalhadores brasileiros será forjada por eles próprios. E esta história está sendo forjada a cada dia que passa.

**J**uraci: Eu acho que a questão da CUT será amplamente discutida no CONCLAT. Lá, todos os trabalhadores do campo e da cidade debaterão e defenderão as suas posições com relação à criação da CUT. O objetivo da criação da CUT é fortalecer o movimento operário a nível nacional e dar uma perspectiva ao movimento. Nós sabemos que essa perspectiva de encaminhamento concreto das lutas dos trabalhadores só vai se dar quando eles tiverem o seu organismo de cúpula, dirigindo todos os segmentos do operariado brasileiro de norte a sul.

Com relação à greve geral, nós sabemos que é a única saída. Agora, o que precisa ser feito, e o movimento sindical não deve se furtar a isso, é a preparação.

**B**atista: A greve geral é uma das grandes for-

ças para se conquistar uma efetiva democracia no país. Porque até hoje ainda persiste uma lei de greve, uma estrutura sindical e uma CLT que atrelam o movimento sindical ao Ministério do Trabalho. Até hoje ainda persistem leis que proíbem o partido da classe operária de colocar abertamente as suas idéias. Então, eu acredito que a greve geral é uma força do movimento operário, dos trabalhadores, para conquistar a efetiva liberdade neste país.

Eu acredito que os governos de oposição abrem um maior espaço para a participação dos trabalhadores e que devem cerrar fileiras com eles.

Acho também que a greve geral é um passo fundamental inclusive para romper com certas doenças que existem no movimento sindical, como o divisionismo e o cupulismo.

Sobre a situação, a tática dos trabalhadores, eu acho que na unidade democrática e popular, deve prevalecer o interesse da classe operária. Nós já temos experiências históricas em que o movimento operário, sob a direção de setores reformistas, acabou indo a reboque da burguesia.

**Q**ueirós: A situação em que nos encontramos hoje exige a unificação da classe operária. Eu não vejo outra maneira de fazermos frente à situação que vivemos hoje, senão através da unidade de todos os trabalhadores.

Quanto ao problema político, eu sou favorável à legalização de todos os partidos políticos. Eu acho que se existem o PDS, o PMDB, o PDT, o PTB e o PT, devem ser legalizados também todos os demais partidos políticos e cada um que se filie ou participe daquele partido que considerar mais conveniente ou mais combativo. E na época de uma eleição, o trabalhador tem o direito de escolher o partido que quiser. Quando se limita e se restringe outros partidos, está-se cerceando o direito de liberdade democrática do povo.

O movimento sindical brasileiro vive sérios problemas em todos os Estados, porque não consegue se unir e falar a mesma linguagem do trabalhador. Eu, sinceramente, acredito na greve geral, mas não para o momento. Nós que costumamos ir para porta da fábrica conversar com o trabalhador, não queremos dizer que ele seja covarde, que ele não vai fazer greve, mas existe um receio de fazer uma greve diante da situação de desemprego, pois o trabalhador foi levado ao terrorismo do desemprego. Então, é uma situação difícil, onde se tem de trabalhar

na base para conscientizar o trabalhador de que fazendo ou não a greve ele está perdendo o emprego. Se ele está trabalhando hoje, ele é o futuro desempregado de amanhã. Diante da situação que nós estamos vivendo, talvez a greve geral não seja uma greve de confronto com os patrões, mas uma greve política, para demonstrar ao governo que a situação está insuportável. Acho que será muito mais uma greve de caráter político do que reivindicatório.

Eu não vejo a greve como um fator de desestabilização dos governos de oposição. Não há dúvidas de que houve aproveitadores no movimento de São Paulo. Como haverá também se se decretar uma greve geral. Os oportunistas sempre aparecem e a história do movimento sindical registra que todas as vezes que os trabalhadores foram às ruas para reivindicar alguma coisa, os aproveitadores sempre apareceram para destruir o moral do trabalhador.

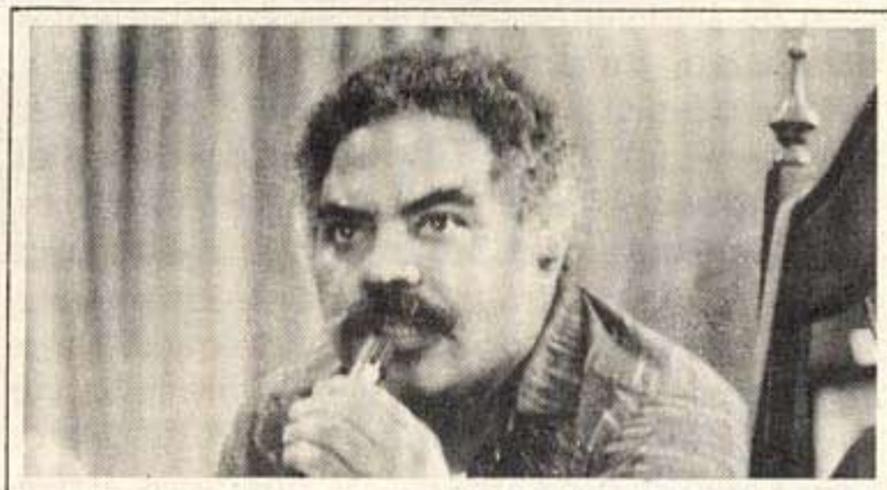


Foto L. C. Leite

Abdias dos Santos

**A**bdias: Eu acho que é preciso acabar com certos preconceitos. O trabalhador, aprende a vida toda que não pode fazer política e que sindicato não pode fazer política. É um tabu que precisa acabar. O trabalhador precisa fazer política, o sindicato é um instrumento político da classe trabalhadora e o partido político é importante. Uma sociedade não se organiza se ela não tiver partidos políticos e todos os segmentos sociais têm o direito de fundar legalmente os seus partidos, para que todo mundo tenha espaço de aderir ou não aderir, por livre opção.

Com relação à greve geral, eu a vejo como um instrumento da classe trabalhadora. Ela tem de ser construída. Eu não diria que nós marquemos um prazo para daqui a 15 dias deflagrar a greve geral, mas não podemos ficar na utopia de dizer que não é hora e não é tempo e ninguém se lançar a jogar a proposta de greve geral para os trabalhadores como um mecanismo de pressão, um instrumento de luta, uma

forma política de pressionar o regime. Se isso não for feito todos os dias, em todos os lugares, será utópico tudo o que estamos pensando.

É claro que devemos preservar determinados momentos, mas não podemos ficar justificando o não uso dos mecanismos de pressão dos trabalhadores por termos desestabilizar os governos que democraticamente nós elegemos. Inclusive, eu acho que se esses governos querem demonstrar colaboração com o movimento sindical, com os trabalhadores, devem impulsionar o movimento e não encarar a greve geral como um fator de desestabilização.

Tomando como exemplo o 1º de Maio no Rio, eu acho que o Brizola não atrapalhou. No Rio, o 1º de Maio foi um dia de protesto, de luta, de contestação.

**V**ital: A própria crise vai forçando os operários a irem se organizando. Hoje, cresce o número de sindicalizações, o pessoal procura mais o sindicato, tomam-se iniciativas. O Congresso dos Metalúrgicos foi um exemplo. De repente, convoca-se um congresso e aparecem mais de mil delegados, querendo participar. Veja também o exemplo da luta contra o desemprego em São Paulo, os trabalhadores saindo às ruas, buscando uma solução. Eu entendo que a classe operária, os trabalhadores necessitam cada vez mais da unidade, sobretudo nesta situação de crise. Quanto mais unidos os operários estiverem, mais vitórias eles poderão obter. Voltando a me referir ao Congresso dos Metalúrgicos como exemplo, lá o que a gente viu foi um grande número de companheiros levantando essa questão da unidade. É preciso identificar as lutas que unificam e assumir essas lutas.

Quanto aos partidos políticos, eu acho que no momento atual, é muito importante que cada partido político tenha o direito de se organizar livremente e manifestar abertamente sua opinião e defender suas propostas. Quem vai decidir se tal ou qual proposta é a mais avançada ou mais justa são os próprios trabalhadores.

A greve geral é uma aspiração dos operários, uma necessidade. É claro que ainda existe aquele medo de perder o emprego, mas dentro da fábrica o que a gente ouve é o seguinte: "se não for uma greve geral que pare tudo nós não vamos resolver os problemas. Só vamos encontrar uma solução no dia que parar o Brasil, parar tudo". Mas, nós devemos ter consciência de que a greve geral não surge assim num belo dia, ela precisa ser construída. O medo, a insegu-

rança do trabalhador só vão ser superados colocando para ele propostas de luta realizáveis, que em vez de prejuízo, tragam acumulação de força. Eu vejo com muita expectativa, com muita esperança, a realização do CONCLAT em agosto, onde nós podemos avançar inclusive na definição de formas de luta mais concretas.

Quanto ao problema da desestabilização dos governos de oposição, eu vejo o seguinte: a classe operária, os trabalhadores, precisam de aliados. E neste momento nós precisamos muito de aliados. Eu acho que o exemplo da presença do Brizola no 1º de Maio no Rio foi bem a propósito. Eu vejo também que em toda aliança há dois aspectos: o da unidade e o da luta. A classe operária só vai conseguir consolidar as suas alianças na medida em que tome iniciativas, que se lance à luta.

A situação que vivemos é muito delicada e nós temos que saber como avançamos, até onde vamos e como vamos arrastar os nossos aliados conosco. Mas, de forma alguma os operários devem abrir mão dos seus interesses, das suas reivindicações, porque dizem respeito às nossas necessidades objetivas. Vamos dizer que os desempregados não estão morrendo de fome, quando estão? Tem que arranjar uma solução, tanto a nível estadual como federal.

**R**oque: A greve geral deve ser construída e o trabalhador brasileiro está disposto a ela. Para fazer a greve geral, os sindicalistas devem realizar assembleias com os trabalhadores e com os desempregados. Mas, é preciso acabar com a divisão, conquistar a unidade.

No que se refere aos partidos políticos, nós sabemos que o Partido que serve aos trabalhadores é aquele que defende os seus interesses. E o governo não permite que esse partido se legalize, porque isso não vai beneficiar em nada o capital estrangeiro, os latifundiários, a burguesia.

**R**aimundo: Chegamos ao final do nosso debate. Faltou aprofundar mais em torno dos pontos levantados. Como se trata de uma primeira iniciativa e também de uma coisa ampla, de ouvir muitas opiniões, fica assim este debate como mais uma introdução a uma série de preocupações atuais da classe operária e como uma amostra do quanto podemos ir mais adiante na discussão, no debate para compreender os problemas que os trabalhadores estão vivendo.

Este perfil é eloqüente por si mesmo e mostra quão concentrada está a propriedade fundiária em nosso país. Essa situação é dinâmica e à medida que se incorporam novas áreas à produção, cresce essa

concentração.

Entre os censos de 1970 e 1980, a área ocupada aumentava em 22,7% e isso correspondia a um incremento de 4,9% no número de

estabelecimentos. Analisando comparativamente esse aumento da área ocupada e das propriedades segundo os grupos de área, e reduzindo a variação a pontos percentuais, teremos o seguinte quadro:

| Grupo de área (Tamanho) | Aumento do nº de Propriedade % | Aumento da área ocupada % |
|-------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| 0 → 10                  | + 3,3                          | - 0,9                     |
| 10 → 100                | + 4,2                          | + 7,3                     |
| 100 → 1000              | + 17,9                         | + 16,9                    |
| 1000 → 10.000           | + 29,5                         | + 31,9                    |
| 10.000 →                | + 66,5                         | + 75,6                    |
| TOTAL (BRASIL)          | + 4,9                          | + 22,7                    |

QUADRO 2: Variação entre 1970 – 1980.

Ao aumento de 22,7% da área ocupada não corresponde uma redistribuição efetiva da propriedade que visasse beneficiar os camponeses sem terra ou com terra insuficiente; pelo contrário, como o quadro 2 mostra, quanto maior a faixa de área das propriedades, maior a incorporação de áreas ocupadas. Donde se deduz que essa ampliação se fez em função da grande propriedade e para reforçá-la, acentuando ainda mais o caráter concentrador de nossa estrutura fundiária. Assim, no curto espaço de 10 anos, as propriedades com mais de 1.000 ha e menos de 10.000 ha aumentaram em 29,5% o seu número e ocuparam uma área 31,9% superior à anterior. O crescimento mais notável se deu na área dos superlatifúndios com mais de 10.000 ha, que aumentaram em 66,5% quanto ao número e 75,6% com relação à área anterior. Contrastando com isso, as propriedades de até 10 ha diminuíram a área ocupada em (-) 0,9% e aumentaram o número de propriedades em 3,3%, indicando um processo de fragmentação em curso. As áreas

entre 10 e 100 ha tiveram pequeno incremento quanto à superfície ocupada (7,3%) e o número de propriedades em 4,2%.

*As formas de concentração se dão tanto em função da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de terras novas, como em função da modernização do processo produtivo, geralmente vinculado a lavouras de exportação.*

As formas de concentração se dão tanto em função da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de terras novas, como em função da modernização do processo produtivo, geralmente vinculado a lavouras de exportação. Exemplo desse segundo caso é a diminuição de 9.817 estabelecimentos em Mato Grosso do Sul entre 1975 e 1980, quando da adaptação da produção local à exportação.

Esse processo de concentração atinge todo o território nacional, incorporando as diferenças regionais

quanto à "idade" da ocupação fundiária. Agrupando os Estados em 3 grandes regiões de produção agropecuária, por localização geográfica, importância econômica e estágio de ocupação do solo, teremos a grosso modo:

1) *Sul/Sudeste* — região industrializada, a mais desenvolvida do país, onde se encontra o centro dinâmico da nossa economia. E onde é gerada a maior parte da nossa produção agrícola exportável e se situam os maiores centros consumidores quanto à população e ao poder aquisitivo. Abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2) *Nordeste* — região de colonização antiga, pouco industrializada, com tradicional produção agropecuária para exportação (cana), e voltada em boa parte para o consumo interno. Abrange: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

3) *Fronteira Agrícola* (Centro Oeste e Norte) — região de ocupação recente onde se localizam as

uma das tarefas da revolução. É verdade que, em determinadas circunstâncias, latifundiários e setores da burguesia ligados aos imperialistas rivais dos norte-americanos, podem participar de certas ações contra o imperialismo ianque. Mas isto somente por objetivos limitados e por períodos relativamente curtos. Querer incluí-los na frente única democrática e antiimperialista seria incorrer em grave erro. Como assegurar na frente única a permanência simultânea de latifundiários e camponeses se os últimos — Segundo as Teses<sup>(2)</sup> — estão “interessados em liquidar uma estrutura agrária retrógrada que tem apoio na exploração imperialista?”

*É errado colocar de maneira absoluta, nas condições atuais do Brasil, a predominância dos objetivos nacionais em detrimento das reivindicações democráticas.*

Além disso, subordinando inteiramente as reivindicações democráticas ao fator nacional, a Declaração, ao invés de ampliar a frente única, como aparentemente pode parecer, não faz mais do que restringi-la. Isto porque será difícil, ou mesmo impossível, trazer as grandes massas camponesas para a frente única em que participem latifundiários. Tal fato poderia ocorrer se o país atravessasse uma situação que pusesse em perigo toda a nação, como no caso de agressão ou ocupação militar estrangeiras, quando os interesses de todas as camadas sociais estão diretamente ameaçados. Mas tal coisa não acontece no Brasil. Do ponto de vista tático, em determinadas ocasiões, a classe operária e seu partido podem, na ação prática, não dar muita ênfase às reivindicações agrárias de caráter radical e unir-se a latifundiários que têm contradições com os imperialistas norte-americanos e a setores da burguesia ligados a grupos monopolistas que concorrem com os monopólios ianques. Mas, se se tem em conta que o núcleo da frente única é constituído pela classe operária e os camponeses, que o fundamental para a frente única é atrair para ela as amplas massas trabalhadoras das cidades e do campo, é errado colocar de maneira absoluta, nas condições atuais do Brasil, a predominância dos objetivos nacionais em detrimento das reivindicações democráticas.

Do conteúdo da Declaração depreende-se

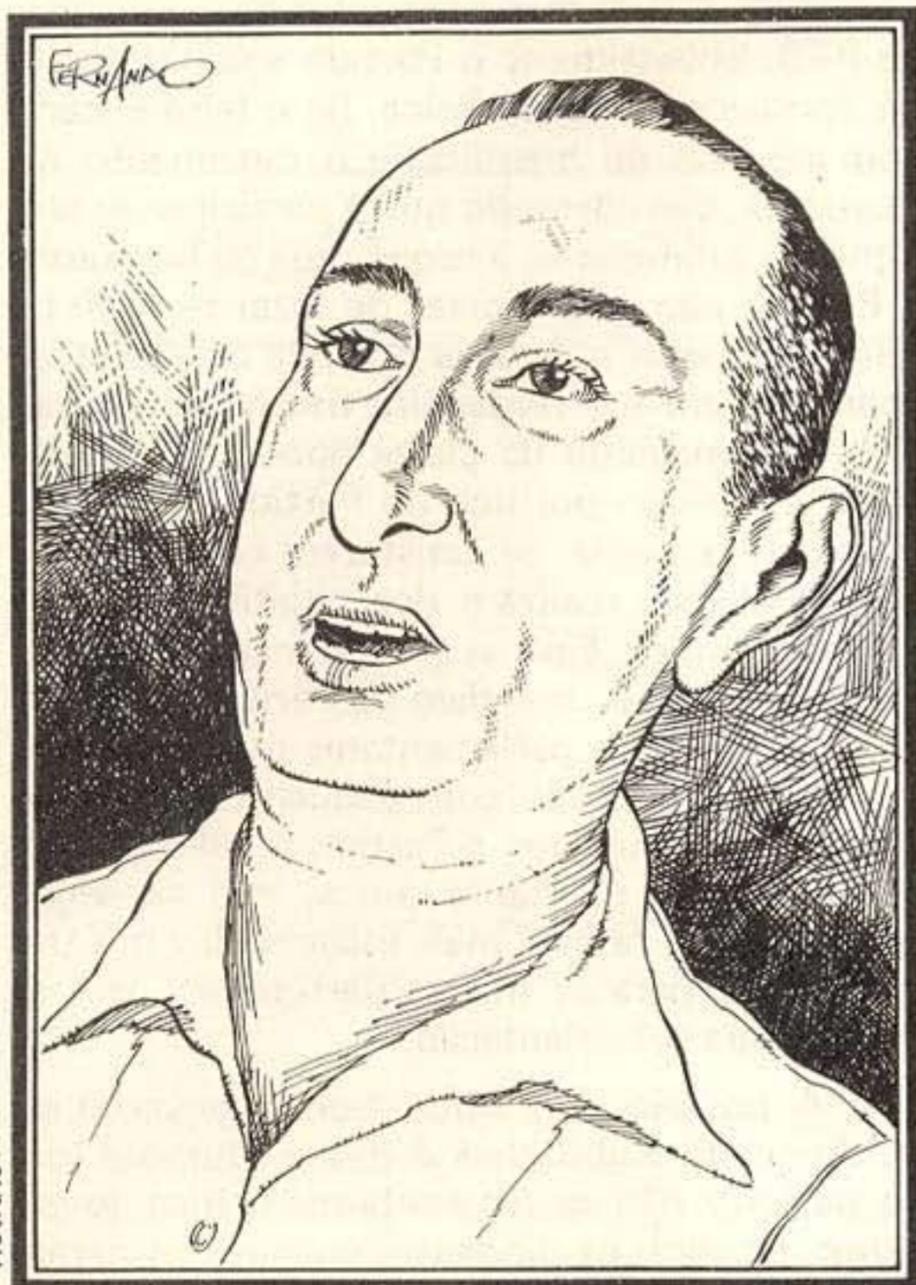
que tem mais valor para a formação da frente única a aliança com a burguesia do que os camponeses e a pequena burguesia urbana, colocados em plano muito secundário. A própria classe operária não é devidamente considerada, uma vez que suas reivindicações são inteiramente subestimadas. Por este caminho não se atrairá as grandes massas do povo, jamais se forjará a frente única democrática e antiimperialista.

Em palavras, a Declaração proclama a necessidade da hegemonia do proletariado na revolução. Mas esta questão não é somente um problema de definição. É um problema prático que, antes de tudo, se refere aos aliados da classe operária. Mais concretamente. Quem exercerá influência sobre os camponeses e os dirigirá? O proletariado ou a burguesia? A Declaração, ao dar absoluta primazia ao lado antiimperialista da revolução brasileira, em detrimento do seu aspecto agrário, estabelece de fato uma linha de renúncia à direção do movimento revolucionário por parte do proletariado, porque tal orientação dificulta a mobilização dos camponeses, entrava o processo de formação da aliança operário-camponesa, fator decisivo para que a classe operária conquiste a hegemonia na revolução.

#### OPORTUNISMO DE DIREITA DA DECLARAÇÃO

**A**s tendências oportunistas de direita da Declaração se manifestam com maior nitidez na questão do poder — problema fundamental da revolução. Partindo da justa constatação de que atualmente não há condições para alcançar um governo democrático e antiimperialista, a Declaração chega a uma conclusão falsa ao abdicar por completo da luta por este objetivo, limitando-se a reivindicar modificações parciais na política e na composição de sucessivos governos, nos marcos do regime vigente. Com esta tática gradualista, evolucionista, que contraria frontalmente a teoria marxista-leninista do Estado, pretende-se atingir um poder capaz de enfrentar as tarefas da revolução na presente etapa, o que equivale a afirmar que se conseguirá transformar o atual regime, em essência reacionário, num regime democrático e antiimperialista e, por extensão, o próprio capitalismo em socialismo. A Declaração considera que as forças revolucionárias chegarão ao poder através da acumulação de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições polí-

(2) Teses para discussão no V Congresso do PCB.



Maurício Grabois

ticas. Mas como acumular tais reformas no atual regime e com o poder nas mãos das forças reacionárias? A Declaração indica um caminho idílico em que irão sendo gradativamente retirados do governo os elementos reacionários e, também, gradativamente, irão ingressando no governo elementos progressistas, até que um dia se chegue a conquistar um poder democrático e antiimperialista.

*A democracia aparece na Declaração como inerente ao capitalismo, tese tipicamente revisionista.*

Afirma a Declaração que a democratização é uma tendência permanente na vida política nacional, uma decorrência do desenvolvimento do capitalismo. Assim, a democracia aparece como inerente ao capitalismo, tese tipicamente revisionista. Além disso, é uma afirmação que não corresponde à realidade e leva ao embelezamento do capitalismo. Em 38 anos de existência, o partido da classe operária só teve dois anos de vida legal; as organizações sindicais estão jungidas ao Ministério do Trabalho e

quando se dispõem a uma ação independente, e não declarações verbais que não têm correspondência com a prática, são ameaçadas de intervenção e fechamento; o rádio e a televisão — meios mais modernos e eficientes de propaganda — são privilégios dos homens do poder; cidadãos suspeitos de comunistas são impedidos de ser candidatos a postos eletivos; grandes massas do povo, principalmente os camponeses, por uma série de restrições, não participam na vida política do país. Algumas liberdades existentes, fruto da continuada e árdua luta do povo, são de tal forma generalizadas e exaltadas na Declaração, que se tem a impressão de que o Brasil vive numa autêntica democracia.

### A DECLARAÇÃO PREGA A "VIA PACÍFICA" DA REVOLUÇÃO

**N**o que concerne ao caminho da revolução, a Declaração afirma que o Brasil é um dos países para o qual se abre a possibilidade real da via pacífica. Partindo de uma análise profundamente subjetiva, traça um caminho róseo, sem comoções sociais e choques violentos para realizar as tarefas da revolução. Levando ao absoluto a possibilidade do caminho pacífico, na prática, a Declaração o torna de fato o único caminho. Toda a orientação que estabelece é baseada nesse caminho, desarmando, assim, o proletariado e seu partido para qualquer outra eventualidade. Por isso, a advertência, feita de passagem, de que no caso dos inimigos empregarem a violência é indispensável ter em vista a solução não-pacífica, não tem a menor significação. Embora, na presente situação do mundo, se deva ter em conta a viabilidade do caminho pacífico, não se pode, nas condições brasileiras, torná-lo absoluto. Os comunistas preferem este caminho. Mas cometeriam grave erro se nele apoiassem toda a sua atuação porque nada ainda tem comprovado que o caminho da revolução brasileira é o caminho pacífico. A experiência passada e recente dos países da América Latina mostra que não foi pacífico o caminho para derrubar as ditaduras. Mesmo no Brasil, a prática mostra que as mudanças na estrutura econômica do país ou nas instituições políticas não se fizeram sem o apelo à força armada, embora nem sempre se verificassem choques sangrentos.

A Declaração de março de 1958 é, assim, um documento que encara os problemas da revolução brasileira do ponto de vista da

burguesia, conduz à negação da luta revolucionária, à adaptação ao capitalismo e ao evolucionismo sob o disfarce de caminho pacífico. Isto favorece a penetração da ideologia burguesa entre as massas, o que dificulta ganhá-las para as posições do proletariado.

### A ATIVIDADE DOS COMUNISTAS A PARTIR DE MARÇO DE 1958

**E**m sua atuação prática, os comunistas têm alcançado alguns êxitos. Nas últimas campanhas eleitorais, de um modo geral, tiveram uma participação ativa. Enfrentando as restrições antidemocráticas que tolhem sua ação política, o Partido, em alguns lugares, ajudou a formar coligações que asseguraram a vitória de candidatos nacionalistas. Elegeram também inúmeros candidatos comunistas que concorreram aos postos eletivos sob diferentes legendas partidárias. Apesar das deficiências apresentadas em sua atividade, os comunistas têm contribuído para fortalecer a organização sindical da classe operária e para fazer avançar o processo de sua unificação. Ocuparam lugar de destaque nas lutas pelas reivindicações dos trabalhadores, particularmente no que se refere ao aumento de salário e contra a carestia de vida. Os comunistas ajudaram a impulsionar as lutas patrióticas, realizando ações unitárias com outras forças, o que contribuiu, de certo modo, para fortalecer o movimento nacionalista. Estes êxitos, porém, são relativamente pequenos se se tem em conta as condições bastante favoráveis existentes no país para o avanço do movimento democrático e antiimperialista e para o crescimento do Partido.

A prática destes últimos dois anos tem revelado com bastante nitidez o caráter oportunista da atual orientação. Esta tem levado o Partido à renúncia de uma posição independente, tanto no terreno político como no ideológico.

*O Partido não pode deixar de fazer-se ouvir no seio das massas e na vida política brasileira, de aparecer com sua verdadeira fisionomia de partido de vanguarda da classe operária.*

De um modo geral, a posição do Partido é de reboque em relação às forças aliadas, em

particular à Frente Parlamentar Nacionalista e ao PTB. Subestima-se o Partido sob o pretexto de fortalecer a frente única. Se é falso encarar com reservas ou hostilidade o movimento nacionalista, considerando que a participação nele significa submeter-se à hegemonia da burguesia, o Partido não pode deixar de fazer-se ouvir no seio das massas e na vida política brasileira, de aparecer com sua verdadeira fisionomia de partido de vanguarda da classe operária. É muito fraca a atuação política do Partido. Os comunistas, atualmente, se satisfazem com a defesa que os aliados realizam dos objetivos comuns da frente única. Para as grandes massas não são claras as palavras de ordem do Partido. Sem jornais diários, sem parlamentares que falem em seu nome, contando com pequeno número de dirigentes conhecidos, o Partido se dilui no movimento geral da frente única, não consegue atrair nem os setores mais esclarecidos dos trabalhadores para as fileiras partidárias, nem as massas para sua orientação.

A posição do Partido face ao governo do sr. Juscelino Kubitschek é dúbia. Durante longo período não se fez nenhuma crítica ao governo. Quando os dirigentes comunistas vieram para a atividade pública legal, foram dadas entrevistas que implicavam praticamente no apoio em bloco à política governamental. Posteriormente, começou-se a apoiar os lados positivos do governo e a criticar os negativos, mas dava-se tanta ênfase ao apoio, e as críticas eram tão tímidas e inconseqüentes, que, para as massas, a posição dos comunistas se apresentava como favorável ao governo. É característico que, depois de ter-se combatido a política econômico-financeira do governo, se tenha passado a combater unicamente certos aspectos dessa política. A apresentação de soluções positivas sem que, simultaneamente, se desenvolva a crítica à política do governo, transforma, na prática, os comunistas em seus colaboradores. A ação dos comunistas que assume maior relevo tem sido a de apoiar. Geralmente, apóiam promessas que não se tornam realidade ou medidas de fachada que logo são anuladas por outros atos reacionários. Tudo isto contribui para que amplos setores do Partido tenham uma atitude de conformismo, de passividade ou mesmo de concordância diante do governo. Se não se combate energicamente a política errônea do governo, as forças mais reacionárias utilizarão em seu favor, como já vêm fazendo, o descontentamento popular.

A orientação de luta por um governo nacionalista e democrático, através de sucessivas

mudanças na política e na composição do atual governo, vem fracassando. Que se conseguiu com a aplicação desta tática? No que se refere à política do governo, esta se mantém, no fundamental, antipopular e de capitulação ao imperialismo norte-americano. No que concerne às modificações na composição do governo, se é certo que saíram da pasta da Fazenda o sr. Lucas Lopes e, do BNDE, o sr. Roberto Campos, verdade é também que ingressaram no ministério os srs. Armando Falcão, Amaral Peixoto, Horácio Lafer, Paes de Almeida, além do sr. Lúcio Meira, na direção do BNDE. Na realidade, as mudanças verificadas no governo fortaleceram as posições dos reacionários e entreguistas.

Nestes últimos meses, levada pelos próprios acontecimentos e pela pressão da crítica dos militantes, a direção nacional, sem explicação e qualquer espírito autocrítico, procura fazer certas modificações na posição do Partido face ao governo, levando, assim, a confusão às fileiras partidárias.

*Subestima-se a luta pela reforma agrária, sob o pretexto de não prejudicar a ação contra o imperialismo norte-americano.*

Na atividade prática, subestima-se a luta pela reforma agrária, sob o pretexto de não prejudicar a ação contra o imperialismo norte-americano. Enquanto diversas correntes e partidos políticos desfraldavam a bandeira da reforma agrária, os comunistas reduziam a questão camponesa a medidas de reforma agrária ou escondiam a palavra-de-ordem de reforma agrária.

#### DIFICULDADES NA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Orientando-se pela atual linha política, o Partido na sua atuação não se distingue dos demais partidos que têm posição nacionalista. Para as massas o Partido não se apresenta como partido do socialismo, mas como partido do nacionalismo, com objetivos bastantes limitados, o que entrava o ingresso em suas fileiras das pessoas que são despertadas para o comunismo pelas grandes vitórias do sistema socialista, particularmente da União Soviética e da China Popular.

No que se refere à vida interna do Partido,

vêm sendo alcançados alguns resultados positivos. As eleições para escolher as direções partidárias estão se tornando norma. As alterações na estrutura do Partido, de acordo com a divisão administrativa do país, vêm possibilitando maior integração dos organismos regionais e locais na vida política. Mas a vida orgânica do Partido é muito precária. Não há preocupação com o funcionamento das organizações de base e com a construção do Partido. De outra parte, os próprios militantes manifestam pouco interesse pelas reuniões. Em alguns setores do Partido, registram-se tendências a abandonar o trabalho nos organismos e a se limitar exclusivamente à ação nas organizações de massa, a afrouxar os vínculos partidários e a subestimar a disciplina. Organizações de base e direções intermediárias renunciam ao seu papel de vanguarda e se transformam em simples auxiliares das organizações de massa. Embora os métodos de direção tenham melhorado em virtude das exigências do conjunto dos militantes, o trabalho coletivo dos órgãos dirigentes ainda é muito deficiente. A própria Declaração de março de 1958 foi obra de um pequeno grupo de camaradas, elaborada à revelia dos membros do CC e apresentada de surpresa a este órgão dirigente na reunião em que foi aprovada.

Mais séria ainda é a situação no terreno ideológico. Circulam no Partido idéias estranhas ao proletariado sem o necessário combate. É grande e intensa a penetração da ideologia burguesa no movimento comunista. No entanto, em quase todos os Comitês Regionais o trabalho de educação dos militantes e a defesa do marxismo-leninismo foram abandonados. Paralisou-se o trabalho de edição de livros marxistas, deixando-se o campo aberto para as idéias da burguesia ou do imperialismo. As teorias defendidas pelas publicações e instituições culturais burguesas invadem as fileiras partidárias sem oposição. A negligência no trabalho ideológico e as posições oportunistas, resultantes da linha política, levam ao enfraquecimento do espírito de Partido, à perda da combatividade, da capacidade de luta e de sacrifício dos militantes. Esta situação mostra que, na luta ideológica, embora se deva prosseguir no combate às concepções sectárias e esquerdistas para melhorar as relações entre o Partido e as massas e fazer avançar o processo de formação da frente única, o fundamental, agora, é golpear as tendências oportunistas de direita que constituem o principal perigo.

Tudo isto impõe a necessidade de mudar de rumo, de substituir a atual orientação do

Partido por uma nova linha que corrija os erros de direita, sem incidir nos velhos erros esquerdistas e sectários. Com este fim, partindo de um ponto de vista de classe do proletariado, é preciso analisar a situação objetiva do país, caracterizar a revolução brasileira e definir suas tarefas, e estabelecer a tática com vistas a alcançar as reivindicações programáticas da presente etapa da revolução. Sem pretender dominar a verdade sobre problemas tão complexos e difíceis, apresento, como contribuição ao debate, minha opinião sobre tais questões, a qual considero uma posição bem diversa da que vem sendo seguida pelo Partido.

.....  
A seguir, trecho do artigo de Maurício Grabois de Junho de 1960, intitulado

### UMA DEFESA FALSA DE UMA LINHA OPORTUNISTA

**M**as (as Teses e a Declaração de 1958 — NR) ao tentar a inovação, caem no gradualismo oportunista. Admitem que o Brasil é um dos países para o qual se abre a possibilidade real da via pacífica. Baseiam-se, no entanto, em premissas que, quando não são falsas, são hipóteses ou constatações unilaterais. Assim, a tese da “democratização crescente da vida política” não corresponde à realidade. Embora o país, atualmente, viva num clima de relativa liberdade, não se pode assegurar que a democratização é uma tendência permanente na vida brasileira, uma vez que as forças reacionárias se mantêm no poder e sempre que seus interesses são atingidos, apelam para a violência e atentam contra as liberdades democráticas, como tem se verificado em vários pontos do país. No que tange ao “ascenso do movimento operário”, ainda que tenha grande influência no curso dos acontecimentos políticos, a verdade é que a unidade e a organização da classe operária estão num nível tão pouco desenvolvido que não podem servir de base para se proclamar que existe a possibilidade real do caminho pacífico. Não se pode também basear esta possibilidade no “desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática”, porquanto as próprias Teses (item 26) afirmam que “o movimento nacionalista é, em certo grau, fluido e disperso” e as forças que o compõem “não seguem um plano unificado de ação nem mesmo possuem uma plataforma comum”. São, por isso, inconsistentes as premissas em que se apóia a Declaração

para fundamentar o caminho pacífico. Em consequência, idealiza o caminho da revolução anti-imperialista e antifeudal. “O Povo brasileiro — afirma aquele documento — pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação gradual, mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem-do-dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.” Poder-se-ia traçar um quadro mais róseo evolucionista e reformista para a marcha da revolução brasileira? A seguir, a Declaração diz ser preciso para avançar neste caminho a conquista de um governo nacionalista e democrático. As Teses indicam os meios prováveis para conquistá-lo: a) pressão pacífica de massas para afastar do poder os entreguistas e substituí-los por nacionalistas; b) pela vitória dos candidatos nacionalistas e democratas nos pleitos eleitorais; c) pela ação das massas e dos setores nacionalistas do parlamento, das forças armadas e do governo contra as tentativas de golpes dos entreguistas e reacionários.

### O RUMO PRECÁRIO DA DECLARAÇÃO E DAS TESES

**S**ão bastante discutíveis estes meios prováveis de conseguir um governo capaz de “encaminhar a solução dos problemas vitais do povo brasileiro”. Além disso, as três soluções são apresentadas desligadas umas das outras. Vacilando, em relação à eficácia de tais meios, as Teses mais adiante afirmam acacianamente que “o complexo desenvolvimento da vida nacional é que determinará os meios concretos para a conquista de um governo nacionalista e democrático”. Em linguagem de simples mortais: tudo pode acontecer, mas os meios prováveis para conquistar aquele governo são os mesmos que se encontram nas Teses. Por estas veredas, o Partido não irá longe. Se a prática é o supremo critério da verdade, qual a experiência concreta, uma vez que tais meios prováveis já constavam da Declaração? O balanço dos progressos obtidos em mais de dois anos de aplicação desta tática é melancólico. O governo do sr. Juscelino Kubitschek, como foi visto acima, tem hoje, do ponto de vista da democracia e da luta antiimperialista, uma composição bem pior do que no início de 1958. Isto mostra o quanto é precário o rumo traçado na Declaração e nas Teses no concernente ao caminho pacífico.

---

# A CEM ANOS DA MORTE DE KARL MARX

---

*João Amazonas*

---

*No centenário da morte de Karl Marx, João Amazonas reafirma  
a atualidade das idéias*

---

*do fundador do socialismo científico,*

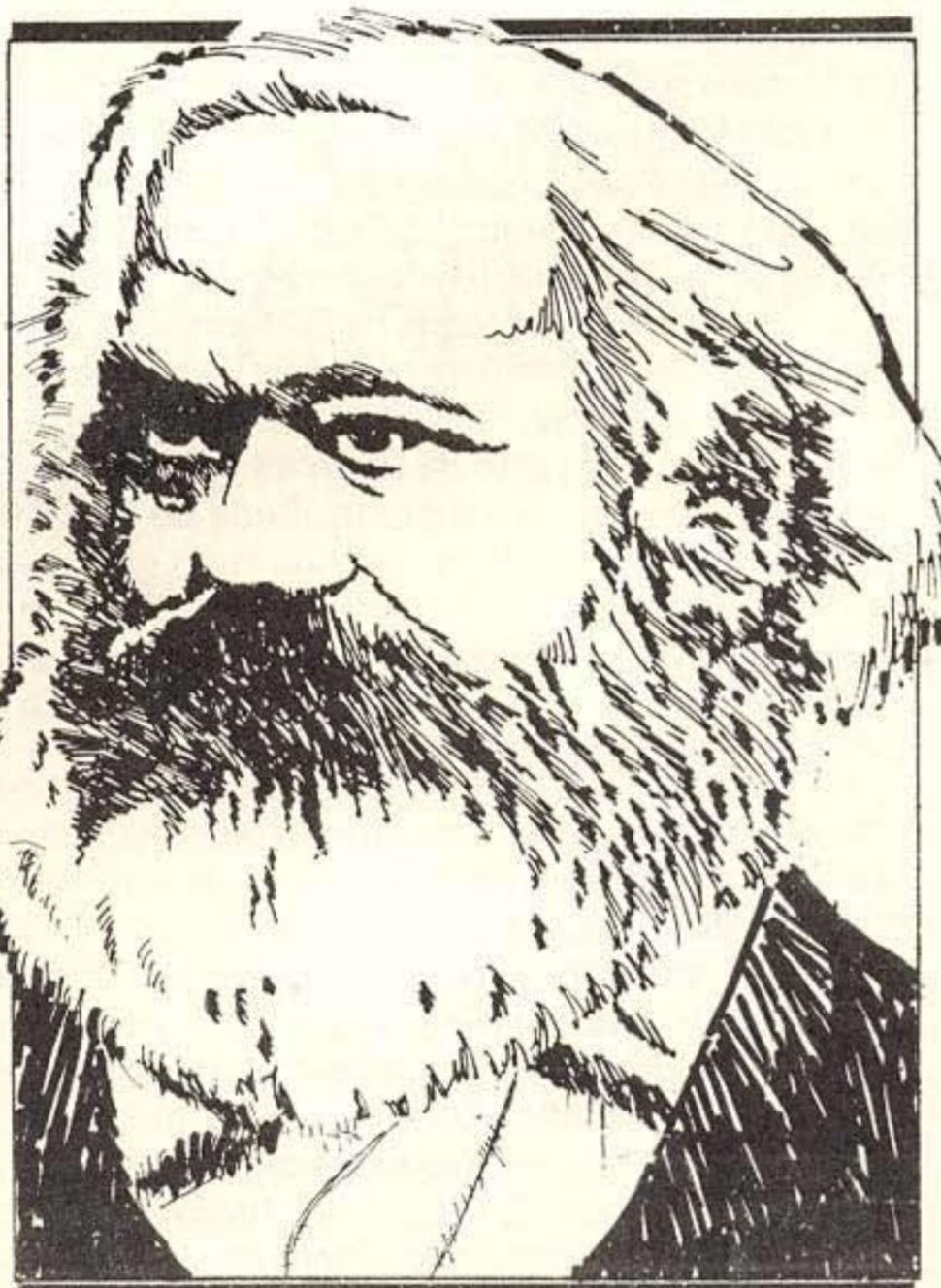
---

*discorre sobre a influência de Marx no Brasil e refuta teses  
errôneas contrárias ao marxismo.*

---

**A** História registra nomes ilustres de homens que ganharam notoriedade por suas contribuições valiosas ao conhecimento humano, por seus empreendimentos arrojados, por suas ações revolucionárias. Entre esses nomes sobressai o de Karl Marx, cuja morte ocorreu há cem anos, em março de 1883. Sua obra profunda e renovadora que vai do materialismo dialético às leis do desenvolvimento histórico abrangendo vasto campo da ciência significou enorme progresso. Suas descobertas no terreno social deram fundamento científico à compreensão dos diferentes estágios pelos quais passou a humanidade, demonstraram a inevitabilidade do fim do capitalismo e projetaram luz sobre os aspectos essenciais da sociedade do futuro.

Como todos os sábios que contrariaram as conveniências dos poderosos de sua época, Marx trabalhou num ambiente que chegava às raias da miséria. Pesquisou e elaborou suas teorias perseguido por governos reacionários, privado dos mínimos recursos. Não obstante, foi de uma tenacidade incomparável. Empenhou-se de corpo e alma na grandiosa tarefa a que se propusera. Trabalhava e lutava. A luta era fonte



*Karl Marx — Ilustração Fernando.*

de saber e, ao mesmo tempo, o seu laboratório de provas. Participou das comoções que sacudiram a Europa na segunda metade do século passado, comprovando a justeza de suas idéias, e recolheu experiências que ajudaram a enriquecê-las. Inspirou e fundou a I Internacional, agrupando os movimentos socialistas daquele tempo.

Marx legou à posteridade, em especial à classe operária, eficaz instrumento de libertação. Sua doutrina, um sistema de concepções coerentes e harmoniosas, base do socialismo científico, desempenha o papel de estrela-guia da luta de classe do proletariado pela construção de um novo mundo.

Na ocasião em que se comemora o centenário do seu passamento, oportuno é destacar a importância da defesa e do estudo dessa invencível doutrina que a burguesia e os oportunistas procuram a todo transe deturpar ou castrar-lhe o conteúdo revolucionário.

### A INFLUÊNCIA DE MARX NO BRASIL

**A**s idéias de Marx, que revolucionaram a ciência, em particular a ciência social, somente começaram a chegar ao Brasil mais de meio século após sua elaboração, o que bem demonstra o caráter atrasado e obscurantista da sociedade brasileira. Alcançaram o nosso país como eco distante da Revolução Proletária de 1917, na Rússia. Aqui, seus livros apareceram primeiro em espanhol. Na década de 20, editou-se em português o Manifesto do Partido Comunista, de 1848. E até hoje, cem anos depois da morte de Marx, a maior parte da sua obra é desconhecida entre nós, quase sempre proibida no Brasil. Periodicamente, a polícia destruía tudo que encontrava desse autor. Ainda hoje, um livro de Marx numa estante, serve de referência aos inimigos da cultura e do progresso para indiciar e perseguir quem o agasalha.

O esforço principal no sentido de introduzir Marx no Brasil deve-se ao Partido Comunista, fundado em 1922, que, com poucos recursos, organizou a difusão de alguns de seus livros, numa escala, porém, reduzida. Ultimamente, outras iniciativas com fins comerciais surgiram. Publicou-se O CAPITAL e vários resumos de seus trabalhos. Em certas escolas de economia já se fala em Marx. Contudo, da filosofia marxista pouco ou quase nada é veiculado. Desconhece-se simplesmente a dialética materialista

que é "a alma do marxismo", no dizer de Lênin. Entrementes, propaga-se o idealismo filosófico, embrutecedor, anticientífico.

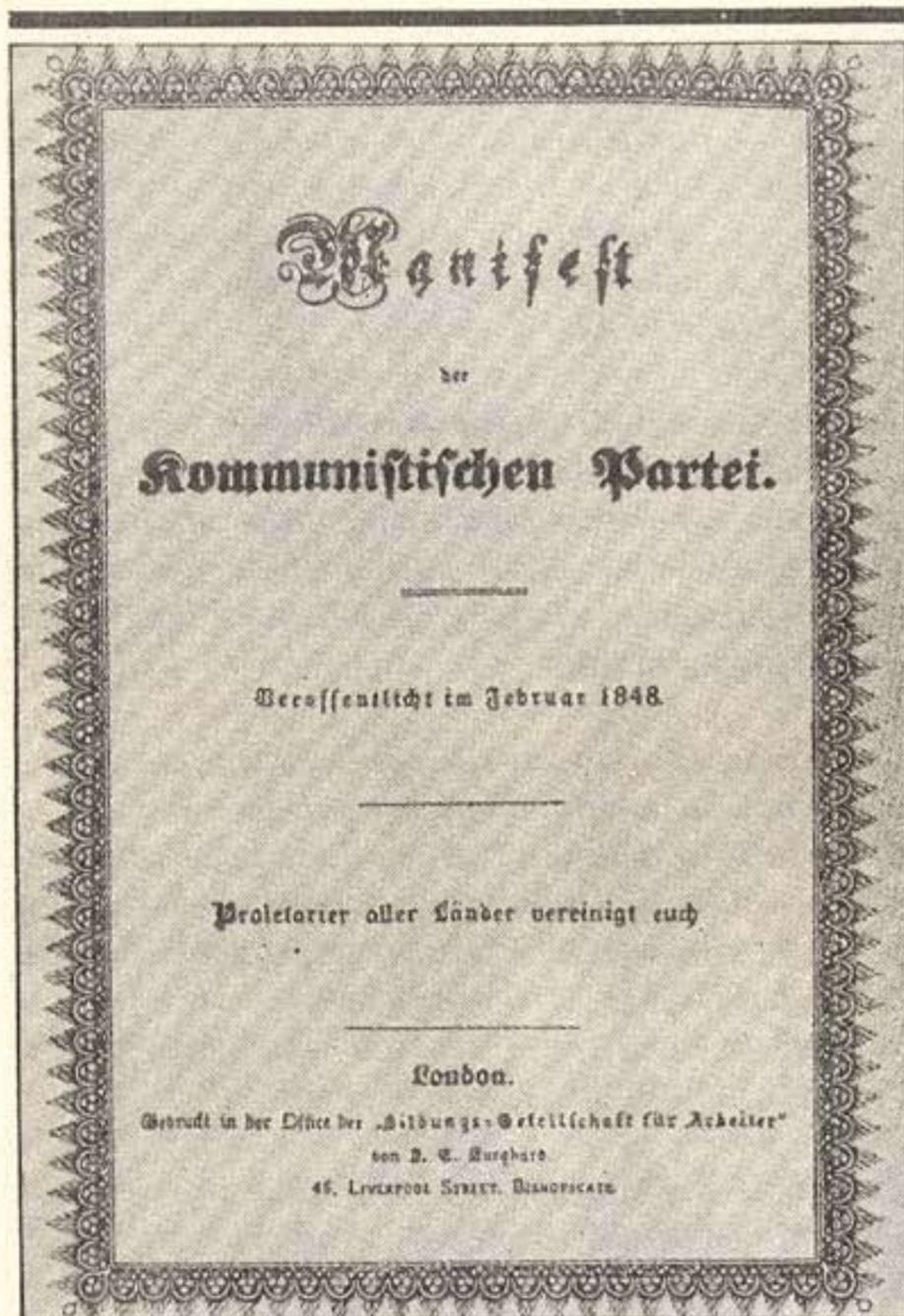
Embora reprimido, o marxismo tem exercido influência generalizada no Brasil. Expressa-se antes de tudo, na atuação do partido do proletariado, fruto ele próprio das idéias marxistas. Graças ao marxismo vai-se definindo com maior clareza a solução de problemas fundamentais, ganham corpo idéias corretas acerca de questões relacionadas com o progresso do país, com a emancipação dos explorados e oprimidos, com o socialismo. O marxismo se afirma, cada vez mais, como a base teórica da organização de vanguarda da classe operária.

O ataque permanente e a repressão sistemática das classes dominantes às concepções de Karl Marx constituem obstáculos ao avanço do povo brasileiro em busca de um futuro melhor. Criam entraves ao conhecimento de grandes conquistas da ciência, sobretudo no campo do materialismo histórico. Os métodos de coerção, engodo e desvirtuamento do marxismo são variados.

### REFUTAÇÃO E DETURPAÇÃO DO MARXISMO

**A** burguesia sempre hostilizou o marxismo e seus partidários. É ainda recente o exemplo do nazismo que transpôs as fronteiras da insanidade no combate aos marxistas. Os imperialistas norte-americanos, mal saíam da II Grande Guerra, iniciavam outras guerras que denominavam ideológicas pretextando o perigo do comunismo. Há pouco, o presidente dos Estados Unidos proclamou, da tribuna do Congresso desse país, a cruzada intervencionista na América Central para rechaçar o que qualificou de ameaça comunista no Continente. Mas não só pela violência a burguesia luta contra Marx. Ao lado da força, emprega igualmente as armas da contestação supostamente teórica das concepções do genial criador da ciência social. Mobiliza permanentemente grupos numerosos, em geral bem pagos, de analistas, pesquisadores, economistas, marxólogos, sociólogos para "refutar" o marxismo ou tentar provar a sua inconsistência. Dispondo do monopólio dos meios de comunicação, difunde largamente as elucubrações desses pseudo-cientistas políticos.

Um dos argumentos mais em voga refere-se à hipotética falta de atualidade do marxismo.



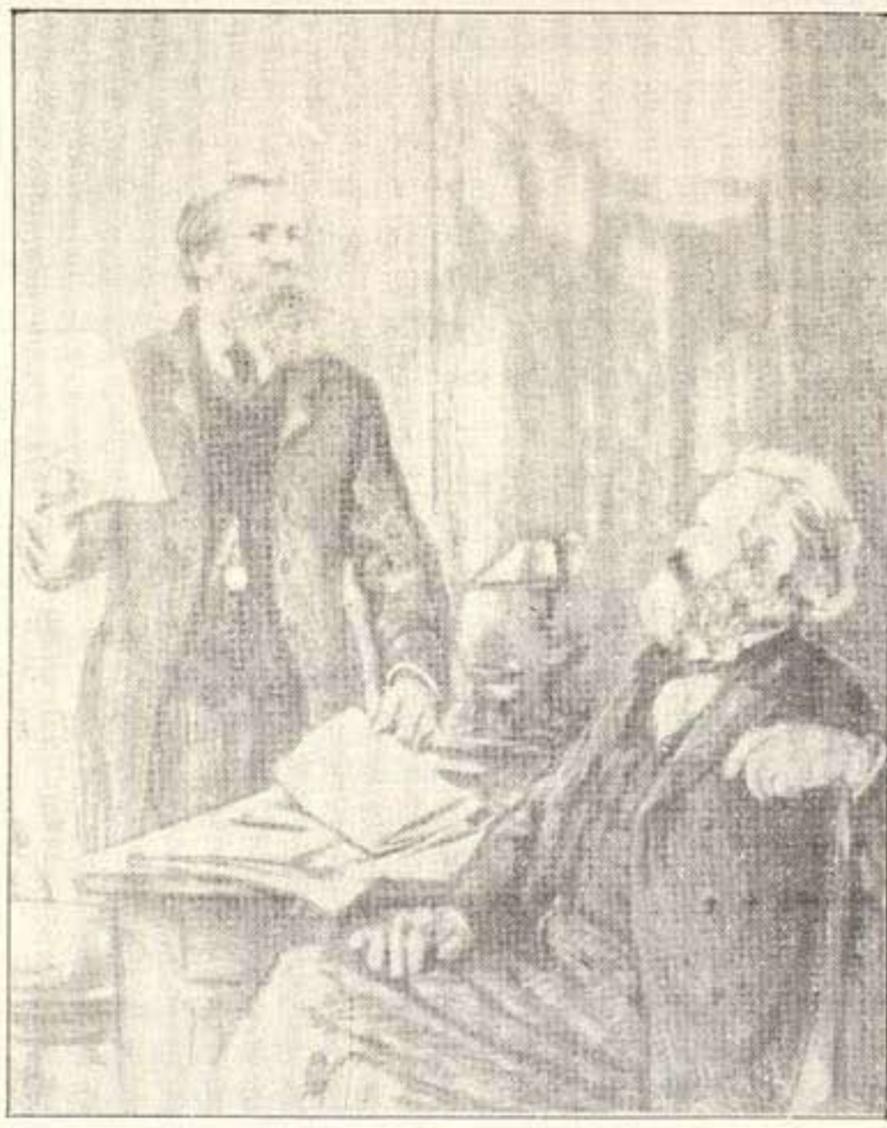
Frontispício da 1ª edição, impressa em alemão, do Manifesto do Partido Comunista (1848).

Como já não podem negar de plano o valor das teorias de Marx, seus opositores dizem que elas serviram para outras épocas. Presentemente não teriam cabimento dado que se criara uma nova situação no mundo dentro da qual fenômenos como a violência revolucionária, a luta de classes, a ditadura do proletariado etc., haviam perdido sua razão de ser. Esse argumento foi também invocado por Nikita Kruschov, em 1956, na União Soviética, a fim de revisar o marxismo. Indubitavelmente, a situação de hoje não é exatamente a mesma do tempo em que viveu Karl Marx. Ocorreram mudanças consideráveis. Mas o capitalismo não deixou de ser capitalismo e a lei fundamental em que se baseia — a lei da **mais-valia** — continua em vigor. As mudanças verificadas só fizeram confirmar as conclusões marxistas. O capitalismo, em sua última fase, a fase imperialista, agravou em extremo as contradições oriundas desse sistema. A livre concorrência cedeu lugar ao monopólio, a busca do lucro máximo intensificou a exploração da classe operária, a centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegaram a tal nível que se tornaram incompatíveis com a envoltura capitalista. A so-

cidade dividiu-se de modo irreversível em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. Colocou-se objetivamente na ordem do dia a questão da substituição do arcaico sistema burguês pelo socialismo. A obra de Marx não tem caráter conjuntural, não se apóia em fatores acidentais ou momentâneos. Faz um exame completo da vida econômica e política da sociedade burguesa, como um todo. Define as leis, as contradições, as tendências do seu desenvolvimento e conclui ser fatal o seu desaparecimento. Ao contrário do que asseveram os contestadores, as teses e conclusões fundamentais de Marx são da maior atualidade, adquirem a cada dia força de verdade objetivas, incontestáveis. Exatamente no momento que vivemos, ocupam lugar proeminente na solução de questões que envolvem o movimento da classe operária e das massas oprimidas. As alegações de carência de oportunidade do marxismo por haver outra realidade são inteiramente falsas. Se se pretende falar de nova situação, esta só poderá ser a da proximidade dos grandes confrontos sociais, da acumulação de gigantesca carga de descontentamento popular que explodirá, sem dúvida, destruindo o velho edifício do capitalismo — tal como indicou e fundamentou Karl Marx.

Os economistas e sociólogos burgueses apresentam ainda, para negar Marx, o argumento falacioso da desaparecimento ou controle das crises. Partindo de que, após o conflito mundial da década de 40, passaram muitos anos sem se ter manifestado esse evento cíclico, induziram daí, empiricamente, o término de sua repetição periódica. Afirmam que o capitalismo criou instrumentos de controle capazes de contorná-las. Marx demonstrou, no entanto, que o capitalismo não tem absolutamente meios para impedir as crises que lhe são inerentes, originadas da contradição básica da produção capitalista: o caráter social da produção e a forma privada, capitalista, de apropriação do produto. As crises tomam novos aspectos, ganham maiores ou menores dimensões, produzem tais ou quais efeitos danosos, mas não deixarão de existir enquanto perdurar o capitalismo. Se não se revelaram imediata e mediatamente no pós-guerra, isto se deve a fatos acidentais, circunstanciais, como a destruição maciça das forças produtivas durante o conflito bélico que exigiam certo tempo para se recompor e porque somente os Estados Unidos saíram incólumes da hecatombe guerreira. Há muito, porém, esses fatores desapareceram, o capitalismo seguiu sua marcha desordenada e a crise voltou a evi-

denciar-se com intensidade invulgar. Difere em vários aspectos da de 1929/32: sua duração tem sido bem maior; não ocorreu a destruição em massa de bens estocados, embora a produção continue caindo ou se mantenha estagnada; tampouco se verificou a queda geral dos preços devido ao grau elevado de monopolização da economia, particularidades que dificultam a saída da crise. Os estragos produzidos são descomunais e não se pode vislumbrar ainda o fim da denominada recessão mundial. Até a corrida armamentista, que permite certo incremento da produção e assegura grandes lucros aos capitalistas, dando origem porém à militarização da economia, não propicia condições, mesmo passageiras, para o crescimento econômico porque quando surgiu a crise, o armamentismo já estava em marcha acelerada.



Karl Marx e seu colaborador e amigo F. Engels. Gravura de N. Zhukov.

Contrapõem-se também os economistas da burguesia à tese de Marx sobre a pauperização relativa e absoluta do proletariado. Aceitam a pauperização *relativa*, isto é, a diminuição continuada da participação dos operários no rendimento nacional produzido nas empresas capitalistas enquanto aumenta a parte dos burgueses. Os dados estatísticos nesse sentido são demasiado eloqüentes para serem desconsiderados. Tais economistas contestam, entretanto,

o empobrecimento absoluto da classe operária.

*“À medida que se acumula o capital, — disse Marx — necessariamente tem de piorar a situação do operário qualquer que seja a sua retribuição, seja alta ou baixa.”*  
(O CAPITAL, K. Marx.)

Esta é a lei geral da acumulação capitalista por ele descoberta e que tem a ver com a exploração da classe operária, com a ânsia de maior lucro tirado do aumento da *mais-valia*, o que exacerba as desigualdades sociais. Aliás, Engels observa que

*“o produto do trabalho depois de deduzidos os gastos, divide-se em duas frações — o salário do operário e o lucro do capitalista. A fração lucro não pode aumentar sem que se diminua a fração salário. Negar que o capitalista tem interesse em diminuir o salário equivale a afirmar que não tem interesse em aumentar os lucros”.*

Baseando suas afirmações em cálculos referentes a países desenvolvidos, imperialistas, e em casos e períodos isolados, esses economistas tentam “provar” que, ao invés da queda contínua do nível de vida dos proletários, dar-se-ia uma melhoria razoável no seu padrão de existência. Entretanto, as condições de vida e trabalho da classe operária precisam ser vistas num plano mais amplo, considerando-se tanto os países desenvolvidos como os atrasados. Nem se pode deixar de focalizar a situação dos empregados e a dos desempregados, as épocas de expansão e as de crise, o maior desgaste físico dos produtores determinado pela intensidade do trabalho, bem como as necessidades dos operários, historicamente criadas, que se expressam no valor da força de trabalho. A classe operária dos Estados Unidos, por exemplo, compõe-se de algumas dezenas de milhões de operários em atividades produtivas e de dez a doze milhões de desempregados permanentes que constituem o exército de reserva industrial. Se se tomam na devida conta todos esses elementos para julgar a situação geral dos trabalhadores, verifica-se não uma melhora ou mesmo um estancamento, mas a queda persistente do seu *standard* de vida, o empobrecimento do proletariado em termos absolutos, como assinalou Marx. Recentemente, o diretor-geral da ONU para a Agricultura e a Alimentação, Edouard Saouma, afirmava naquela instituição que “40 milhões de pessoas morrem todos os

anos de fome e de desnutrição e que cerca de 450 milhões de seres humanos padecem de fome em todo o mundo". São dados — possivelmente aquém da realidade — que patenteiam o agravamento brutal da maneira de viver dos trabalhadores, e confirmam, ainda uma vez, os prognósticos marxistas.

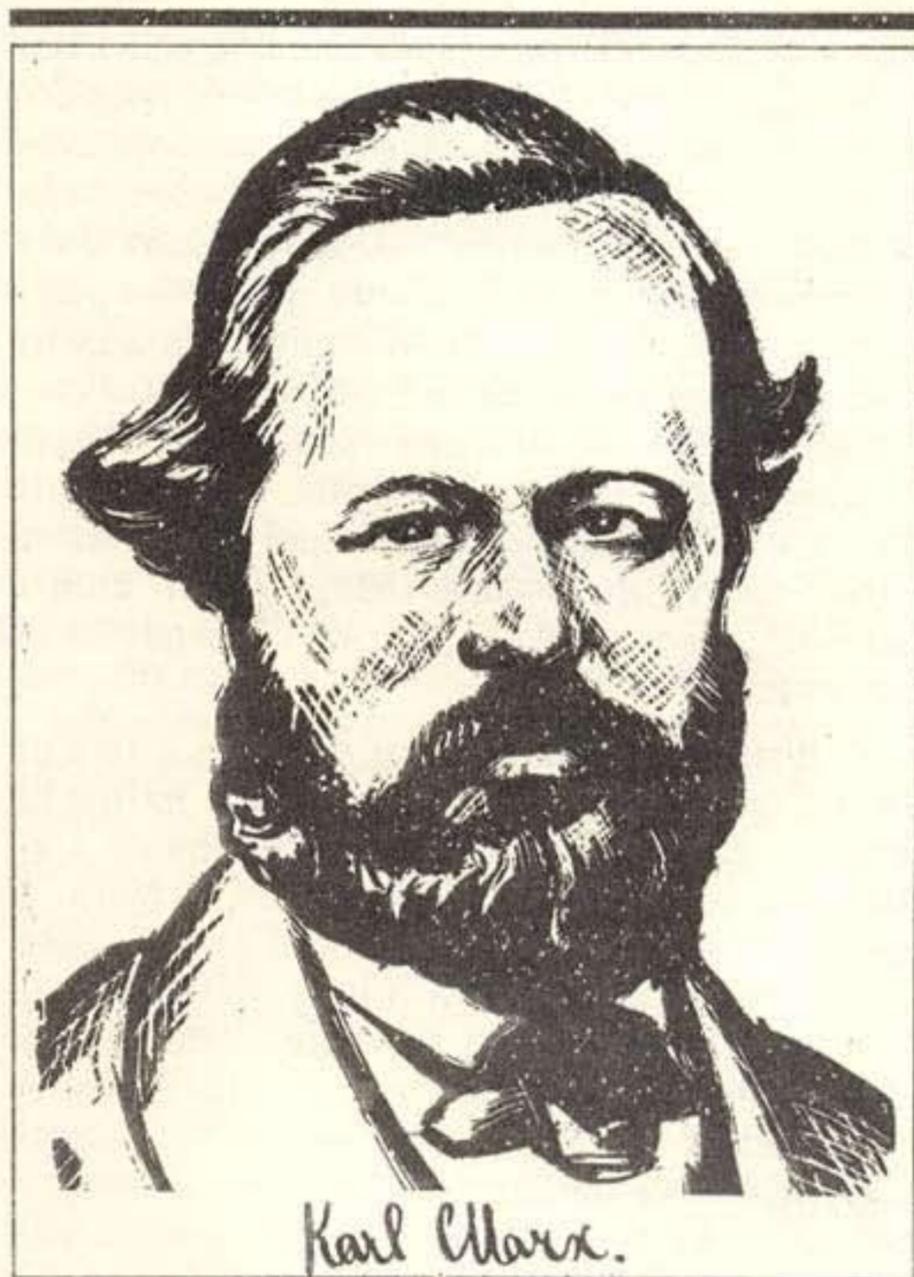
Por seu turno, os revisionistas e oportunistas de todos os tipos questionam de modo artificial os pontos de vista de Marx. Também eles repetem distorções como as acima mencionadas. Mas o fazem dizendo-se marxistas, usando terminologia revolucionária. Deformam o marxismo, interpretam-no a seu modo, como faziam os chefes da II Internacional. Lênin, fiel discípulo e continuador genial do grande mestre do proletariado, realizou imenso esforço para restaurar a verdade da doutrina de Marx, habilmente desfigurada durante longo período por esses oportunistas, cuja orientação toçdava o sentido revolucionário do marxismo. Exemplo atual é o de Kruschov e seus seguidores. Ao renegar a ditadura do proletariado, questão essencial da doutrina de Marx, argüíram que, na União Soviética, com o progresso do socialismo, o Estado teria então outra natureza, havia-se transformado no Estado de todo o povo. . . Contudo ali existiam, e existem, classes e camadas sociais não-proletárias. Além do mais a ditadura do proletariado, como sustentou Karl Marx, devia durar todo o período de transição. Quando não fosse mais necessária, o Estado ter-se-ia extinguido. Os conceitos de Kruschov encobriam apenas sua traição à classe operária.

A fim de combater com sucesso os deturpadores do marxismo, sejam falsos cientistas políticos burgueses, sejam revisionistas impenitentes, é indispensável conhecer bem as teorias de Marx para aplicá-las corretamente de acordo com a realidade de cada país.

### ESTUDAR MARX, CONHECER A FUNDO O MARXISMO — LENINISMO

**A** ignorância acerca do marxismo tem sido uma das causas do atraso no advento e consolidação do socialismo. Para dirigir com acerto a luta de classes e a edificação da nova ordem socialista é imprescindível dominar as leis que regulam a vida da sociedade — a ciência social criada por Marx e Engels e desenvolvida por seus continuadores. Sem esse domínio, é quase impossível triunfar cabalmente, ou evitar re-

trocessos das conquistas obtidas. Pode-se, em circunstâncias muito especiais, mesmo sem conhecer a fundo o marxismo, fazer a revolução. Torna-se difícil, no entanto, conservar o poder, encontrar o justo caminho do progressivo afiançamento da obra revolucionária.



*Karl Marx (1818-1883) À época da publicação do Manifesto Comunista (1847).*

Referindo-se aos teóricos da II Internacional, Lênin disse que "durante meio século nem um só marxista entendeu Marx, porque nenhum chegou a saber o que era a dialética". Isto explica de certo modo a bancarrota dessa organização mundial do proletariado. Precisamente a dialética mostra o duplo aspecto do movimento — o da evolução quantitativa e o dos saltos qualitativos, revolucionários, que provocam as transformações radicais. Aqueles que vêem somente o aspecto quantitativo acreditam na evolução pacífica para o socialismo, na derrocada automática da burguesia. Podem, por algum tempo, obter êxitos na atividade política, mas quando chega o momento do salto, das ações revolucionárias conseqüentes, fracassam. Enrolam a bandeira de combate, sustentam posições que, em última instância, não passam de traição à causa do comunismo. Os que desconhecem o aspecto evolutivo do movimento — que prepara

o salto — caem no voluntarismo, no blanquismo. Vêm em tudo, mesmo nos períodos de acentuado estancamento político, uma situação revolucionária, não desenvolvem atividades destinadas a acumular forças. Assim, isolam-se, e igualmente fracassam. A dialética marxista ensina também que a evolução e os saltos se dão à base da lei objetiva da unidade e luta dos contrários, fonte de todo desenvolvimento. Em qualquer fenômeno, na natureza, na sociedade, no pensamento humano há contradições, lutas de contrários. Justamente a contradição entre a burguesia e o proletariado abre campo à vitória do socialismo. Os dirigentes de boa fé, porém ignorantes dessa lei, crêem possível chegar ao poder e passar a um novo regime através da conciliação com a burguesia, e não da luta de classes intransigente. Admitem o socialismo sem ditadura do proletariado, sonham com a paz social. Desse modo, jamais conseguirão os fins visados.

A história do movimento operário é rica de exemplos que mostram insucessos e êxitos na luta de classes ligados fundamentalmente à ignorância ou ao domínio das teorias de Marx. A revolução russa de 1917, no seu início, viveu momentos muito difíceis. Viu-se diante de problemas complexos que somente poderiam ser enfrentados e corretamente resolvidos apoiados na dialética marxista. Dois desses momentos confirmam plenamente o que asseveramos: o da paz de Brest-Litovsk e o da política da NEP (Nova Política Econômica). Em ambos os casos havia recuo político, aparente renúncia das conquistas da revolução. A paz de Brest-Litovsk impunha a cessão de extensos territórios aos imperialistas alemães; a NEP favorecia em parte o comércio privado no campo. Essas concessões temporárias eram porém indispensáveis para salvar a própria revolução, recém-vitoriosa. O recuo, dentro de determinadas condições, preparava o avanço revolucionário, o que se verificou num breve prazo. Brest-Litovsk e a NEP permitiram acumular forças, possibilitaram a consolidação do regime proletário. Isto deveu-se a Lênin, profundo conhecedor da dialética e das teorias de Marx. Quem não domina o marxismo e se mostra ideologicamente inseguro, resvala facilmente para o revisionismo, como ocorreu em vários países. Na União Soviética substituiu-se o marxismo revolucionário pelo revisionismo reformista-burguês. Pretextando desenvolver o marxismo-leninismo, Kruschov, Brezhnev, Suslov e outros introduziram a confusão ideológica no Partido e nas massas, destruíram as conquistas do socialismo científico.

Na China, o amplo desconhecimento das idéias marxistas, e sobretudo da dialética, criou uma situação favorável ao oportunismo. O pensamento de Mao Tsetung, que orientava o processo revolucionário naquele país, fugia aos princípios marxistas-leninistas. Era eclético e misticizador.

A ciência social de Marx e Engels é crítica e revolucionária por excelência. Conhecê-la em profundidade é assimilar sua essência, seu espírito transformador, seu método de análise dialético. Manejá-la corretamente é aplicar de maneira viva e criadora os seus princípios. O marxismo não é um dogma — repetiram muitas vezes os fundadores dessa doutrina — mas um guia para a ação.

O dogmatismo causa grande dano ao movimento revolucionário. Porque é antidialético, está em contradição com a realidade em constante mutação. O dogmático aceita formalmente o marxismo, mas não o entende. Aprende fórmulas, a letra do marxismo, e não o seu espírito, o seu conteúdo. Vê tudo parado no tempo e no espaço, sem levar em conta que aquilo que é certo num determinado momento ou num determinado país pode tornar-se errado em circunstâncias diferentes. A verdade é que a revolução nunca se deu de forma idêntica em distintos países. Não houve até hoje duas revoluções iguais. Cada uma teve suas características próprias, seu leito natural criado por processos contraditórios. O dogmatismo separa a teoria da prática, renega a prática que é, segundo Marx, o critério supremo da verdade.

Enquanto ciência, o marxismo está em permanente desenvolvimento, se enriquece com as novas experiências, com os conhecimentos avançados. Certas teses e conclusões envelhecem, surgem outras teses, inspiradas, porém nos mesmos princípios. Todavia, é preciso manter-se alerta contra falsas teorias camufladas de antidogmáticas. Os revisionistas contemporâneos tentaram fazer passar suas concepções antimarxistas como marxismo-criador. Jogaram fora os princípios revolucionários e “criaram” princípios inteiramente divorciados da luta de classes, da revolução.

No centenário da morte de Marx, a grande homenagem que se lhe pode prestar é difundir amplamente as suas obras imortais, estudar em profundidade o marxismo-leninismo, defender a pureza da sua doutrina revolucionária todopoderosa. Marx é o mestre genial do proletariado na luta pela transformação do mundo, pelo advento da era do comunismo científico.

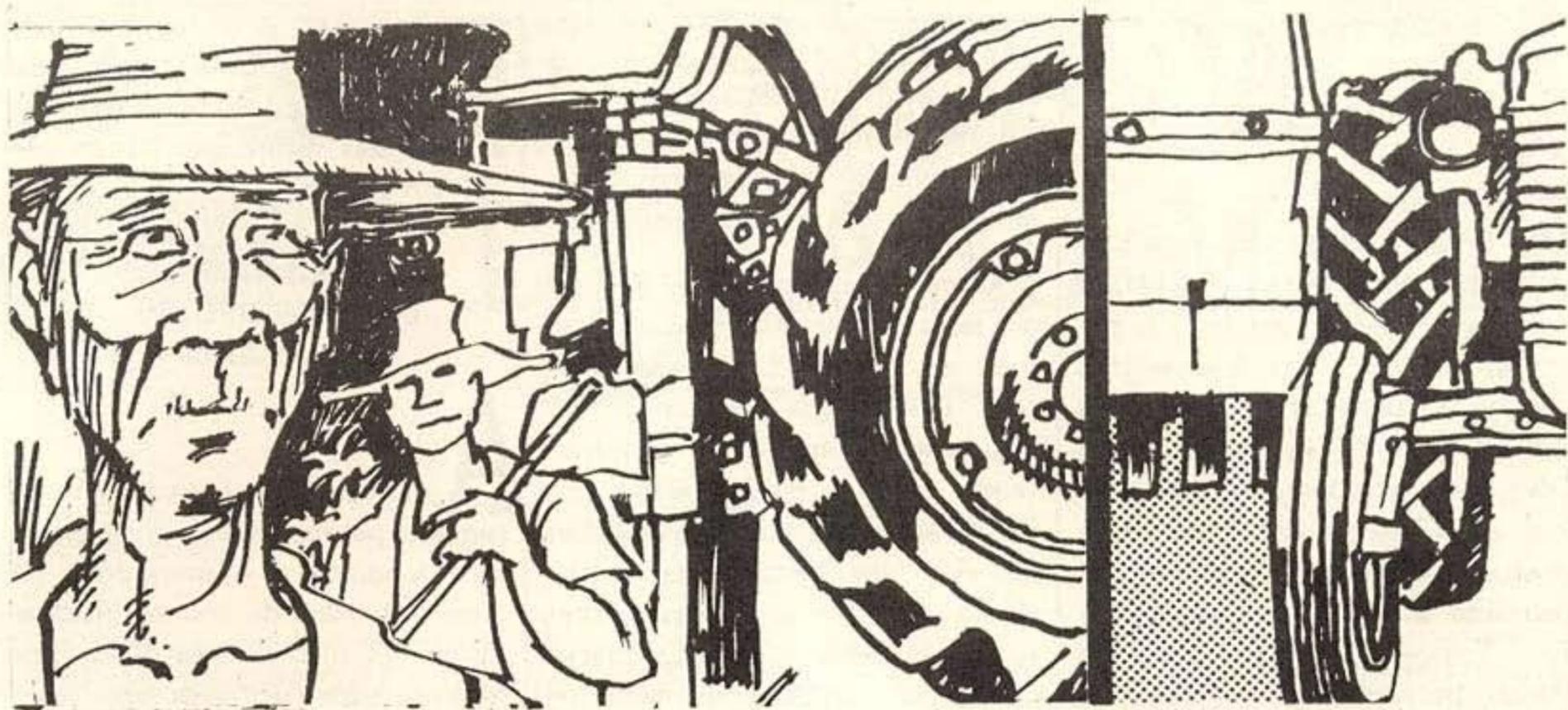


Ilustração Fernando.

# CARACTERÍSTICAS DA PENETRAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

( Primeira Parte )

Ronald Freitas\*

**N**as últimas décadas, o campo brasileiro sofreu importantes transformações, tendo como pano de fundo a rápida e socialmente desastrosa penetração do capitalismo, que se realizou mantendo traços clássicos de nossa estrutura agrária: concentração fundiária, atraso técnico e social. Isto aguçou ainda

mais a luta camponesa pela terra e introduziu, com peso, na cena da luta política e social, a figura do proletariado rural, o "bóia fria".

Este artigo pretende trazer elementos que comprovem quão profunda é a penetração do capitalismo no nosso campo.

Registramos, para evitar repe-

tições, que os dados estatísticos apresentados em bruto ou trabalhados, quando não explicitada a origem, são do Censo Agrário de 1980 — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Sinopse Preliminar; Tabulações Avançadas; Culturas Temporárias e Permanentes etc...

\* Ronald Freitas é colaborador do jornal Tribuna Operária e da Revista Princípios.

### CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CAMPO BRASILEIRO

O Brasil, além de ser um país de dimensões continentais (8.500.000 km<sup>2</sup>), é possuidor em todo o seu território de solo fértil e condições climáticas propícias à atividade agro-pecuária, durante todo o ano, salvo raras exceções. Agregue-se a isso a existência de numeroso e operoso contingente populacional dedicado às atividades agropecuárias. Temos assim um país com imenso potencial agrícola e que é, como sempre foi, tradicional exportador de produtos agropecuários.

Alguns números básicos comprovam o que dissemos: é de 369.587.872 ha a área de terra disponível para uso nas atividades agropecuárias e florestais, sendo toda ela potencialmente produtiva. Desta área, cerca de 120.000.000 de ha estão inaproveitados. Dedicase a essa atividade um contingente nada desprezível de 21.109.890 pessoas ocupadas, distribuídas em 5.167.578 estabelecimentos agropecuários; utilizam-se 530.691 tratores; o movimento de financiamentos bancários é da ordem de 370 bilhões de cruzeiros; o rebanho bovino soma mais de 120 milhões de

cabeças, mais de uma por habitante. É o Brasil o 2º produtor mundial de soja, com 12.593.125 toneladas em 1980, sendo que o valor global da produção agropecuária ultrapassa 1,4 trilhão de cruzeiros.

Como está distribuída a posse da terra e sob que condições se processa essa produção, são questões básicas que necessitam ser estudadas e analisadas. Contrastando com a grandiosidade dos dados acima citados, as condições de vida dos camponeses, assalariados e demais trabalhadores rurais são precaríssimas. Os preços dos gêneros básicos da alimentação popular são proibitivos para os operários e demais trabalhadores. Mas os preços pagos aos produtores de gêneros alimentícios básicos não remuneram corretamente essa atividade, levando-os à crise e em muitos casos à mudança de cultura, ou à perda da propriedade, o que os transforma em assalariados agrícolas, ou os leva a engrossar o surto migratório, rumo às periferias das grandes cidades e às zonas de fronteira agrícola. As condições de saúde, educação, moradia e transporte são precárias e os direitos trabalhistas não são respeitados, sendo os assalariados agrícolas submetidos a condições leoninas de trabalho. Por fim, as crescentes e cada vez mais radicais

disputas em torno da posse da terra atestam que a busca de um "pedaço de terra" para produzir e sobreviver é uma das aspirações básicas do homem do campo.

### A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

A característica básica e historicamente permanente de nossa estrutura fundiária é o monopólio da terra nas mãos de poucos proprietários. As últimas estatísticas disponíveis vêm confirmar essa realidade. Enquanto os estabelecimentos com menos de 10 ha (9,99) correspondem a 50,3% do total, a área por eles ocupada é de apenas 2,4%. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 100 ha, que perfazem 10,2% do total, açambarcam 79,9% da área ocupada. Destacam-se nesse quadro 62 superlatifúndios com mais de 100.000 ha cada, ocupando uma área de 14.547.048 ha, muito superior à área ocupada por 2.603.576 pequenas propriedades, com menos de 10 ha, que é de 8.994.718 ha.

Agrupando de acordo com o tamanho dos estabelecimentos por grupo de área, teremos o seguinte perfil da distribuição da propriedade fundiária no país:

| Grupo de área/ha | nº de estabelecimentos. | Porcentagem s/ total | área ocupada | Porcentagem total |
|------------------|-------------------------|----------------------|--------------|-------------------|
| 0 - 10           | 2.603.576               | 50,3                 | 8.994.718    | 2,4               |
| 10 - 100         | 2.015.821               | 38,9                 | 64.456.452   | 17,4              |
| 100 - 1000       | 489.303                 | 9,4                  | 126.936.136  | 34,3              |
| 1000 - 10.000    | 45.906                  | 0,8                  | 105.655.585  | 28,5              |
| 10.000 -         | 2.410                   | 0,04                 | 63.545.030   | 17,1              |
| TOTAL            | 5.167.578               | 100 %                | 369.587.872  | 100 %             |

QUADRO I: Perfil da Distribuição da Propriedade fundiária.

Este perfil é eloqüente por si mesmo e mostra quão concentrada está a propriedade fundiária em nosso país. Essa situação é dinâmica e à medida que se incorporam novas áreas à produção, cresce essa

concentração.

Entre os censos de 1970 e 1980, a área ocupada aumentava em 22,7% e isso correspondia a um incremento de 4,9% no número de

estabelecimentos. Analisando comparativamente esse aumento da área ocupada e das propriedades segundo os grupos de área, e reduzindo a variação a pontos percentuais, teremos o seguinte quadro:

| Grupo de área (Tamanho) | Aumento do nº de Propriedade % | Aumento da área ocupada % |
|-------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| 0 → 10                  | + 3,3                          | - 0,9                     |
| 10 → 100                | + 4,2                          | + 7,3                     |
| 100 → 1000              | + 17,9                         | + 16,9                    |
| 1000 → 10.000           | + 29,5                         | + 31,9                    |
| 10.000 →                | + 66,5                         | + 75,6                    |
| TOTAL (BRASIL)          | + 4,9                          | + 22,7                    |

QUADRO 2: Variação entre 1970 – 1980.

Ao aumento de 22,7% da área ocupada não corresponde uma redistribuição efetiva da propriedade que visasse beneficiar os camponeses sem terra ou com terra insuficiente; pelo contrário, como o quadro 2 mostra, quanto maior a faixa de área das propriedades, maior a incorporação de áreas ocupadas. Donde se deduz que essa ampliação se fez em função da grande propriedade e para reforçá-la, acentuando ainda mais o caráter concentrador de nossa estrutura fundiária. Assim, no curto espaço de 10 anos, as propriedades com mais de 1.000 ha e menos de 10.000 ha aumentaram em 29,5% o seu número e ocuparam uma área 31,9% superior à anterior. O crescimento mais notável se deu na área dos superlatifúndios com mais de 10.000 ha, que aumentaram em 66,5% quanto ao número e 75,6% com relação à área anterior. Contrastando com isso, as propriedades de até 10 ha diminuíram a área ocupada em (-) 0,9% e aumentaram o número de propriedades em 3,3%, indicando um processo de fragmentação em curso. As áreas

entre 10 e 100 ha tiveram pequeno incremento quanto à superfície ocupada (7,3%) e o número de propriedades em 4,2%.

*As formas de concentração se dão tanto em função da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de terras novas, como em função da modernização do processo produtivo, geralmente vinculado a lavouras de exportação.*

As formas de concentração se dão tanto em função da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de terras novas, como em função da modernização do processo produtivo, geralmente vinculado a lavouras de exportação. Exemplo desse segundo caso é a diminuição de 9.817 estabelecimentos em Mato Grosso do Sul entre 1975 e 1980, quando da adaptação da produção local à exportação.

Esse processo de concentração atinge todo o território nacional, incorporando as diferenças regionais

quanto à "idade" da ocupação fundiária. Agrupando os Estados em 3 grandes regiões de produção agropecuária, por localização geográfica, importância econômica e estágio de ocupação do solo, teremos a grosso modo:

1) *Sul/Sudeste* – região industrializada, a mais desenvolvida do país, onde se encontra o centro dinâmico da nossa economia. E onde é gerada a maior parte da nossa produção agrícola exportável e se situam os maiores centros consumidores quanto à população e ao poder aquisitivo. Abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2) *Nordeste* – região de colonização antiga, pouco industrializada, com tradicional produção agropecuária para exportação (cana), e voltada em boa parte para o consumo interno. Abrange: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

3) *Fronteira Agrícola* (Centro Oeste e Norte) – região de ocupação recente onde se localizam as

zonas de expansão da agricultura e da pecuária. Tem tradição extrativista e agrupa os estados de: Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e os Territórios de Roraima e Amapá, além do Distrito Federal.

Trabalhando os dados referentes

a cada uma dessas regiões, quanto ao número de estabelecimentos e à área das propriedades, obtemos o quadro 3:

| Grupos de área (total) | Regiões                |                     |                        |                     |                        |                     |                        |                     |
|------------------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
|                        | Sul/Sudeste            |                     | Nordeste               |                     | Fronteira Agrícola     |                     | Brasil                 |                     |
|                        | Porcentagem do Nº Est. | Porcentagem da Área | Porcentagem do Nº Est. | Porcentagem da Área | Porcentagem do Nº Est. | Porcentagem da Área | Porcentagem do Nº Est. | Porcentagem da Área |
| 0 - 10                 | 16,9                   | 2,9                 | 67,6                   | 5,0                 | 29,7                   | 0,5                 | 50,3                   | 2,4                 |
| 10 - 100               | 53,0                   | 26,9                | 25,9                   | 22,6                | 43,7                   | 7,1                 | 38,9                   | 17,4                |
| 100 - 1000             | 9,5                    | 42,0                | 5,7                    | 39,6                | 22,6                   | 25,3                | 9,4                    | 34,3                |
| 1000 - 10.000          | 0,6                    | 23,3                | 0,4                    | 23,5                | 3,2                    | 35,5                | 0,8                    | 28,5                |
| 10.000 -               | 0,01                   | 4,6                 | 0,01                   | 9,13                | 0,2                    | 31,4                | 0,04                   | 17,1                |

QUADRO 3: Perfil da Distribuição da Propriedade fundiária por regiões.

O perfil fundiário dessas regiões mantém a característica principal do país, a concentração. Na região de Fronteira Agrícola, onde esse processo é mais gritante, as propriedades com mais de 1.000 ha ocupam 66,9% da região, caracterizando-se como o maior índice de concentração do país. No Nordeste e no Sul/Sudeste os estabelecimentos de até 100 ha correspondem a 93,5% e 69,9% do total, respectivamente, embora ocupem somente 27,6% e 29,8% da área agricultável de cada região. Na região Sul/Sudeste, as propriedades de 10 a menos de 100 ha correspondem a 53% dos estabelecimentos e ocupam 26,9% de área agricultável. Deve-se mencionar que é nessa região onde se desenvolve a agricultura mais dinâmica e moderna do país. Por outro lado, no Nordeste, 67,6% dos estabelecimentos têm menos de 10 ha, caracterizando-se quanto à extensão em autênticos minifúndios. Vale ressaltar que essa região é uma das mais atrasadas e de agricultura mais tradicional.

*Esse processo acelerado de concentração é o resultado básico da política agrária do governo militar. Os sucessivos planos "distributivistas" de "reforma agrária localizada" e outros que tais, concentram ainda mais as propriedades nas mãos de poucos.*

Esse processo acelerado de concentração é o resultado básico da política agrária do governo militar. Os sucessivos planos "distributivistas" de "reforma agrária localizada" e outros que tais, concentram ainda mais as propriedades nas mãos de poucos, e com isso tornam cada vez mais difícil o livre e democrático acesso do camponês à terra, reforçando a grande propriedade privada que mantém expressivos contingentes de terras ociosas e é um entrave ao desenvolvimento da agricultura e da nação.

### EVIDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

Como se comportam quanto à produção essas propriedades? Pois, além do tamanho, jogam importante papel as riquezas por elas geradas, riquezas que se materializam pela quantidade de produtos e pelo respectivo valor produzido.

Numa primeira análise, podemos afirmar que quanto menor a área da propriedade, maior é o espaço reservado à produção agrícola. Da área global das propriedades agrícolas (369.587.872 ha), cerca de 120.000.000 ha são terras não cultivadas, mantidas ociosas, geralmente com fins especulativos, a entravar seriamente o progresso do campo e do país. Lamentavelmente, os dados disponíveis até o momento não nos permitem discriminar por grupos de áreas a percentagem de terra utilizada e não utilizada. Entretanto, trabalhando os dados do último

censo agropecuário podemos chegar a um quadro comparativo (Quadro 4), que nos dá preciosa indicação da propriedade, mais intensamente utilizada ela é.

| Grupos de Área Tamanho | Área Total ha (a) | Área ocupada p/ lavoura (b) | Índice de (a, b) % aproveitamento/agrícola |
|------------------------|-------------------|-----------------------------|--|
| → 10ha                 | 8.994.718         | 5.812.052                   | 64,6                                       |
| 10 → 100               | 64.456.452        | 18.881.698                  | 29,2                                       |
| 100 → 1000             | 126.936.136       | 16.923.303                  | 13,3                                       |
| 1000 → 10.000          | 105.655.585       | 6.507.475                   | 6,1  |
| 10.000 →               | 63.545.030        | 1.060.869                   | 1,6  |
| TOTAL (BRASIL)         | 369.587.872       | 49.185.302                  | 13,3%                                      |

QUADRO 4: Quadro comparativo da área ocupada por lavouras sobre a área total dos estabelecimentos.

Assim, enquanto as propriedades de até 10 ha utilizam 64,6% de suas áreas na produção agrícola, e as de 10 a 100 ha, cerca de 30%, a faixa de 100 a 1.000 ha utiliza apenas 13,3%. E os grandes latifúndios com mais de 1.000 ha utilizam apenas 6,1%. Isto confirma que quanto maior a propriedade, menor a utilização produtiva agrícola.

É evidente que parte dessa área não utilizada é dedicada à pecuária. A falta de dados não nos permite precisar em quanto, mas isso não altera a constatação fundamental de que quanto menor a propriedade, maior o seu aproveitamento, sendo que a atividade pecuária é desenvolvida particularmente nas grandes propriedades.

Essa importante participação das propriedades menores no *volume* e no *valor da produção* agrícola fica evidenciada com maior nitidez quando se a analisa a partir de produtos chaves da nossa agricultura.

Selecionando os cinco principais produtos agrícolas de exportação: soja, café, cana-de-açúcar, cacau, laranja; e os cinco de consumo interno: feijão, arroz, milho, mandioca, trigo; e mais as criações de gado bovino, suíno e de aves; e trabalhando os dados relativos à

*produção* e ao *valor da produção* em 1980, obtemos o quadro 5, onde os números são índices percentuais relativos à *produção global* e ao *valor global da produção* de cada produto. (Ver quadros 5 na próxima página).

A análise do quadro nos mostra que no setor mais dinâmico da agricultura, o de exportação, com exceção da cana-de-açúcar, as propriedades de 0 a 100 ha produzem em torno de 50% da *produção* e do *valor* desses produtos. Essa tendência mantém-se na produção para o mercado interno, onde com exceção do arroz, a absoluta maioria da *produção* e do *valor* é gerada nas propriedades de até 100 ha, com destaque para a mandioca e o feijão — 89,3 e 82,1 pontos percentuais, respectivamente. Na pecuária para a criação de bovinos, a tendência se inverte e a absoluta maioria dos rebanhos está nos estabelecimentos superiores a 100 ha (74%), pondo a nu o caráter extensivo dessa atividade. Já na criação de suínos e aves, voltam a predominar largamente os estabelecimentos de até 100 ha — 81,1% e 81,3% respectivamente. A falta de dados não nos permite correlacionar o *valor da produção* por grupos de áreas, o

que nos proporcionaria uma análise mais detalhada da pecuária.

Se privilegiarmos nesta análise não a destinação do produto (mercado externo ou interno), mas sim o *volume da produção* e o *valor da produção*, o papel das propriedades de até 100 ha se mantém destacado, pois por *volume da produção* os cinco primeiros são: cana, milho, soja, mandioca e arroz; e quanto ao *valor* os cinco primeiros são: cana, soja, milho, café e feijão. São produtos onde a atividade se dá, com exceção da cana, nas propriedades de até 100 ha.

As propriedades de 0 a 10 ha têm relativamente pequena importância na produção para exportação, chegando ao máximo de 10% no caso do café, enquanto sua importância é maior nos produtos de consumo interno, com destaque para o feijão — 29,6% e 30,9% — da *produção* e do *valor da produção* respectivamente, e mandioca com 39,3% e 43,6%. Este é um indicador de que as propriedades de até 10 ha são, em seu conjunto, de baixa produtividade, usam técnicas e insumos modernos em pequena escala, menor que aquelas situadas na faixa dos 10 aos 100 ha. Sofrem um processo de fragmentação, como é cons-

| PRODUTOS | Tamanho p/ grupo de área (ha) |        |          |            |               |          | P. total (t)                 | Valor produção (1000 Cr\$) |
|----------|-------------------------------|--------|----------|------------|---------------|----------|------------------------------|----------------------------|
|          | % sobre total                 | 0 → 10 | 10 → 100 | 100 → 1000 | 1000 → 10.000 | 10.000 → |                              |                            |
| Soja     | P                             | 4,4    | 41,2     | 41,6       | 12,2          | 1,1      | 12.593.125                   | 114.662.441                |
|          | VP                            | 4,2    | 40,0     | 42,3       | 12,9          | 1,5      |                              |                            |
| Café     | P                             | 10,9   | 40,9     | 39,8       | 5,9           | 0,9      | 2.105.120                    | 90.208.199                 |
|          | VP                            | 11,2   | 41,6     | 40,3       | 6,6           | 0,7      |                              |                            |
| Cana     | P                             | 1,4    | 13,4     | 48,8       | 33,0          | 3,5      | 149.749.098                  | 123.047.659                |
|          | VP                            | 1,5    | 12,3     | 50,2       | 31,3          | 3,1      |                              |                            |
| Cacau    | P                             | 5,9    | 44,9     | 40,5       | 3,3           | 0,09     | 343.244                      | 24.920.266                 |
|          | VP                            | 5,9    | 46,8     | 43,5       | 3,6           | 0,1      |                              |                            |
| Laranja  | P                             | 6,3    | 43,1     | 42,9       | 10,7          | 0,03     | 39.461.931                   | 22.122.240                 |
|          | VP                            | 9,1    | 43,3     | 38,3       | 10,0          | 0,03     |                              |                            |
| Feijão   | P                             | 29,6   | 52,5     | 18,7       | 2,3           | 0,09     | 1.654.403                    | 71.503.135                 |
|          | VP                            | 30,9   | 50,0     | 19,5       | 2,5           | 0,1      |                              |                            |
| Milho    | P                             | 15,5   | 54,6     | 25,7       | 6,0           | 0,2      | 15.563.952                   | 100.563.172                |
|          | VP                            | 15,4   | 54,2     | 26,0       | 6,1           | 0,2      |                              |                            |
| Arroz    | P                             | 13,6   | 24,4     | 38,4       | 22,3          | 2,9      | 8.041.119                    | 83.146.312                 |
|          | VP                            | 12,9   | 24,3     | 38,4       | 22,6          | 2,7      |                              |                            |
| Mandioca | P                             | 39,3   | 50,0     | 10,8       | 1,1           | 0,1      | 10.859.551                   | 40.246.689                 |
|          | VP                            | 43,6   | 49,2     | 9,8        | 1,1           | 0,1      |                              |                            |
| Trigo    | P                             | 2,3    | 43,7     | 44,8       | 8,7           | 0,2      | 2.536.289                    | 27.478.786                 |
|          | VP                            | 2,4    | 43,7     | 45,4       | 9,0           | 0,2      |                              |                            |
| Bovinos  | nº de cabeças                 | 3,8    | 21,9     | 41,1       | 26,8          | 6,1      | nº de cabeças<br>117.755.923 | —                          |
| Suínos   | nº de cabeças                 | 27,8   | 53,3     | 15,9       | 2,5           | 0,2      | 32.569.586                   | —                          |
| Aves     | nº de cabeças                 | 29,2   | 52,1     | 16,5       | 1,0           | 0,8      | 415.477.334                  | —                          |

QUADRO 5: Quadro comparativo de produção e valor da produção dos 5 principais produtos de exportação e dos cinco de consumo interno com base no tamanho dos estabelecimentos – Índices percentuais.

Valor global da produção agropecuária: 1.402.125.410.000 \$ trilhões.

P = produção      VP = valor da produção      t = toneladas

tatado no quadro 2, e é aí onde existe um dos redutos de agricultura e pecuária atrasadas e de subsistência, situado no Nordeste e no Norte. Sobre esse assunto voltaremos em outro trabalho.

Se ao invés do tamanho da propriedade, tomarmos como referência o tamanho das lavouras, mais

destacado ainda fica o papel das áreas de 0 a 100 ha na nossa produção agrícola. Isto assume maior importância, quando temos presente que é a parte realmente produtiva dos estabelecimentos agrícolas o que importa do ponto de vista capitalista. Assim, uma análise da *produção* e do *valor da produção* que tenha por base a área das lavouras e

não a área total dos estabelecimentos, é um indicador muito mais seguro "de onde", em que faixa de tamanho se processa a nossa produção agrícola. Tomando os mesmos dez produtos com que estamos trabalhando, e correlacionando *valor da produção* e *produção* com o tamanho das áreas de lavoura, obtemos o quadro 6:

| Produtos | Tamanho por área de lavouras |        |          |            |       |
|----------|------------------------------|--------|----------|------------|-------|
|          |                              | 0 - 10 | 10 - 100 | 100 - 1500 | > 500 |
| Soja     | P                            | 8,63   | 41,45    | 32,0       | 17,1  |
|          | VP                           | 8,20   | 40,48    | 32,6       | 18,4  |
| Café     | P                            | 20,16  | 51,87    | 24,1       | 3,6   |
|          | VP                           | 20,24  | 52,16    | 25,6       | 3,7   |
| Cana     | P                            | 3,45   | 16,11    | 34,2       | 43,7  |
|          | VP                           | 3,56   | 14,95    | 36,4       | 40,7  |
| Cacau    | P                            | 12,32  | 53,52    | 26,7       | 2,6   |
|          | VP                           | 12,58  | 56,09    | 28,9       | 2,9   |
| Laranja  | P                            | 11,84  | 44,70    | 30,8       | 15,2  |
|          | VP                           | 17,95  | 44,13    | 25,6       | 12,9  |
| Feijão   | P                            | 54,47  | 43,45    | 4,4        | 1,1   |
|          | VP                           | 55,08  | 42,36    | 4,5        | 1,2   |
| Arroz    | P                            | 25,66  | 29,82    | 28,8       | 16,4  |
|          | VP                           | 24,53  | 29,45    | 29,4       | 16,7  |
| Milho    | P                            | 36,00  | 50,67    | 12,7       | 3,4   |
|          | VP                           | 36,79  | 50,12    | 12,3       | 3,4   |
| Mandioca | P                            | 74,26  | 25,88    | —          | —     |
|          | VP                           | 76,36  | 25,80    | —          | —     |
| Trigo    | P                            | 3,87   | 46,84    | 34,8       | 11,9  |
|          | VP                           | 3,83   | 47,09    | 35,1       | 12,2  |

QUADRO 6: Quadro comparativo da produção e valor da produção dos 5 principais produtos de exportação e dos 5 de consumo interno, com base na área das lavouras. Índices percentuais.

A análise a partir do tamanho das lavouras e não da propriedade deve ter presente que numa mesma propriedade pode-se desenvolver mais de uma lavoura, embora isso não anule a análise do quadro, que tem como objetivo central verificar a *produção* e o *valor da produção* de acordo com as *áreas das lavouras*.

Com exceção da cana, que fica com 19,5%, no mínimo 50% da *produção* e do *valor da produção* desses produtos básicos de nossa agricultura, são obtidos em *lavouras* de até 100 ha. Naquelas que se dedicam fundamentalmente ao consumo interno, essa participação é bem maior, ficando além de 80% para três deles (feijão, milho e mandioca) e na faixa dos 50% para o arroz e o trigo. As áreas de lavouras de 0 a 10 ha, embora dêem contribuição pequena quanto à produção e ao valor da produção dos itens analisados, contribuem mais quanto à *produção* e o *valor da produção* do que as propriedades de até 10 ha, sendo isso um indicador de que essas lavouras devem pertencer a estabelecimentos que produzem pelo menos mais de um tipo de cul-

tura. Assim, os dados nos mostram que boa parte da propriedade de até 100 ha é na realidade uma unidade produtiva de porte médio a grande de produção intensiva, moderna, capitalista, com assalariamento de mão-de-obra, que não deve ser, no fundamental, confundida com a propriedade camponesa autárquica baseada no trabalho familiar.

Chamo atenção para o fato de que a faixa de 100 a 500 ha, constituída por empresas capitalistas de grande porte, joga importante papel, cerca de 30%, na produção agrícola. Produção essa também realizada de forma intensiva, moderna, e que pelas suas características assalaria em toda ela mão-de-obra. Destaque para duas lavouras recentes: soja e laranja.

É a cana a única lavoura que se realiza principalmente em áreas superiores a 500 ha, caracterizando a união de *grandes propriedades* com a *grande produção*, pois a atividade agrícola aí também se faz de forma avançada, com a utilização intensa de tecnologia e capital e abundante assalariamento de mão-de-obra.

Disto resulta uma importante característica de nossa agropecuária: a destacada participação das propriedades de até 99,9 ha na produção, sendo que, considerando-se a área realmente produtiva, essa participação de áreas de até 99,9 ha é mais destacada.

A utilização de fatores modernos de produção também se faz presente de forma crescente nas atividades agropecuárias. Destes fatores, o que mais efetivamente cresceu foram os tratores. De 1970 a 1980, passamos de 165.870 para 530.691 unidades, representando um aumento de 219,9%, significando um trator para cada dez estabelecimentos e 696,43 ha/trator, enquanto em 1970 existia um trator para 30 estabelecimentos, com cada trator tendo de trabalhar 1.773,33 ha. O uso de adubos e de defensivos também cresceu e difundiu-se. A falta de dados atualizados não nos permite comparações globais, mas, tendo-se como referência os 10 produtos que estamos analisando (5 de exportação e 5 de consumo interno), é esse o quadro (quadro 7) de utilização desses insumos em 1980:

| Produtos<br>Insumos | Produtos |       |       |       |         |        |       |       |          |       |
|---------------------|----------|-------|-------|-------|---------|--------|-------|-------|----------|-------|
|                     | Soja     | Café  | Cacau | Cana  | Laranja | Feijão | Milho | Arroz | Mandioca | Trigo |
| adubos              | 88,4%    | 89,6% | 82,1% | 80,9% | 64,7%   | 55,8%  | 66,4% | 52,2% | 44,1%    | 98,1% |
| defensivos          | 65,8%    | 68,1% | 70,3% | 38,9% | 71,5%   | 65,6%  | 54,2% | 62,4% | 80,0%    | 65,5% |

**QUADRO 7:** Quadro demonstrativo do consumo de adubos e defensivos dos nossos principais produtos da lavoura.

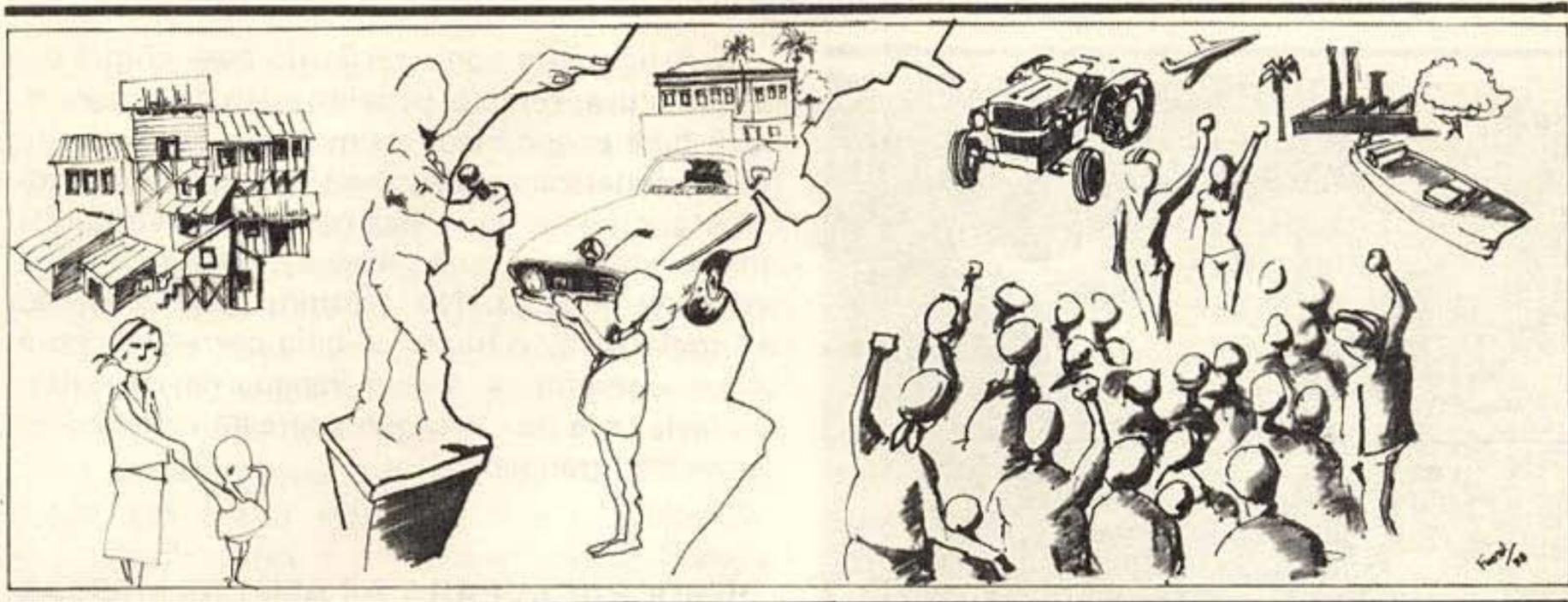
Tal quadro mostra um alto grau de utilização desses insumos nos nossos principais produtos agrícolas. Isso nos chama a atenção para a escala de integração da agricultura com a indústria de insumos modernos e é um importante indicador da intensidade da nossa pro-

dução agrícola. Em alguns produtos, como café e trigo, o índice do uso de adubos atinge quase 100%.

O uso do crédito também tem-se expandido e tem sido uma das molas mestras da expansão do modelo agropecuário implantado pelos militares a partir de 1964. Entre 1971 e

1976 o crédito rural cresceu em 143% e em 1977/78 representou 65% do Produto Bruto da Agricultura<sup>(1)</sup>.

(1) — Perspectivas da Agricultura Brasileira para 1977/78. Ministério da Agricultura — Brasília 1977.



# A DEMOCRACIA PROLETÁRIA É A DEMOCRACIA VERDADEIRA

*Enver Hoxha\**

---

*Discurso pronunciado por Enver Hoxha  
na Reunião do Conselho Geral da Frente Democrática  
da Albânia em 20 de Setembro de 1978.*

---

**A** República Popular Socialista da Albânia e nossa sociedade socialista diferem radicalmente dos Estados e sociedades capitalistas-

\* Enver Hoxha é Primeiro Secretário do CC do PTA.

revisionistas dos diversos países do mundo. Em que consiste esta diferença? Em primeiro lugar, na base econômica, na estrutura da sociedade e na superestrutura que reflete esta base. A base e a superestrutura nas sociedades capitalistas e revisionistas têm uma estrutura interna



Foto: Albânia Nova

Enver Hoxha

antagônica, enquanto que em nossa sociedade socialista estão isentas dos antagonismos de classe e, como tais, aperfeiçoam-se continuamente.

Em nossa concepção da base e da superestrutura, que caracterizam toda formação econômico-social, guiamo-nos pelos princípios teóricos que nos foram legados por Marx, Engels, Lênin e Stálin. Nosso Partido assimilou e aplicou estes princípios corretamente, teórica e praticamente, por isso nosso país se transformou de país outrora economicamente pobre e atrasado, no aspecto cultural e educacional, num país livre, independente e soberano, com uma economia socialista desenvolvida, com uma cultura, um ensino e uma ciência avançados, com uma defesa poderosa e uma política exterior justa e de princípios.

*Só na Albânia Socialista é possível falar, em toda a acepção do termo, de uma democracia verdadeira, proclamada não somente de palavra, mas garantida realmente.*

A ligação e cooperação da base com a superestrutura, onde o papel principal corresponde à base econômica, assim como a incessante revolucionarização de nossa superestrutura socialista, criaram em nossa gente a convicção de que a via pela qual avança nossa sociedade socialista é justa. No caminho da edificação do socialismo, o papel de guia correspondeu à classe operária, e à sua vanguarda marxista-leninista, e é por isso que por este caminho se obtiveram grandes êxitos.

## DEMOCRACIA PARA AS AMPLAS MASSAS

**N**a República Popular Socialista da Albânia, a classe operária, o campesinato cooperativista e os demais trabalhadores exercem o poder através dos órgãos representativos, assim como diretamente. Na Albânia, as massas participam ativamente no governo do país, na direção da economia, na discussão das leis e dos planos econômicos, no controle da atividade dos órgãos do poder etc. Às massas assiste o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os problemas de interesse social ou pessoal. Estes direitos lhes são assegurados pelo Partido através da Constituição. Por isso, só na Albânia Socialista é possível falar, em toda a acepção do termo, de uma democracia verdadeira, proclamada não somente de palavra, mas garantida realmente. Estes direitos também são proclamados, formalmente, pelas Constituições burguesas e revisionistas, mas estas, na realidade, não asseguram as premissas que permitam levar à prática os direitos proclamados. Criticando duramente a fraude burguesa sobre a chamada igualdade de direitos no Estado capitalista, Stálin escrevia que elas (as Constituições burguesas):

*“falam da igualdade dos cidadãos, mas esquecem que não pode haver verdadeira igualdade entre patrão e operário, entre latifundiário e camponês, quando os primeiros têm a riqueza e o peso político na sociedade e os segundos são privados de um e de outro; quando os primeiros são exploradores e os segundos explorados”.*

Entre nós, o socialismo é construído com êxito, no interesse das amplas massas populares, nos terrenos da economia, cultura, educa-

ção, ciência, defesa etc. A Albânia marcha constantemente para a sociedade socialista avançada, vigilante para salvaguardar escrupulosamente a soberania do povo. Na Constituição está inscrito: *"Todo o poder estatal na República Popular Socialista da Albânia emana do povo trabalhador e a ele pertence."*

O Partido trabalhou e trabalha para que nosso país seja, em todos os aspectos, livre com relação aos estrangeiros, para que seja inteiramente independente do exterior e jamais seja ameaçado pelas classes que nossa revolução derubou e privou do poder econômico, político e moral.

A ideologia marxista-leninista inspira e alimenta nosso Partido marxista-leninista, cujo único objetivo é elevar o bem-estar do povo e levar a cabo a edificação do socialismo, sob a ditadura do proletariado. Um sistema econômico-social socialista não pode viver sem uma ampla e verdadeira democracia proletária, sem uma estreita e sincera colaboração entre as diversas camadas das massas trabalhadoras, que o Partido torna conscientes. Nossa sociedade se distingue pelo fato de que é governada pelas leis da ditadura do proletariado e da democracia socialista. Esta sociedade está consciente de que os direitos e deveres dos cidadãos se definirão com base na conciliação dos interesses da sociedade e do indivíduo, dando prioridade ao interesse geral. A prioridade ao interesse geral deve ser o princípio pelo qual cada um deve se guiar em seus pensamentos e em suas aspirações. Para que o interesse geral possa ter supremacia e para que se realizem os benefícios que nosso sistema socialista proporciona, requer-se uma ampla participação das massas trabalhadoras na direção do Estado de ditadura do proletariado e da economia.

Podemos afirmar, com orgulho, que nosso país é verdadeiramente socialista. Não há no mundo outro país como o nosso, onde os cidadãos sejam tão iguais perante a lei, onde a diferença dos salários entre o operário e o funcionário seja tão pequena. A proporção entre o salário de um operário e o do mais alto funcionário é de um para dois. Os estrangeiros perguntam: como é possível que um alto funcionário tenha um salário tão pouco superior ao do operário comum? Não é difícil responder a esta pergunta. Em nosso país isto ocorre porque o Estado de ditadura do proletariado, com suas justas leis, sancionou os princípios marxistas-leninistas sobre os salários. Referindo-se a este problema, Lênin escrevia que a passagem da democracia burguesa à democracia popular é:

*"a abolição... de todos os privilégios pecuniários dos funcionários, a redução dos vencimentos de todos os funcionários do Estado até o nível do salário de um operário."*

Digam o que quiserem os que pensam que na Albânia não há, por assim dizer, liberdade para os cidadãos, que supostamente não há democracia, não há muitos partidos nem debates sem fim no parlamento. Em nosso país existe, nas formas mais apropriadas e mais democráticas, a mais completa liberdade para as massas trabalhadoras; não fosse assim, não poderia haver, nem florescer como está florescendo, a unidade monolítica do povo com o Partido. É precisamente aí, na unidade Partido-povo, que está a chave de nossas vitórias. É por isso que os inimigos capitalistas e revisionistas querem destruir esta chave de ouro, caluniando-nos da maneira mais cínica.

*Não só nos órgãos do Poder, mas também nas reuniões dos trabalhadores, são feitas numerosas intervenções que conferem a estas reuniões o caráter de um grande debate popular.*

Se um estrangeiro, seja burguês ou revisionista, escutar as intervenções dos representantes do povo em nossa Assembléia Popular, poderá dizer: — Aqui não há debates como em nosso parlamento, isto não é normal! É verdade que na Assembléia Popular não há debates apenas pelo gosto de debater. Mas, isto não significa que não haja debate. Todo problema político ou econômico submetido ao exame da Assembléia Popular foi de antemão objeto de debates, discussões e propostas ardentes e construtivas, entre as massas trabalhadoras e suas organizações, debates que os deputados acompanham para escutar a voz das massas, deles participando ativamente. Nada marcha como se estivesse sobre rodas, em calma, segundo os desejos de uns ou de outros, ou por imposição de cima, mas ao contrário, tudo se considera do ponto-de-vista do interesse geral, já que os assuntos foram debatidos e examinados cuidadosamente, antes de serem submetidos à aprovação do órgão supremo do poder estatal; por que realizar debates pelo simples gosto de debater, gritar e vociferar na nossa Assembléia como se faz nos parlamentos burgueses para se manifestar a democracia?

Não é verdade que não haja debates em nossos órgãos do Poder estatal, seja na Assembléia Popular, ou nos conselhos populares em todos os níveis. Quando se discute sobre um plano ou uma lei, não só nos órgãos do Poder, mas também nas reuniões dos trabalhadores, são feitas numerosas intervenções, que conferem a estas reuniões o caráter de um grande debate popular; que aprofundam todos os aspectos do problema para encontrar a solução mais justa. Debates desta natureza não se dão em nenhum país do mundo capitalista-revisionista. Portanto, também neste sentido revela-se a grande superioridade da nova sociedade socialista, para cujo desenvolvimento, fortalecimento e defesa devemos trabalhar sempre, como nos ensina a ideologia marxista-leninista. Esta sociedade e esta ideologia criam as possibilidades para desenvolver as virtudes dos homens; criam as condições mais apropriadas para o desenvolvimento da economia no interesse geral e não no interesse de uma classe de exploradores. A sociedade socialista e o marxismo-leninismo indicam-nos o caminho para encontrar continuamente os mais perfeitos métodos de administração dos valores materiais e morais do povo e a forma de colocar estes valores a serviço da Pátria.

### DEMOCRACIA DE FACHADA NO MUNDO DO CAPITAL

**O**s Estados onde dominam os partidos políticos da burguesia, mesmo que se apresentem como democráticos, na realidade, em sua atividade não dão mostras de democracia, nem de verdadeira liberdade, individual ou social.

Ainda que os deputados burgueses, como um moinho que gira no vazio, discorram sobre os direitos humanos, no fim das contas quem domina são os capitalistas, domina a grande burguesia que, vez por outra, reparte o poder com a média burguesia e mantém sob sua dominação o proletariado, o campesinato pobre e os demais trabalhadores, tais como os artesãos e intelectuais pobres, que o desemprego e a fome reduziram a uma camada social revolucionariamente débil. Estes desgraçados eleitores decidem, como diz Marx:

*“uma vez cada três ou seis anos... quais membros da classe dominante não de representar e esmagar o povo no parlamento”.*

Todos os protestos e as reivindicações pro-

movidos pelos partidos políticos no poder ou na oposição, não levam à derrocada do regime capitalista, que explora implacavelmente os trabalhadores; mas têm como objetivo, conseguir certas reformas econômicas tão insignificantes que não afetam muito a burguesia. Para compreendermos todo o caráter fraudulento destas práticas, basta recordar que, quando as reivindicações das massas ultrapassam os limites fixados pelos partidos políticos, e quando elas insistem em obter realmente as liberdades e os direitos que lhes assistem, eis que intervêm as forças de defesa da ordem capitalista e as afogam em sangue. A história mundial conhece uma infinidade de fatos desse gênero.

*Quando as reivindicações das massas ultrapassam os limites fixados pelos partidos políticos, eis que intervêm as forças de defesa da ordem capitalista e as afogam em sangue.*

O que é, na realidade, a democracia burguesa? É uma forma de dominação da burguesia, enquanto que os direitos e as leis proclamados para todos têm caráter puramente formal e fraudulento, porque, nas condições da existência da propriedade privada, faltam os meios sócio-econômicos que assegurem sua efetiva aplicação. Com esta democracia burguesa pode-se criticar a um e a outro na imprensa, em diversas reuniões ou no parlamento, pode-se criticar um partido ou um governo que chega ao poder, pode-se tagarelar tudo o que se quiser, mas não se pode mudar nada; as pessoas se vêem obrigadas a limitar-se somente às palavras, já que o poder econômico e político capitalista, com todo seu aparato, está pronto a lançar-se, como uma fera, contra quem se levantar, com atos, contra a classe dominante, contra a oligarquia financeira. Recordando o rigor com que a burguesia francesa castigou os operários depois da insurreição de junho de 1848, F. Engels escrevia:

*“Era a primeira vez que a burguesia mostrava claramente a que insensatas crueldades de vingança é capaz de chegar tão logo o proletariado se atreve a enfrentá-la como classe independente com interesses próprios e reivindicações próprias”.*

Por acaso, podemos qualificar de “democracia” a forma de poder da burguesia, que se apóia no princípio da submissão da maioria à

minoria? Não, em absoluto. É uma democracia somente nas aparências, que não traz nenhuma vantagem às massas do povo. Esta "democracia" não assegura ao povo nenhuma liberdade verdadeira, não faz com que o país se torne independente dos outros Estados, política, econômica e militarmente mais poderosos. Isto ocorre porque este tipo de democracia está ligado com outras "democracias" capitalistas mais poderosas, que lhe impõem sua vontade própria. O capital, nacional ou internacional, impõe às amplas massas trabalhadoras sua vontade, seus desejos e seus pontos de vista. Quando nos países capitalistas e revisionistas alguma coisa é apresentada como **vontade das massas trabalhadoras**, é preciso compreender que, na realidade, por trás dela, está a vontade da aristocracia operária.

*Apesar da gritaria da oposição no parlamento, os preços sobem, a vida se corrompe e degenera, os assassinatos e os roubos a mão armada na rua, os seqüestros de pessoas, de dia e de noite, se tornam cada vez mais inquietantes.*

As leis que são aprovadas pelos parlamentos burgueses e revisionistas expressam a vontade das classes dominantes, e defendem seus interesses. Estas leis beneficiam os partidos do capital, que constituem a maioria no parlamento. Apesar da gritaria da oposição no parlamento, os preços sobem, a vida se corrompe e degenera, os assassinatos e os roubos a mão armada na rua, os seqüestros de pessoas, de dia e de noite, se tornam cada vez mais inquietantes. Este caos e esta confusão, esta liberdade dos malfeitores para perpetrar crimes são qualificados pelos capitalistas e revisionistas como "democracia verdadeira"!

O chamado pluralismo, até a época da propagação do revisionismo contemporâneo, titista e krushovista, limitava-se à participação dos partidos pseudo-democráticos, tais como os partidos radicais, socialistas, social-democratas e muitos outros partidos de nomes análogos, no poder de opressão capitalista.

São supérfluas as explicações para demonstrar que a participação no poder de muitos partidos burgueses, capitalistas, revisionistas e fascistas nos países capitalistas e imperialistas, como nos Estados Unidos, entre outros, não transformou, em absoluto, suas sociedades

reacionárias em progressistas. Pelo contrário, no imperialismo, a democracia experimenta uma viragem para a reação. Não é progressista, nem democrática, a sociedade que defende o regime de exploração e nele se apóia.

## O REVISIONISMO ABOLIU A DEMOCRACIA PROLETÁRIA.

**U**m partido único no poder, quando não segue uma linha marxista-leninista, precisa conservar certas aparências supostamente marxistas, e se esforçar em dar formas e denominações socialistas também ao poder que dirige; mas sua essência e seus objetivos, assim como os do Estado, são anti-socialistas, porque tendem a realizar a transformação regressiva do país e restaurar o capitalismo. Todos os Estados chamados democráticos, tanto sob o sistema do pluralismo, como sob a dominação de um partido único que não seja marxista-leninista, não querem substituir a velha sociedade capitalista exploradora por uma sociedade nova, socialista. Nesta velha sociedade, onde existem a propriedade privada e a dominação capitalista, não pode haver liberdade, democracia, independência e soberania verdadeiras para o povo. Lênin nos ensina que:

*"só a ditadura do Proletariado poderá emancipar a humanidade da escravidão que lhe impõe o capital, das mentiras, falsidades e hipocrisia da democracia burguesa que só existe para os ricos, e dar a democracia para os pobres, ou seja, conseguir que os operários e camponeses pobres tenham verdadeiro acesso aos benefícios que a democracia outorga".*

*Todo o potencial econômico e político das sociedades capitalistas-revisionistas se encontra nas mãos de um punhado de magnatas, de ricos, que criaram uma vasta e poderosa rede de mecanismos estatais, a fim de manter de pé o seu poder, mediante a violência.*

A exploração capitalista não pode ser realizada sem uma propaganda política intensa, que sirva para desorientar o povo, e sem uma série de leis férreas que limitem ao máximo os



Mosaico da fachada do Museu Histórico Nacional, em Tirana, R. P. S. da Albânia.

direitos dos trabalhadores. O grande aparato de propaganda à disposição da burguesia, atua, a todo momento, contra o proletariado e sua ditadura, contra os povos que se têm levantado em luta para defender seus direitos. Todo o potencial econômico e político das sociedades capitalistas-revisionistas se encontra nas mãos de um punhado de magnatas, de ricos, que criaram uma vasta e poderosa rede de mecanismos estatais, a fim de manter de pé o seu poder, mediante a violência. Em função deste objetivo agem o Exército, a polícia, os agentes secretos, os tribunais e outros órgãos de dominação de classe, que castigam severamente toda e qualquer oposição, individual ou coletiva, do proletariado e demais trabalhadores e reprimem as revoltas populares.

O revisionismo contemporâneo colocou na ordem-do-dia o reformismo, que constitui a essência de suas concepções teóricas e práticas. O reformismo se opõe à ideologia marxista-leninista e à demolição do capitalismo através da revolução violenta. O motor da revolução

proletária é a implacável luta de classes, a luta do proletariado e seus aliados, o campesinato pobre e demais camadas oprimidas, contra a burguesia, o capital monopolista de Estado, o capital financeiro; enquanto que o reformismo nega a luta de classes, a revolução socialista e a ditadura do proletariado.

Assim, pois, o reformismo é o coveiro da revolução, é a antítese do marxismo-leninismo; por isso o abraçaram os partidos revisionistas de diversos países, desde a União Soviética, Iugoslávia e China, até os dos antigos países socialistas e os partidos revisionistas de todos os países do mundo.

Nossa teoria marxista-leninista demonstrou, com a máxima clareza, que é impossível chegar à sociedade socialista sem romper os marcos do regime capitalista. Essa meta somente se alcança destruindo, até seus alicerces, esse regime e suas instituições, instaurando o poder do proletariado, dirigido por sua vanguarda, o partido comunista marxista-leninista.



Ilustração: Albânia Nova

## O SOCIALISMO REALIZA AS ASPIRAÇÕES HUMANAS

exploradoras e da propriedade privada, que põe fim à exploração do homem pelo homem.

**A** burguesia capitalista e os revisionistas nos atacam pelo fato de nos apoiarmos firmemente na ditadura do proletariado. Acusam-nos, a nós comunistas, de não respeitar em nossa sociedade a personalidade humana! Esta acusação é uma grosseira calúnia, que visa encobrir a cruel opressão do proletariado e do povo trabalhador, pelo capital. A existência das classes antagônicas é a base da opressão da personalidade humana e das massas trabalhadoras. Pelo contrário, se é que existe um sistema social que liberta verdadeiramente o homem de suas angústias, de seus tormentos, dos sentimentos mesquinhos, das velhas sobrevivências idealistas, este é o sistema social socialista, que realiza a supressão das classes

*O socialismo coloca a pessoa humana numa posição que lhe permite ver e sentir que não está isolada do resto do mundo, mas que é membro de uma sociedade nova...*

A destruição do poder das classes exploradoras, que exercem uma bárbara dominação sobre os trabalhadores, e a instauração do poder da classe operária libertam o homem e o colocam num pedestal, fazem-no trabalhar com ardor, dirigir com uma consciência pura, criticar quando é preciso e elogiar quando é necessário. O socialismo coloca a pessoa humana numa posição que lhe permite ver e sentir que não está isolada do resto do mundo, mas que é membro de uma sociedade nova, a qual tem por objetivo o progresso do indiví-

duo, no marco do desenvolvimento da sociedade. Nesta sociedade, o homem passa a ocupar o lugar que lhe corresponde, na base de sua capacidade e do trabalho que realiza, sendo livre para trabalhar e gozar os frutos do seu trabalho. Nem o burguês, nem o capitalista, nem o revisionista, pode conceber a liberdade do indivíduo em nossa sociedade, porque medem a personalidade com sua medida de estandardização e de manipulação dos homens.

Aceitando a separação do indivíduo face à sociedade, as classes exploradoras pretendiam assegurar privilégios para as pessoas de sua classe, dotá-las de saber, de liberdade e competência para dominar e dirigir os outros. Nosso regime cortou pelas raízes o individualismo burguês e criou para o indivíduo e a sociedade possibilidades ilimitadas para que desenvolvam suas capacidades e usufruam de todos os direitos e de todas as liberdades constitucionais.

O Estado burguês do período da dominação do capital monopolista de Estado pretende dar a impressão de que, nesses países, as leis são feitas pelo parlamento, onde os diversos partidos estão representados por seus delegados, supostamente eleitos mediante sufrágio universal.

O parlamento burguês abre suas portas aos "eleitos", mas a ditadura da burguesia faz seu trabalho; lá se travam debates e sucedem-se votações sem fim, enquanto as coisas marcham como querem os que fazem as leis, os ricos, os proprietários dos trustes, dos monopólios e dos bancos, cujo poder, um verdadeiro segundo Estado capitalista, manipula o parlamento e o governo, mesmo se esta manipulação não está prevista nas constituições vigentes. Partindo de tudo isto, Lênin escrevia:

*"... em qualquer país parlamentarista... o verdadeiro trabalho 'estatal' se faz nos bastidores e é executado pelos ministérios, repartições e Estados-Maiores".*

Na Albânia, os conselhos de libertação nacional, que foram criados sob a direção do Partido na época da Luta Anti-fascista de Libertação Nacional, que se consolidaram depois da Libertação e no curso da edificação do socialismo, são órgãos da ditadura do proletariado, eleitos pelo povo, que representam a vontade e as aspirações do povo trabalhador. Os órgãos representativos do povo no poder estatal são a Assembléia Popular e os conselhos populares. Segundo a Constituição da República Popular Socialista da Albânia,

*"os órgãos representativos dirigem e controlam a atividade de todos os demais órgãos estatais, que são responsáveis e prestam contas perante eles".*

*Não é a violência que leva as pessoas a aplicarem as leis estabelecidas pelo Estado da ditadura do proletariado, mas a plena convicção de que a aplicação das leis resulta em seu próprio benefício e no de toda a sociedade.*

A democracia entre nós não é um jogo para enganar as massas, ela se materializa na prática. Aqui não há dois poderes, um reconhecido pela lei e outro de fato, mas um poder estatal único, que emana do povo e que a ele pertence. Nosso Estado é o Estado da ditadura do proletariado, que criou suas próprias leis e aparelhos revolucionários, um novo método e um novo estilo de trabalho, que expressa e defende os interesses dos trabalhadores.

Em nosso país, não é a violência que leva as pessoas a aplicarem as leis estabelecidas pelo Estado da ditadura do proletariado, mas a plena convicção de que a aplicação das leis resulta em seu próprio benefício e no de toda a sociedade. Nosso povo aplica as leis de maneira consciente, porque participa vivamente em sua elaboração.

Nos países capitalistas e revisionistas a lei é aplicada por meio da feroz violência da burguesia; lá não se pode aspirar à realização, livremente consentida, da lei pelo povo, dado que seu conteúdo está em flagrante oposição com seus interesses. Evocando o caráter injusto da lei burguesa, Marx dizia:

*"cada capítulo da Constituição contém, com efeito, sua própria antítese... Na frase geral, a liberdade, no comentário adicional, a anulação da liberdade".*

Nesses países, o cidadão é uma mercadoria, tratado precisamente como uma mercadoria, enquanto que entre nós, cada cidadão da República é valorizado em altíssimo grau e desempenha um grande papel na sociedade. Para que o cidadão jogue este papel, o mais ativamente possível, é preciso que eleve ainda mais seu nível de formação ideológica, política, cultural e científica, e que tome consciência de seu papel.

---

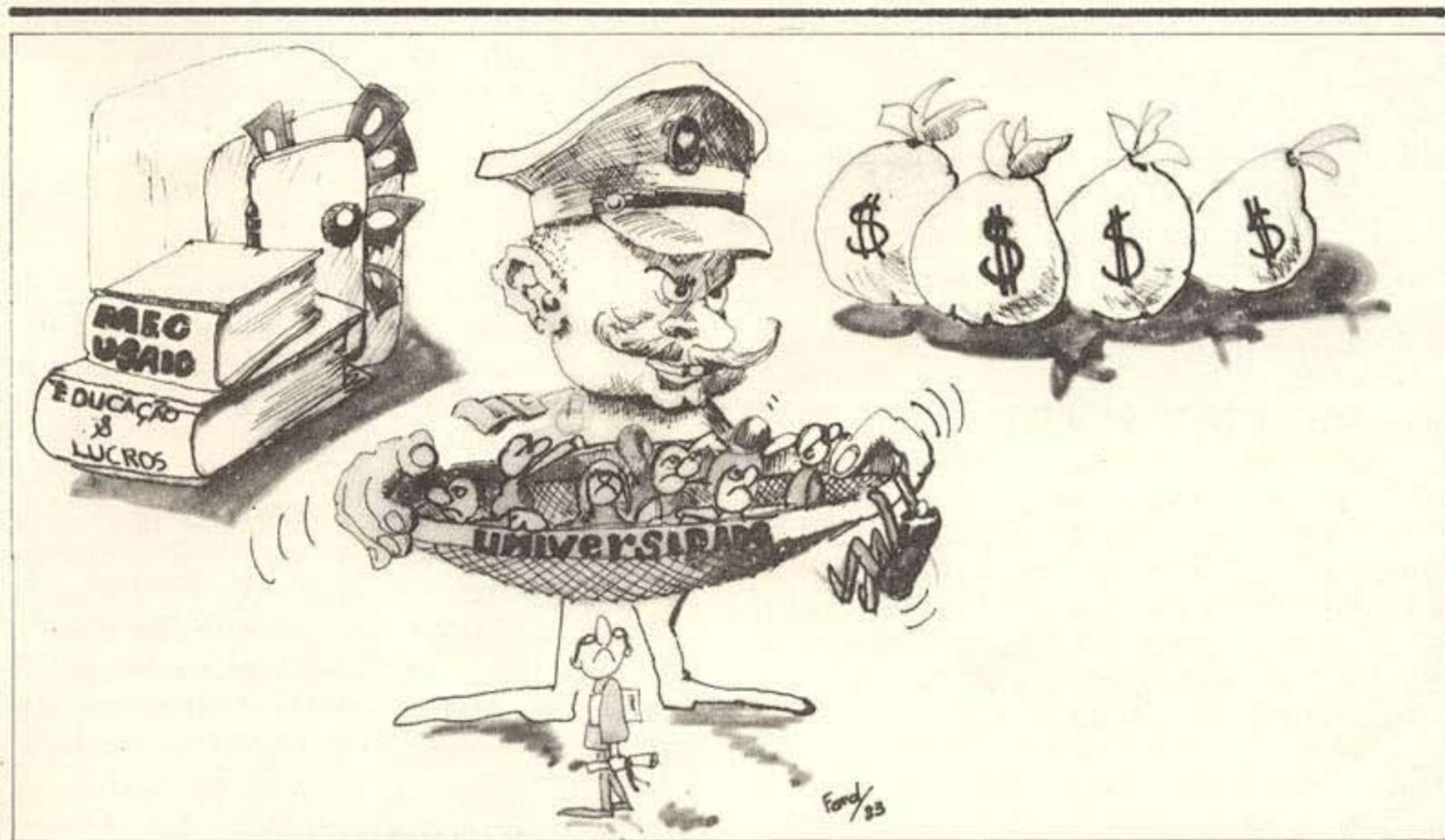
# A UNIVERSIDADE EM DEBATE

---

---

*A crise da universidade brasileira,  
aqui analisada por dois líderes estudantis e um dirigente do  
movimento dos docentes de ensino superior.*

---



## UNIVERSIDADE: CRISE. MAS QUAL?

Edmundo Fernandes Dias <sup>(1)</sup>

**1** Normalmente a Universidade, e todas as demais instituições da nossa sociedade são pensadas exteriormente. Essa relação de exterioridade é um produto típico do pensamento de uma sociedade dividida em classes. As instituições, e entre elas a Universidade, são pensadas como um todo homogêneo e indiferenciado. Fazendo assim perdemos todo o processo, rico e contraditório, de sua estruturação.

Pelo contrário, toda instituição, independentemente da sua função no processo da sociedade é um espaço contraditório onde intervem as classes sociais com suas práticas. Por isso mesmo devemos negar a visão da instituição como neutra. Do mesmo modo é equivocada a visão que, ao afirmar a Universidade como reprodutora, pura e simplesmente, da ordem burguesa, impede que se perceba a intervenção das classes subalternas na vida universitária. Ou mesmo impede que percebamos a atividade de professores, estudantes e funcionários como agentes transformadores da vida institucional. Contrariamente a isso vemos a Universidade como espaço de luta. Isto é, nela, também nela, as classes se chocam; nela, como em todas as demais instituições, cotidianamente se realiza a história.

**2** Na sociedade as instituições educacionais desempenham sem dúvida alguma uma função privilegiada. E isso porque, nelas e por elas, se passa todo o processo de reprodução/transformação das ideologias que viabilizam as práticas das classes. Afirmar-se que a Universidade é um mero centro de reprodução da classe dominante é um equivocado senso comum. Os nossos governos, em geral bastante realistas na avaliação dos seus opositores, sempre encararam a Universidade como lugar perigoso. Por isso mesmo esses governos vêem na Universidade pública um local onde os professores, estudantes e funcionários vivem um clima rico de socialização política. Aliás, a campanha do MEC contra a Universidade pública é em grande parte influenciada por essa consideração.

**3** Falávamos que a Universidade é vista com

exterioridade. E de dois modos diferentes: o 1º, ligado ao processo da denúncia da sua qualidade ("a Universidade não pensa os problemas da sociedade", visão dominante entre estudantes e professores) e o 2º, como projeto (a idéia de uma Universidade crítica, onde se pensariam os problemas "da sociedade").

Ora, em ambos os modos se pensa a relação Universidade-sociedade como relação externa. Isto é: pensa-se a Universidade como estando "fora" e "acima" da sociedade e das classes. Ou seja, se pensa a Universidade como se fosse uma "vanguarda" da sociedade (eficaz ou não) e não como uma parte dela.

Se pensarmos a sociedade como totalidade e a Universidade como parte orgânica da sociedade, e de uma sociedade classista, veremos que o problema não é a pretendida "incapacidade" da Universidade. Sabemos que é a própria estruturação da sociedade que determina, em grande parte, essa incapacidade. Hoje o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil, por um lado, torna "desnecessário" o pensamento dos problemas nacionais (p. ex. a dependência tecnológica) e, por outro, esse modelo dificulta ao máximo o processo de produção de conhecimento. São exatamente as práticas classistas fundadoras de um determinado padrão de acumulação capitalista e as que dele resultam, que fazem com que haja uma inadequação básica entre a Universidade e as grandes questões nacionais.

**4** Assim não se trata de reduzir toda a crise da Universidade à sua incapacidade de pensar as questões nacionais e democráticas. Inúmeras produções que atenderiam a essas demandas não tiveram como implementar-se.

Hoje o que chamamos de crise da Universidade não é, nada mais nada menos, que a crise do seu projeto. Hoje a Universidade não possui um projeto claro. Quem é hoje o público da nossa universidade? Sabemos que esse público está fragmentado por várias definições político-culturais. E mais ainda que está cindido entre a possibilidade da produção de um conhe-

(1) Professor da UNICAMP, Vice-Presidente Regional de São Paulo (suplente) da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES).

cimento crítico e a sua (auto) exigência de uma formação profissional adequada ao mundo da produção industrial.

Obviamente uma Universidade que pretenda desenvolver no Brasil um pensamento crítico, que atenda "às necessidades da população" estará, certamente, bastante longe da formação profissional exigida pelo mercado de trabalho. Se assim é, cabe perguntar: a quem serve esta Universidade? A resposta pode parecer bastante desconfortável, mas é bastante clara. Hoje ela não é querida pela burguesia e o proletariado por ela não tem muito interesse.

**5** As classes dominantes não querem (e não podem querer) um pensamento crítico (porque necessariamente seria crítico delas). Para o conjunto da população se trata de construir uma nova Universidade.

A questão é, pois, saber qual é o projeto adequado para que a Universidade se torne algo vivo e dinâmico. E aqui surge uma grande dificuldade. Se não quisermos fazer um mero exercício intelectualístico temos que reconhecer que a tarefa de construir uma nova Universidade cabe às classes sociais. São, pois, os partidos, entendidos como intelectuais coletivos, que irão construir o novo tipo de Universidade. Essa construção não decorre de uma competência que seja possuída por uma categoria (professores) independentemente da sociedade. Por isso mesmo uma das teses do movimento dos docentes universitários é a construção do novo modelo pela própria prática dos que trabalham e estudam na Universidade.

Se a crise da Universidade não é mais do que a perda do seu antigo projeto, a retomada da vida pela Universidade passa necessariamente pela nova definição do seu projeto.

**6** A perspectiva da reforma universitária promovida em 1968, pelo MEC, era ainda pior do que o modelo proposto por Rudolf Atcon e pela Agência Americana de Desenvolvimento (USAID). Enquanto para Atcon a questão fundamental era o gerenciamento e, portanto, a reforma empresarial da Universidade, o projeto do MEC era fundamentalmente desmobilizador. Isto é, o desenvolvimento das universidades privadas correspondeu à quebra da luta dos uni-

versitários brasileiros.

Obviamente isso deu lugar ao surgimento de uma burguesia "universitária", isto é, de um novo setor da burguesia que passou a traficar com a mercadoria ensino. Hoje, no entanto, o MEC, para melhor privatizar a Universidade pública, retoma as idéias de Atcon.

E novamente falam em reforma (ou reestruturação). E tentam, em plena luta ideológica, roubar as bandeiras dos professores e dos estudantes. Falam em autonomia da Universidade. Sobre isso devemos desde logo fazer um esclarecimento: a autonomia universitária nunca existiu neste país. E não poderia existir dado o peso enorme da máquina estatal sobre o conjunto da sociedade. Mas hoje entrechocam-se duas concepções de autonomia: do lado do Estado a autonomia é compreendida como autonomia do Estado e dos reitores sobre a Universidade. Do lado dos professores, estudantes e funcionários a autonomia só pode ser pensada como a interseção do universitário e da sociedade, isto é, como resolução da questão do público e da democracia. Mais precisamente: só poderá haver autonomia universitária quando a Universidade definir seu projeto e o fizer do ponto de vista democrático, isto é, do ponto de vista da população. Fora disso só pode haver simulacros de autonomia.

**7** Assim sendo, coloca-se como tarefa fundamental para todo o conjunto da Universidade a questão do Ensino Público e Gratuito. Essa luta passa hoje pela questão da luta contra o corte de verbas. Mas passa também, e fundamentalmente, pela luta pela expansão da rede pública e o congelamento de vagas e cursos da rede privada. Obviamente não poderá haver ensino público e gratuito enquanto as Universidades públicas não expandirem sua oferta de vagas. E tudo isso deverá levar em conta a necessidade de superar o fosso existente entre o 1º e 2º graus e a Universidade.

Mas não tenhamos ilusões. Somente a população, os trabalhadores organizados poderão garantir o ensino público e gratuito. E eles o farão quando a educação, e a Universidade em particular, forem para eles uma necessidade e não um luxo. A questão da autonomia e da democracia passam exatamente por aqui. E é tarefa básica para professores, estudantes e funcionários organizados articularem com a população a nova educação, a nova sociedade.

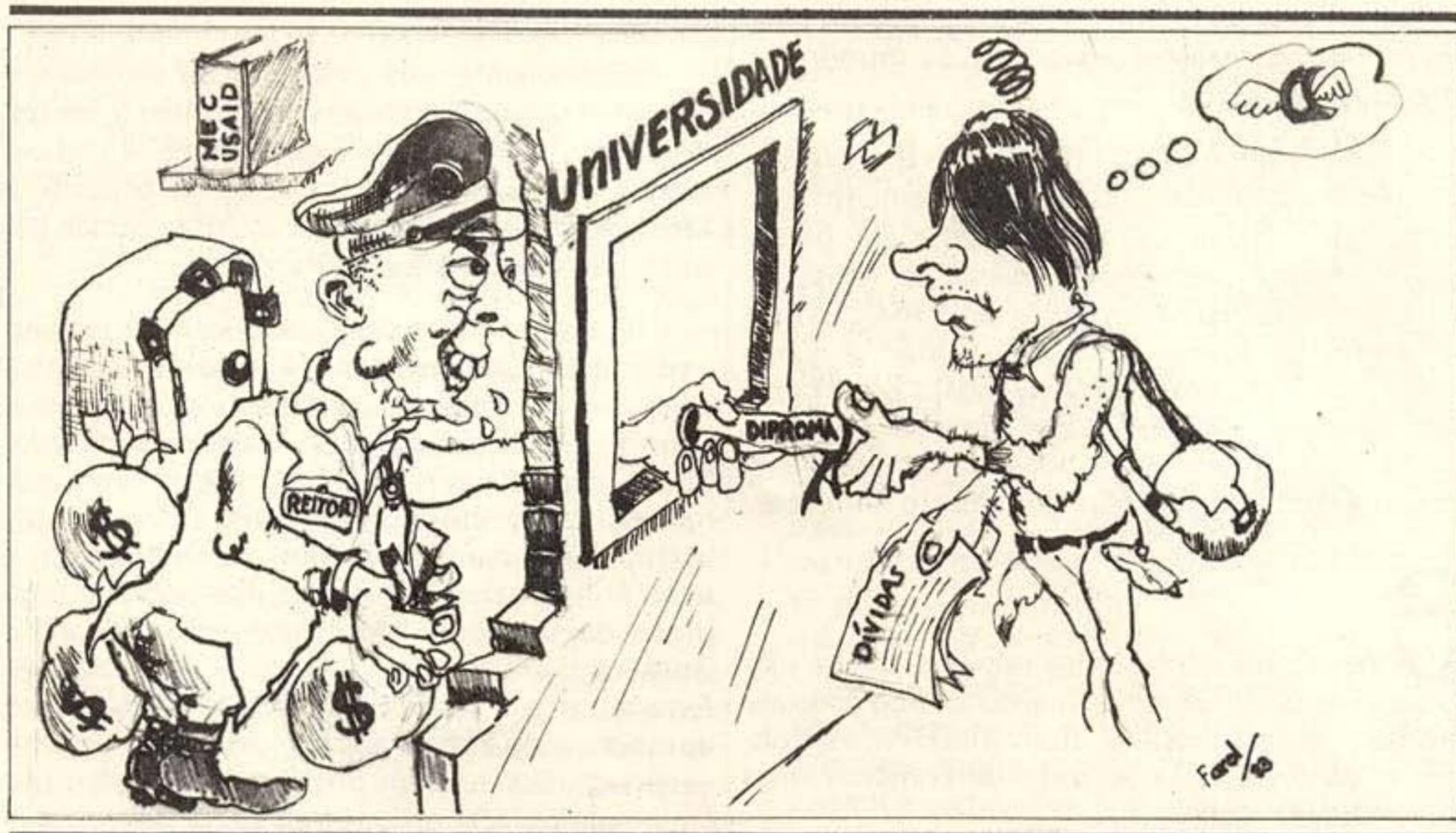


Ilustração: Farol

## A UNIVERSIDADE ATUAL: IMAGEM E SEMELHANÇA DO REGIME MILITAR

Osmar Pires e Acildon de Mattos<sup>(1)</sup>

# I

## Introdução

Numa sociedade de classes, a Universidade e a Educação como um todo, fazem parte de sua superestrutura político-ideológica, tendo, portanto, como função, a transmissão dos valores dominantes, com o objetivo de servir, tanto do ponto de vista político como técnico-profissional, aos interesses das classes dominantes. Dessa forma, a Universidade está ligada ao modelo de desenvolvimento social e, por isso, sujeita a mudanças de acordo com as transformações operadas na sociedade.

Apesar disso, as universidades são um palco importante de luta entre os diversos interesses, podendo assim contribuir para o rompimento com as bases econômicas e sociais vigentes.

# II

## O Golpe Militar e a Legislação que Consagrou a Reforma Universitária Anti-Nacional, Anti-Popular e Anti-Democrática

A partir de 1964, a Universidade brasileira passou a servir a um modelo de desenvolvimen-

to capitalista subserviente ao imperialismo norte-americano e ao capital estrangeiro, extremamente monopolizador da renda e da propriedade da terra, garantindo a exploração da maioria da população.

O regime militar passou então a executar uma estratégia educacional para a Universidade, que seguiu a orientação anti-nacional, anti-popular e anti-democrática do modelo de desenvolvimento posto em prática.

A lei 5.540 da Reforma Universitária de 1968 é um dos principais componentes dessa estratégia. A sua formulação contou com a participação direta do Departamento de Estado norte-americano, concretizada com a assinatura de vários acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

A Reforma Universitária consagrou as orientações do imperialismo americano de transformar as universidades públicas em fundações. Esta forma jurídica de instituição assegura, por lei, a participação de no mínimo 1/3 de capital privado na composição dos orçamentos das universidades e segue os moldes adotados nos Estados Unidos, atendendo, ao mesmo tempo, aos interesses do governo brasileiro de descomrometer-se com a manutenção financeira da Educação, transferindo essa responsabilidade para as empresas capitalistas.

(1) Osmar Pires — Estudante da Agronomia na Universidade Federal de Goiás. Diretor de Assistência Estudantil da UNE. Acildon de Mattos — Estudante de Arquitetura na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP). Diretor Tesoureiro da UNE.

QUADRO 1  
PARTICIPAÇÃO DO MEC NO ORÇAMENTO  
DA UNIÃO

| A.no | Cr\$ União  | Cr\$ MEC  | %     |
|------|-------------|-----------|-------|
| 1964 | 2.110.257   | 205.614   | 9,74  |
| 1965 | 3.774.963   | 417.968   | 11,07 |
| 1966 | 4.719.085   | 457.432   | 9,70  |
| 1967 | 6.943.198   | 604.644   | 8,71  |
| 1968 | 11.097.643  | 859.428   | 7,74  |
| 1969 | 14.229.267  | 1.236.646 | 8,69  |
| 1970 | 17.650.984  | 1.293.189 | 7,33  |
| 1971 | 23.099.700  | 1.566.154 | 6,78  |
| 1972 | 32.176.800  | 1.811.400 | 5,62  |
| 1973 | 43.833.500  | 2.283.813 | 5,21  |
| 1974 | 58.556.000  | 2.901.332 | 4,95  |
| 1975 | 90.247.261  | 3.893.359 | 4,31  |
| 1976 | 139.325.000 | 6.492.951 | 4,66  |

unidade: Cr\$ 1.000,00

fonte - Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal

Sendo o país submetido ao imperialismo, onde a agricultura, o comércio e a indústria são controlados pelo capital estrangeiro, consequentemente a Universidade passou a desenvolver o ensino e a pesquisa sob a influência de uma dominação científica e tecnológica externa e a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros.

Depois de implantada a Reforma Universitária, o governo propagou demagogicamente ter "democratizado" o ensino superior e "resolvido" o problema dos excedentes. De fato, o número de universitários aumentou de 142.300 em 1964, para cerca de 1.500.000 em 1983, ou seja, mais de 10 vezes. Mas, como se deu esse crescimento?

Em primeiro lugar, o aumento das vagas deveu-se principalmente à expansão da rede particular de ensino. Devido a isso, a relação existente entre a rede pública e privada em 1963 inverteu-se. Hoje, o número de estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas representa apenas 23% do total de universitários, contra 77% na rede particular.

QUADRO 2  
PROGRESSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

| Ano  | nº de vagas | % ensino público | % ensino privado |
|------|-------------|------------------|------------------|
| 1964 | 56.300      | 51%              | 49%              |
| 1970 | 185.200     | 38%              | 62%              |
| 1974 | 348.600     | 29%              | 71%              |

fonte - Teodoro Rogério Wahl. Acesso ao Ensino Superior. Editora Lunardelli. Florianópolis - 1979

Em segundo lugar, o Conselho Federal de Educação passou a autorizar o funcionamento

de cursos superiores em faculdades isoladas e de fim de semana, oferecidas pelo setor privado. Hoje o número de estabelecimentos isolados e federações representam 92,5% das instituições superiores, abrigando 52,3% do estudentado. São cerca de 72 universidades e mais de 800 escolas isoladas. A maior parte desses estabelecimentos funciona à noite, cobra taxas bastante elevadas de matrícula e anuidade e ministra cursos de baixíssima qualidade.

Como o único objetivo dos donos das escolas privadas é a obtenção de grandes lucros, aprofundou-se a exploração do trabalho docente (apenas 12% dos professores da rede particular são contratados por regime de dedicação integral), associada à deterioração crescente das condições de ensino.

Em terceiro lugar, a pequena expansão das vagas nas escolas públicas ocorreu através da criação de universidades segundo o modelo estabelecido no acordo MEC/USAID. Das 25 universidades federais, estaduais e municipais que surgiram a partir de 1965, absolutamente todas funcionam em regime de fundação.

Em suma, além da implantação do projeto de transformar em fundações a maioria das universidades públicas, da proliferação da rede particular de ensino e das escolas isoladas, a resolução do problema dos excedentes, propagandada pelo governo, não foi verificada, mas ao contrário agravou-se, como revela o quadro 3.

Para implementar e manter este seu projeto de educação superior, o regime militar aumentou a centralização do poder nas universidades, pois o uso da força era a única maneira de o seu projeto vingar.

QUADRO 3  
ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

| Ano                                | 1967    | 1979       | relação 79/67 |
|------------------------------------|---------|------------|---------------|
| Número de vagas no vestibular      | 80 mil  | 402 mil    | 5             |
| Número de inscrições no vestibular | 200 mil | 1,6 milhão | 8             |
| relação inscrição vaga             | 2,5     | 4          | 1,6           |

fonte - Armando Mendes. Ciência, Universidade e Crise. Editora Grafisa - 1981

O governo levou à prática as recomendações do Relatório Meira Mattos, de nomear os dirigentes universitários diretamente pelo Poder Executivo e de eliminar qualquer participação dos estudantes, professores e funcionários na administração das escolas. Dessas recomenda-

ções resultaram a assinatura dos decretos-leis 477 e 228, implantando um verdadeiro clima de terror nas universidades e cassando o direito dos estudantes de se organizarem em âmbito nacional e estadual, colocando a UNE e as UEEs na ilegalidade. Em 1979 entrou ainda em vigor a lei 6.733, que faculta ao Presidente da República o direito de nomear os reitores das fundações.

### III

#### Crítica à Universidade Atual

Do exposto e da observação da realidade atual, concluímos que a Universidade brasileira é cada vez mais privatista e paga pelos alunos. As semestralidades são reajustadas inclusive acima do INPC. Não só a rede privada cresceu e suplantou a rede pública, como, mais recentemente, as vagas nas públicas têm sido reduzidas gradualmente e essas universidades vão se deixando envolver pela mentalidade empresarial, através da crescente cobrança de taxas e da adoção de fundações privadas no interior das instituições públicas (como é o caso da Univ. Fed. do Paraná).

A Universidade não goza de autonomia e é submetida ao regime, tanto do ponto de vista da gestão financeira como do desenvolvimento da produção científica. Os orçamentos das universidades públicas são compostos a partir dos tetos financeiros estipulados arbitrariamente pelo MEC. Tomando conhecimento desses tetos, as instituições de ensino federal elaboram os seus orçamentos, que precisam ainda passar pelo crivo da SEPLAN, podendo sofrer mais cortes.

Quanto ao aspecto científico e didático-pedagógico, a comunidade universitária brasileira não opina e muito menos tem poder de decisão. A política de pesquisa e ensino é determinada pelo CFE de forma arbitrária. Este órgão não tem condições de representar os interesses dos estudantes, professores e funcionários, pois todos os seus membros são nomeados pelo Presidente da República.

Nas universidades brasileiras é vetada a participação da comunidade universitária nas decisões. Os reitores das escolas públicas federais são nomeados pelo Presidente da República e os das estaduais pelos Governadores, através da elaboração de listas sêxtuplas pelos Conselhos Universitários. Nas particulares, são nomeados pelas Mantenedoras. Nos órgãos colegiados é muito reduzida a participação dos estudantes e professores, sendo que os funcionários não têm assento nestes órgãos.

Os regimentos internos e estatutos são castrodores e autoritários e existem instrumentos de intimidação e controle da comunidade universitária. Nas universidades públicas, funcionam as famosas Assessorias de Segurança e Informação, diretamente ligadas ao SNI. Não raro, as universidades particulares e institutos isolados, são equipados com polícias especiais, circuitos internos de TV e até mesmo canis.

Quanto à qualidade de ensino, a pesquisa é muito reduzida nas universidades, sendo que as particulares abarcam somente 2% de pesquisa realizada em instituições de ensino. A infraestrutura (salas de aula, prédios, laboratórios, bibliotecas, etc.) é, no geral, insuficiente e ineficiente. Na maioria das escolas superiores, principalmente nas privadas, o quadro de professores está muito aquém das necessidades e desqualificado.

### IV

#### A Universidade de que o Povo Brasileiro Precisa:

A Educação é um direito da população ao qual corresponde um dever do Estado. Para que, de fato, o povo tenha acesso à Universidade, ela deve ser pública e gratuita.

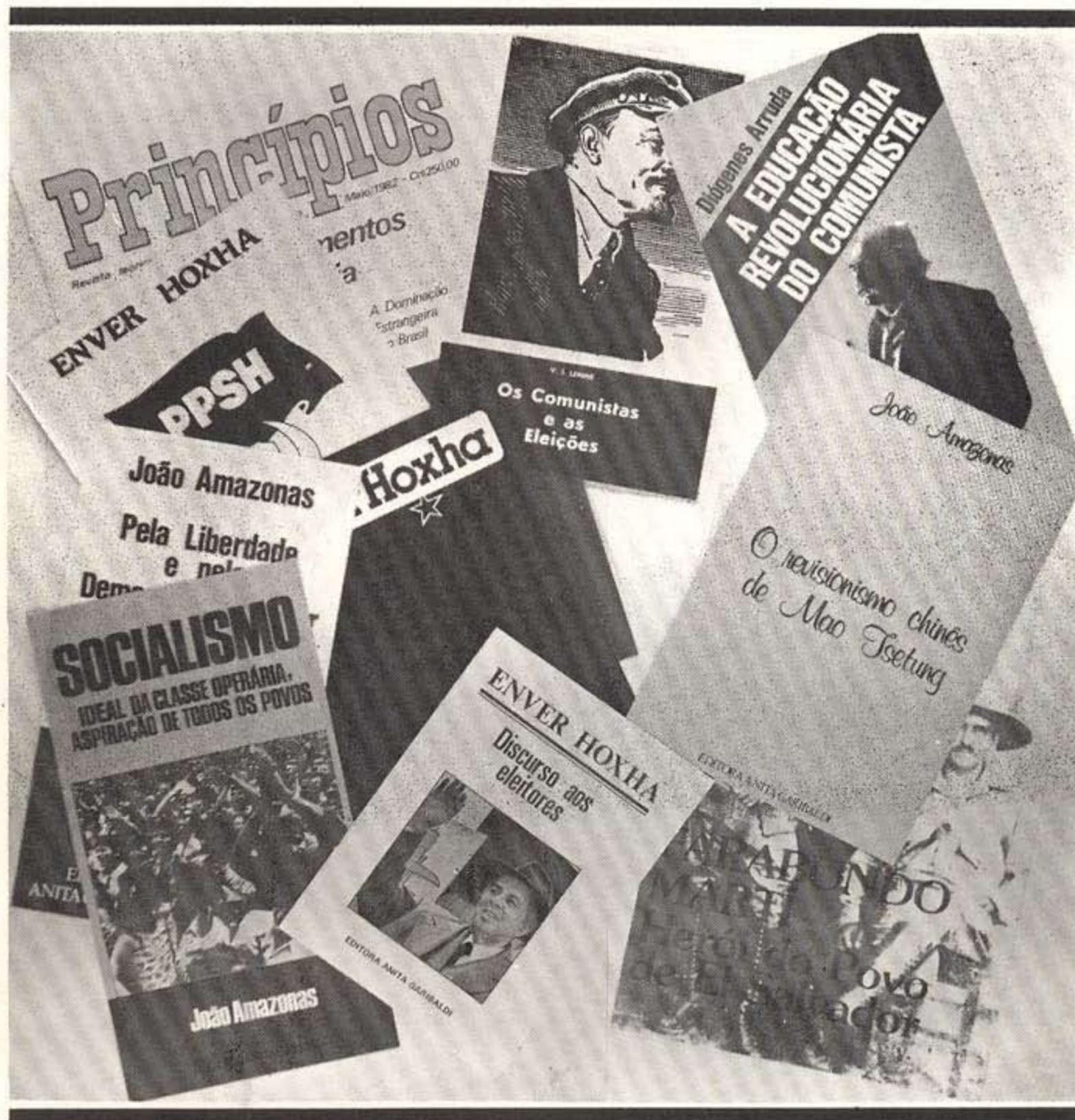
Além disso, o conteúdo social do ensino deve estar a serviço do desenvolvimento da sociedade e não das empresas monopolistas nacionais e estrangeiras.

A universidade deve ser democrática e autônoma. Os seus dirigentes, em todos os níveis, devem ser eleitos diretamente pelos estudantes, professores e funcionários, com igual poder de participação. Os órgãos de direção universitária precisam ser compostos paritariamente por estes 3 setores.

A Universidade não pode ser tolhida em suas decisões pelo poder público. A obrigação do Estado é manter financeiramente as escolas, de forma a proporcionar o desenvolvimento crescente das suas condições de ensino e pesquisa. À comunidade universitária deve ser garantida a autonomia para direcionar democraticamente a sua produção no interesse de um desenvolvimento nacional, independente e progressista.

A luta por esta Universidade é parte integrante da luta pela transformação geral da sociedade. Somente será vitoriosa com o fim do regime militar, e a constituição de um governo que assegure a democracia, a liberdade e a soberania nacional.

# PUBLICAÇÕES DA EDITORA ANITA GARIBALDI



CÓD. 102 – FARABUNDO MARTÍ, HERÓI DO POVO DE EL SALVADOR (Biografia)    CÓD. 103 – O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO – Enver Hoxha    CÓD. 104 – O REVISIONISMO CHINÊS DE MAO TSÉTUNG – João Amazonas    CÓD. 107 – OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES – V. I. Lênin    CÓD. 108 – RELATÓRIO AO 8º CONGRESSO DO PARTIDO DO TRABALHO DA ALBÂNIA – Enver Hoxha    CÓD. 109 – PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA POPULAR – João Amazonas    CÓD. 110 – A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO COMUNISTA – Diógenes Arruda Câmara    CÓD. 112 SOCIALISMO, IDEAL DA CLASSE OPERÁRIA, ASPIRAÇÃO DE TODOS OS POVOS – João Amazonas

Peço enviar-me ..... exemplar(es) da(s) publicação(ões) abaixo assinalada(s). Para tanto, estou enviando o cheque nº ..... no valor de Cr\$ ..... em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

CÓD. 102 - Cr\$ 200,00     CÓD. 103 - Cr\$ 800,00     CÓD. 104 - Cr\$ 800,00     CÓD. 107 - Cr\$ 400,00   
 CÓD. 108 - Cr\$ 800,00     CÓD. 109 - Cr\$ 500,00     CÓD. 110 - Cr\$ 500,00     CÓD. 112 - Cr\$ 500,00   
 CÓD. 113 - Cr\$ 300,00

NOME: .....

ENDEREÇO: ..... Bairro: .....

CIDADE: ..... Estado ..... CEP ..... Fone .....

DAVID ALFARO SIQUEIROS (1896-1974)

Considerado um dos maiores pintores do México,  
foi autor de inúmeras obras  
de conteúdo democrático e revolucionário.

*Mural de Siqueiros no Hospital Distrital da Cidade do México – "Pela Completa Segurança dos Mexicanos" (1952-54)*

